MARIA na Igreja

- sugestões litúrgicas
- textos cristãos
- fundamentação teológica

a palavra e o tempo

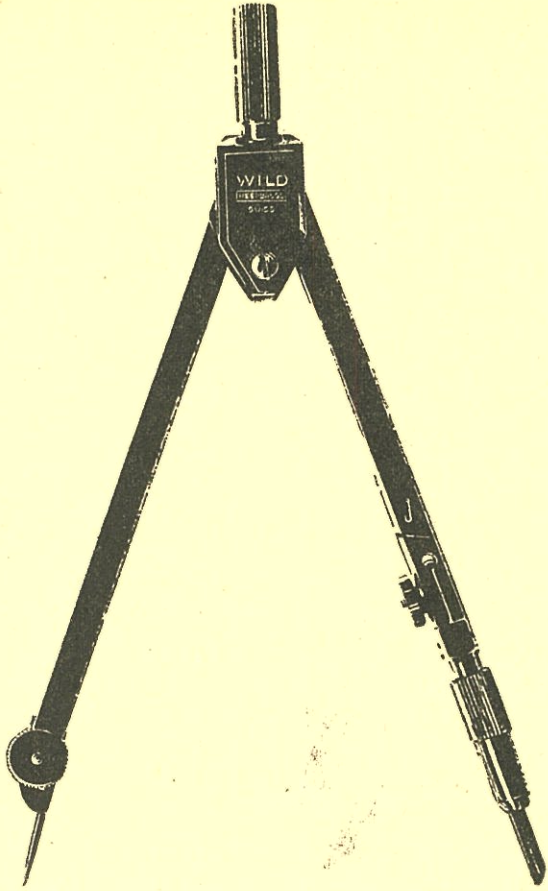
Revista trimestral
dos alunos do Seminário dos Olivais

Director e Editor: Ernesto Costa Fernandes — *Redacção:* Manuel Mendes Mourão, Carlos A. Henriques, Dário Lourenço, José Pires, João José Lobato, José Luís Seruya, Sérgio Contreiras, António M. Pedro, Jorge Vala, Guilherme Keck Peixoto — *Administração:* Luís Osório Gonçalves, Victor Moita, José Manuel da Silva, José Maria Rego, João Violante, Ventura Rodrigues, Manuel Freitas Gil, Raimundo da Conceição, José Luzia Gonçalves, José António da Costa Victor António, António Coelho, António Fortunato, António Castanheira, José Guerra, José Alexandre Baptista, Leopoldo S. Gonçalves, Peter Stilwell, Luís Januário Vieira — *Maquetas e Capa:* Carlos M. Martins, José João Marcos — *Proprietário:* Seminário dos Olivais — Lisboa 6.

(Com as devidas licenças eclesiásticas)

Assinantes: 10$00 — Avulso 17$50

Composto e impresso na União Gráfica — Lisboa

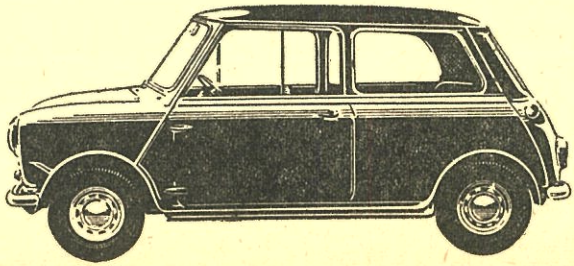


Orgânico, funcional,
bem equilibrado...

Palavras caracteristicas
do arquitecto ou do desenhador
que bem podem definir
o compasso, seu companheiro
de todas as horas
Imutável desde Da Vinci,
não há instrumento de trabalho
que lhes inspire
maior confiança para as curvas.

Orgânico, funcional,
bem equilibrado,
o MORRIS 850
está tanto para as curvas
como o compasso.
Dá a confiança que impõe
como instrumento de trabalho,
concebido para ser definitivo
no agrado de todos — quer usem
ou não usem o compasso.

MORRIS 850



A. M. ALMEIDA, S.A.R.L.
Av. da Liberdade, 11 - Lisboa
R. Sá da Bandeira, 501 - Porto
Agentes em todo o País.

Artigos

maria no mistério da igreja — 12

O presente artigo não pretende ser de carácter técnico, nem sistematizar a doutrina teológica referente a Maria. A sua intenção é apenas esboçar algumas perspectivas possìvelmente com incidências proveitosas na pastoral.

P. FERREIRA MARQUES

santuários e peregrinações — 27

A nossa história religiosa não pode ignorar o acontecimento **Fátima.** O ano que passa — cinquentenário das aparições — oferece particulares possibilidades de reflexão, estudo e aprofundamento. Pretende-se, à luz da Escritura, assinalar algumas bases da teologia do santuário e das peregrinações que ele suscita.

FR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA

naria na espiritualidade lo cristão de hoje — 47

Hoje, proclamamos, à nossa maneira, Maria bem-aventurada: aprendemos a amar Maria na sua autenticidade... na clareza das fontes onde sempre a Igreja foi beber a sua devoção verdadeira pela mãe do Senhor, em especial na Sagrada Escritura onde a sua figura é proposta em toda a sua simplicidade e toda a sua riqueza à piedade cristã...

CONSULA E ROGÉRIO MARTINS

Documentação

ntologia — 58

Alguns textos que escolhemos para os propormos à vossa reflexão sobre o papel de Maria na obra da Redenção universal. Ouvimos os nossos antepassados bem como os teólogos contemporâneos.

Sugestões

emas bíblicos — 84

10 temas bíblicos para um tempo de peregrinação.

elebrações da palavra — 95

As virtudes de nossa Senhora e o cristão (serviço, fé, conversão-penitência, humildade-pobreza).

ração para tempo e peregrinação — 117

Esquemas de oração para a peregrinação.

xtos bíblicos para recitação do rosário — 127

O Rosário apresentado como meditação da Salvação, como celebração da Palavra de Deus.

Foi para nossa salvação que disseste sim,
foi para nós que pronunciaste o teu *fiat*,
foi como mulher da nossa raça
que para nós recebeste
e encerraste no teu seio e no teu amor,
Aquele em nome de quem
sòmente existe a salvação
no céu e na terra.

Karl Rahner

MARIA NA IGREJA

«Volta, Israel ao Senhor teu Deus,
porque foi teu pecado que te fez cair»

Os. 4/1

A conversão a novos estilos de vida, de estruturas, de instituições, constitui um dos sinais de evidente valor do nosso tempo. O homem experimenta-se, hoje, interiormente relacionado e terrìvelmente dependente dos outros e do mundo. O homem moderno começa a descorir-se na sua pobreza, na sua real dependência de algo e ao mesmo tempo na premente necessidade de com-os--outros dar passos na construção da justiça e da paz.

Este dinamismo que o nosso tempo experimenta para ser mais e realizar mais, isto é, para ultrapassar-se, é um sinal de autêntica salvação e por isso deve soar, a nós Igreja, como o apelo a que é devido uma resposta em verdade e liberdade — a do Evangelho.

O Vaticano II é uma voz do presente. As suas palavras sacudiram a Igreja, foram um convite, mas só um convite, à conversão. Quantos de nós — cristãos em Portugal — embarcámos em verdade nesta nova arrancada de fidelidade ao espírito do Concílio, do Evangelho? As recentes palavras do Papa não podem deixar de nos julgar, pois é urgente caminhar na construção da paz que é obra da justiça, do amor, e que é *desenvolvimento*. «Soou a hora da acção: estão em jogo a sobrevivência de tantas crianças inocentes, o acesso a uma condição humana de tantas

famlias infelizes, a paz do mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam as suas responsabilidades» (Pop. Prog. n.° 80). «De que me serve a mim a multidão das vossas vítimas?... De nada serve trazer oferendas... Quando estendeis vossas mãos, eu desvio de vós os meus olhos, quando multiplicais vossas preces, eu não as ouço. ... Cessai de fazer o mal, aprendei a fazer o bem. Respeitai o direito, protegei o oprimido; fazei justiça ao órfão, defendei a viúva» (cf. Is. 1/). A palavra do Senhor julga e denuncia a infidelidade e a hipocrisia do seu Povo — «De que serve jejuar, se disso não vos importais? E mortificar-vos, se nisso não prestais atenção?» É que no dia do vosso jejum, só cuidais de vossos negócios e constrangeis todos os vossos operários... não é jejuando assim que fareis chegar lá a cima vossa voz... sabeis qual é o jejum que eu aprecio? diz o Senhor Deus: É romper as cadeias injustas, desatar as cordas do jugo, mandar embora livres os oprimidos, e quebrar toda a espécie de jugo: é repartir o seu alimento com o esfomeado, dar abrigo aos infelizes sem asilo, vestir os maltrapilhos, em lugar de desviar-se do seu semelhante» (cf. Is. 58/).

Conscientes de que a nossa conversão ao Evangelho se há-de manifestar necessàriamente no compromisso corajoso de construir a *Paz*, não podemos deixar de optar pela luta contra o subdesenvolvimento procurando realizar as reformas profundas e indispensáveis que se impõem. Só assim o mundo de hoje acreditará que a Igreja é sacramento de salvação para todos os homens, que é um Povo-Sinal.

Fátima é antes de mais uma *Mensagem*, isto é, uma comunicação de Deus transmitida pelas palavras de Maria que nos aponta para o Evangelho.

A nossa revista, com esta publicação especial, quer pôr ao serviço da fé dos que amam a Mãe de Deus uma reflexão — que embora breve — pretende ser pastoral e conciliar. Parece-nos ser oportuno e urgente aproximar Maria da Igreja, Fátima do Vaticano II e contribuir para que a Celebração do Cinquentenário se manifeste em vivência autêntica dos valores religiosos e em obras de justiça, de fraternidade e de desenvolvimento.

O P. Ferreira Marques procura em primeiro lugar descrever as características do moderno movimento marial e reflectir sobre as suas tendências maximalistas e minimalistas em ordem a um equilíbrio verdadeiro. Equilíbrio que se fará pela integração no conjunto do dogma, pela refontalização bíblica, patrística e litúrgica, e pelo enquadramento da devoção à Virgem no conjunto da vida cristã. Esta reflexão aparece teològicamente fundamentada na constituição sobre a Igreja em que Maria é vista em função do mistério total de Cristo e como mãe e modelo ideal da Igreja.

O Fr. Raimundo de Oliveira depois de examinar à luz da Escritura a história e a função do santuário no Antigo Testamento, debruça-se sobre o significado do «lugar sagrado» e do verdadeiro culto cristão na Nova Aliança. A adoração «em espírito

e em verdade» e Jesus como «verdadeiro lugar santo» vão caracterizar o itinerário da peregrinação que se avalia pelo grau de união aos irmãos e a Cristo ressuscitado, por quem e em quem temos em comunhão fraterna e eclesial acesso ao santuário celeste. Numa última parte o autor apresenta algumas pistas de reflexão teológica em ordem a uma renovação da pastoral de Fátima.

Sente-se que é necessário reencontrar o lugar de Maria na espiritualidade do cristão dos nossos tempos. O Eng. Rogério Martins e sua mulher proporcionam-nos uma reflexão centrada na Escritura, em que Maria pela limpidez cristocêntrica da sua figura e pela lição evangélica da sua vida nos ensina a acolher o amor do Senhor em atenção à Palavra, em pobreza, em fé e em serviço.

Apresentamos ainda uma antologia de textos significativos que documentam a reflexão progressiva da Igreja, ao longo do tempo, sobre o lugar de Maria na obra da redenção universal.

Esta publicação inclui uma parte de sugestões para a oração litúrgica deste tempo: oração para peregrinações, celebrações da Palavra, textos bíblicos para a recitação do rosário e temas bíblicos para um tempo de peregrinação. Pretendemos assim contribuir para que a oração a Maria nos conduza à conversão e à fidelidade ao Evangelho.

AO SERVIÇO DA RENOVAÇÃO DA IGREJA EM PORTUGAL



uma leitura dos acontecimentos
em perspectiva pastoral

pela reflexão sobre problemas e experiências
pela fundamentação teológica da renovação
através de

ARTIGOS • REFLEXÕES • DOCUMENTAÇÃO
• SUGESTÕES • ENTREVISTAS

1967

n.º 1 — A Paróquia
n.º 2 — Família e Educação
n.º 3 — Juventude e Igreja
n.º 4 — Igreja e cultura

4 números por ano • 40$00

Revista dos alunos do Seminário dos Olivais
Lisboa-6

1 Artigos

maria

no mistério da igreja

O presente artigo não pretende ser de carácter técnico, nem sistematizar, ainda que só esquemàticamente, a doutrina teológica referente a Maria. A sua intenção é apenas esboçar algumas perspectivas possìvelmente com incidências proveitosas na pastoral.

A bibliografia sobre Nossa Senhora tornou-se uma avalanche impossível de controlar. Nunca como nos últimos tempos se escreveu tanto sobre Maria. A quem desejasse aprofundar o assunto poderiam sugerir-se os seguintes estudos: *SEMMELROTH O.*, Urbild der Kirche, **Würzburg 1950**; *RAHNER H.*, Maria und die Kirche, **Inssbruck 1950**; *LAURENTIN R.*, Court traité de théologie mariale, **Paris 1954 (traduzido em português: Petrópolis 1965)**, A questão marial, **Lisboa 1966** e La Vierge au Concile, **Paris 1965**; *SCHMAUS M.*, Katholische Dogmatik, V: Mariologie, **München 1955 (há uma tradução espanhola)**; *SHILLEBEECKX E.*, Marie, mère de la Rédemption. Approches du mystère marial, **Paris 1963**; *BRANDENBURG A.*, Maria in der evangelischen Theologie der Gegenwart, **Paderborn 1965**; *THURIAN M.*, Marie mère du Seigneur, **Taizé 1963 (protestante)**; *RAHNER K.*, Mission et grâce, I: XX^{e} siècle, siècle de grâce?, **Tours 1962 5, 229-260**; Igreja do Vaticano II **(obra colectiva, publicada sob a direcção de G. Baraúna), Petrópolis — Rio de Janeiro 1965, 1157-1192.**

1.

O MODERNO MOVIMENTO MARIAL

Como é de conhecimento comum, a teologia e as manifestações devocionais marianas (congressos de carácter científico ou não, academias marianas, peregrinações, associações, etc.) assumiram modernamente relevo impressionante.
Este próspero movimento, que apresenta sintomas de ter já ultrapassado o apogeu, tem florescido com especial exuberância nos países latinos, tradicional ou mais ou menos pacìficamente católicos. Karl Rahner (Zur konziliaren Mariologie em Stimmen der Zeit 174 [1963-1964] 87-101) dá, entre outras (como um maior culto da teologia bíblica e histórica), a seguinte explicação da sobriedade de outros países quanto a literatura e devoção mariais, apesar da sua intensa actividade teológica e pastoral.

Reina nestes países um ambiente histórico-político-cultural em que a problemática humana e religiosa se radicalisou, centrando-se em torno do sentido e fim da vida, em torno da própria existência de Deus, da divindade de Cristo, dos dogmas fundamentais do cristianismo, da Igreja em si mesma. Num clima espiritual em que são as verdades cristãs mais radicais e decisivas que se encontram em jogo, longe de poder dedicar-se às especulações subtis de teólogos preocupados com interpretar os dogmas marianos num sentido máximo e como que pensá-los para deles «deduzirem» as «últimas» consequências, vê-se a teologia perante a urgente tarefa de investir os seus esforços na defesa, estudo e aprofundamento do sentido autêntico e dos valores existenciais dos dogmas nucleares do cristianismo. Numa atmosfera racionalista, positivista, pragmatista e pluralista como a destas nações, não usufrui a teologia, para os assuntos mariológicos, da disponibilidade de que ela poderá usufruir ainda em ambientes espiritual e culturalmente homogéneos e pacíficos. Este motivo e ainda o facto de o pluralismo religioso desses países obrigar os católicos a viver dramàticamente o problema ecuménico levam compreensìvelmente a reduzir ao mínimo indispensável as manifestações devocionais marianas, dado que a mariologia constitui um dos pontos nevrálgicos de controvérsia entre os cristãos.

Creio que poderão e deverão perguntar-se os teólogos: não será esta a situação que se verifica já ou virá a verificar-se brevemente em todos os países?

O movimento marial representa um fenómeno fundamentalmente positivo na vida da Igreja. Nas últimas décadas tornou-se nítido um louvável empenho em imprimir-lhe um cunho doutrinal que fez progredir inegàvelmente a mariologia.

Todavia quem, reflectida e criticamente, tem acompanhado de perto o moderno movimento marial, se não pode deixar de o admirar sinceramente, não pode também deixar de formular, quanto a alguns dos seus aspectos, certas reservas. O entusiasmo e a piedade mariais de Pio XII aliavam-se, de facto, a uma preocupação de equilíbrio, a reticências porventura pouco do agrado de certos mariólogos, a uma acção moderadora na linha da tradição da Santa Sé neste domínio. Suas directrizes aos cultores da teologia marial chamavam à atenção tanto para a depreciação como para o exagero. Igualmente moderadora foi a atitude de João XXIII, que, como é sabido, denunciou abertamente certas desvirtuações do culto marial, certas práticas ou devoções excessivas, puramente sentimentais ou fantasistas.

O movimento marial suscitou dentro da Igreja duas atitudes vulgarmente classificadas de maximalismo e minimalismo, ambas exageradas.

O maximalismo

No movimento marial a quantidade, por vezes caótica, supera de longe a qualidade. Uma «generosa» preocupação de exaltar incondicionalmente Maria, como se devesse tomar-se sem restrições o de Maria nunquam satis; uma retórica laudatória oca; uma piedade sentimentalista em ânsias de dar à luz; manifestações devocionais sem preocupações litúrgicas e até supersticiosas; afirmações mais do que simplesmente incorrectas sob o ponto de vista teológico; exegeses fantasistas que, se assim se pode dizer, mais prejudicam do que favorecem a Mãe de Deus; uma «quase-divinização» de Maria, fazendo dela a medida de todas as coisas; erigir a devoção mariana em panaceia ou materializá-la em manifestações triunfalistas, em medalhas ou imagens: tudo isto são excrescências abusivas de que os minimalistas acusam, não sem razão, o movimento marial. O autor destas linhas teve ocasião de verificar pessoalmente o fundamento de muitas destas acusações, ao elaborar uma tese de doutoramento sobre a evolução do dogma da Assunção corpórea de Maria ao céu na teologia do século XX.

No plano estritamente teológico, a mariologia tem corrido o risco de se tornar mariologismo, destacando-se do conjunto dos tratados dogmáticos, como ramo cortado do tronco único, perdendo o contacto com a totalidade do dogma e seus valores vitais mais profundos, caindo numa sistematização fechada e nas facilidades de uma dedução racionalista susceptível de a conduzir a questões e conclusões esotéricas. Nota-se, por vezes, menos a preocupação de esclarecer numa perspectiva cristológico-eclesiológica o sentido dos dogmas marianos já definidos, do que a preocupação de «conquistar» novos dogmas para engrinaldar de «novos florões» a coroa de N. Senhora. Surgem trabalhos supérfluos que não deveriam ter chegado a conhecer os prelos. Valorizam-se excessivamente as revelações particulares; argumenta-se com demasiada facilidade a partir de documentos do magistério eclesiástico sem aquilatar do seu exacto valor doutrinal nem atender ao seu género literário, como se em mariologia todos os documentos magisteriais fossem de valor infalível. Anseia-se, não raro, pelo progresso do dogma mariano, mas contemporiza-se tranquilamente com o statu quo nas outras matérias dogmáticas e considera-se a corrente cristológico-eclesiológica, nascida na Alemanha e na França com vista a determinar com exactidão as proporções e o significado da mariologia, como indesejável elemento-freio do primeiro impulso do movimento marial e até como factor injustamente minimizante.

Enfim, muita escória a envolver os autênticos valores do movimento marial, que, como todos os movimentos, tem a sua parte positiva e também os seus riscos e perigos.

minimalismo

Os excessos do movimento marial criaram a tensão entre uma piedade mariocêntrica e uma piedade cristocêntrica receosa de que Maria eclipse Cristo no horizonte da vida cristã; entre um pietismo marial e um liturgismo e um biblismo exclusivistas. Surgiu uma reacção minimizante ou minimalista no plano da devoção e teologia marianas tendente a reduzir excessivamente o culto a Nossa Senhora, a restringir o verdadeiro alcance dos dogmas marianos, a descurar a mariologia ou a criar uma mariologia exageradamente tímida e indevidamente atrofiada, a favorecer certo desafecto à Mãe de Deus. Ninguém ignora o desprestígio em que caíu a devoção mariana em determinados círculos católicos.

E, embora os sub-produtos abusivos do movimento marial não

representem a verdadeira teologia e a verdadeira piedade mariais católicas, não é de estranhar que muitos dos nossos irmãos separados sejam induzidos a pensar que Maria é para nós a caricatura que tantas vezes lhes é dado contemplar.

A situação acima descrita em pinceladas genéricas e sem dúvida um tanto simplistas poderia sintetizar-se nestes termos:
De um lado, encontramos uma abundância adulterada que parece transformar a piedade marial em gnose, sectarismo e superstição; do outro, uma pureza glacial com o perigo de eliminar valores doutrinais irrecusáveis e, ao mesmo tempo, a piedade para com a Virgem. De um lado, corrupção e, do outro, abandono, chegando ao nada as duas tendências, levadas ao extremo: ao nada da incoerência e da caricatura ou ao nada do vazio e do iconoclasmo.
LAURENTIN R., A questão marial, Lisboa 1966, 15-103 apresenta-nos pormenorizada e equilibradamente um elucidativo quadro da situação actual.

O equilíbrio

Há que respeitar a hierarquia dos valores, preferir o dogma às opiniões e hipóteses, o Evangelho às revelações privadas, o que é tradicional (em sentido teológico) e fundamental ao que é acessório ou malabarismo especulativo engenhoso. Nem mariocentrismo nem mariofobia. Não se trata de ser ou não generoso para com Nossa Senhora, de aumentar ou diminuir a sua glória (Maria é grande demais para precisar dos nossos favores), mas de situá-la na perspectiva autêntica, de colocá-la no seu lugar próprio na economia da salvação, de definir as suas reais dimensões. Há que deslocar a questão do terreno sentimental para um terreno sadio e rigorosamente teológico. Há que evitar a exaltação excessiva e falsificadora que ultrapassaria a verdade e a timidez exagerada que defraudaria a real dignidade da Mãe de Deus. A mariologia tem de ser obra de crítica escrupulosa e não de construção subjectiva e sistemàticamente glorificadora. É necessário recorrer honestamente às fontes da Revelação e da Fé e ter em conta o diálogo ecuménico, que, segundo o testemunho de factos inegáveis, não será favorecido por uma sempre cres-

cente exaltação de Maria, como se deste modo Ela se sentisse mais urgida a interceder pela união dos cristãos. Em vez de se refugiar num estatuto autónomo, deve a doutrina marial integrar-se harmònicamente no conjunto do dogma e refontalizar-se bíblica, patrística e litùrgicamente e a devoção à Virgem enquadrar-se no conjunto da vida cristã e da liturgia. Há que esclarecer e orientar a piedade marial por uma teologia autêntica que a preserve tanto da indigência como dos desvios e da superstição. Sobre esta «via áurea» a procurar e a seguir, cfr. LAURENTIN R., ob. cit. 105-135. 137-168.

Importante e significativo factor de equilíbrio é o facto de, como fez o Concílio, se ter operado a junção dos movimentos marial e eclesial.

2.

MARIA NO MISTÉRIO DE CRISTO E DA IGREJA, SEGUNDO A CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA «LUMEN GENTIUM»

Conhecido de todos é o debate travado no Concílio sobre se a doutrina marial deveria constituir objecto de um esquema próprio ou deveria ser integrada no esquema sobre a Igreja. Prevaleceu a segunda alternativa, o que representa acontecimento de profunda repercussão na teologia mariana. Não no sentido de que assim tenha prevalecido uma corrente minimalista tendente a diminuir a grandeza de Maria ou o seu papel central na Igreja e na economia da salvação. O que se pretendeu foi acentuar que a Virgem, fazendo parte da humanidade necessitada da Redenção, se encontra orgânicamente inserida no plano da história da salvação, colocada, ao serviço desta, no cruzamento dos mistérios centrais da economia divina, e não constitui uma peça solta, isolada, no concerto da criação e da graça, impressão que certa mariologia não conseguia dissipar sobretudo nos irmãos separados.

A constituição dogmática sobre a Igreja trouxe à teologia marial não um progresso quantitativo, como seriam novas dogmatizações (desejadas por alguns, por exemplo quanto à maternidade espiritual ou à mediação), mas um progresso de tipo qualitativo: o aprofundamento de verdades já definidas e o seu enquadramento em doutrinas mais centrais, o regresso ao modo de falar

e pensar da Bíblia, dos Padres, da liturgia, em suma, da Tradição nos seus órgãos mais puros.

Maria em função do mistério total de Cristo

Ao contrário de Cristo, pessoa divina, Maria é uma simples criatura humana. Não é absolutamente supérfluo acentuá-lo, se temos em conta os excessos daqueles que chegaram a atribuir-lhe, embora metafòricamente, o título de «deusa» (1) e de «quarta pessoa da Santíssima Trindade» (2) e a expressão, de si pelo menos ambígua, «adorar Nossa Senhora» empregada ainda no século XVIII (3).

Além disso, Maria é mulher e não homem, vendo-se, portanto, excluída de certos caracteres e funções hierárquicas reservadas ao sexo masculino: nunca teve por missão representar oficialmente Cristo, de agir oficialmente em nome dEle, de pregar com autoridade a palavra da salvação e de administrar os sacramentos, que alimentam a Igreja peregrinante. Infundadas são, pois, as tentativas para lhe atribuir um sacerdócio de tipo hierárquico e uma realeza incluindo o exercício efectivo de um poder régio do mesmo âmbito do de Cristo.

Finalmente, pertencendo à raça adamítica, à humanidade necessitada da Redenção, Maria «é a primeira entre os humildes e pobres do Senhor que confiadamente esperam e recebem de Deus a salvação» (L. G. VIII, 55). Também Ela precisou de ser e foi de facto redimida por Cristo, embora de maneira mais sublime. Foi a graça de Deus que a fez sobressair de entre a descendência pecadora de Adão. A Virgem tudo deve à gratuita benevolência divina: Ela encontra-se sob o domínio absoluto da graça. E toda a sua grandeza consiste na sua total permeabilidade à graça, em ter-se deixado assumir completamente pelo influxo salvífico divino, em ter-se abandonado sem reservas à soberania de Deus, em ter-se posto numa obediência e disponibilidade incondicionais ao serviço do plano da salvação, como «escrava do Senhor». Nossa Senhora representa «o caso mais elevado de acolhimento à vinda da Salvação» (RAHNER K., Mission et grâce, I: XX^{e} siècle, siècle de grâce?, Tours 1962 ^{5}, 236).
Maria foi redimida de maneira mais sublime: a redenção de Cristo, que nos libertou da culpa contraída, obteve para a Virgem o singular privilégio de não chegar a incorrer nela (Imaculada Conceição) e de tal modo triunfou em seu corpo que este foi

antecipadamente revestido da imortalidade e da glória de que os outros redimidos só no fim dos tempos hão-de gozar (Assunção).

Redimida de maneira mais sublime, a Virgem participou de modo particularmente íntimo no mistério de Cristo Redentor. Longe de visar apenas a sua santificação pessoal, tal participação visa também — e sobretudo — criar nela uma radical e plena disponibilidade para o serviço da salvação dos outros homens. Maria é essencialmente e como ninguém a «escrava do Senhor»: tanto a que chamaríamos a sua actividade pessoal como as suas singulares prerrogativas individuais têm uma teleologia social salvífica, isto é, têm como finalidade última servir os desígnios salvíficos do Pai em Cristo.

A vida de Maria, toda ela centrada em Cristo, é cooperação pessoal (com e sob a graça) na obra da Redenção. Pelo seu fiat, «ao receber a Salvação do mundo, situa-se... no ponto decisivo da história da Salvação. A sua cooperação (enquanto acto pessoal) é acto de acolhimento, de aceitação. Não se trata de um acto de iniciativa original, mas de um acto realizado em virtude da Redenção, que a si mesma se cria o seu próprio acolhimento. Mas é assim que ele decide a Salvação do mundo» (RAHNER, ob. cit. 237). Pelo seu fiat empenhou-se Maria livremente, com todo o seu ser e sem reticências, nos planos do Senhor, no mistério da Incarnação com todos os elementos e riscos que, na mente de Deus, este devia comportar e que para Ela estavam ainda obscuramente envoltos na penumbra da fé. Este fiat, nunca retirado, manteve-se pela sua vida fora, em humilde e permanente renúncia a si mesma para serviço da obra de seu Filho e, desbobinando-se numa linha sem quebras, atingiu o seu dramático clímax na Cruz, em que Maria dolorosamente consente, adere, comunga interiormente no sacrifício redentor, operado exclusivamente por Cristo. Esta pessoal e maternal actividade da Virgem em favor dos irmãos de seu Filho que peregrinam ainda no mundo prolonga-se no céu, ainda aqui também na linha da sua total consagração à obra da Redenção, com a qual Ela se comprometeu com o fiat inicial.

Mas também os privilégios de Maria, mais do que simples adornos pessoais, têm uma teleologia salvífica. A sua Imaculada Con-

ceição e a sua indefectível santidade isenta da mínima sombra representam uma preparação espiritual imediata para o seu múnus salvífico em relação aos homens, libertando seu coração do impedimento do pecado para se consagrar sem peias à pessoa e obra do Redentor. O motivo mais profundo da maternidade virginal reside igualmente numa abertura completa para o mistério da Redenção: pela virgindade a graça de Deus subtrai Maria a todo o afecto terreno e carnal susceptível de colidir com a teleologia salvífica da sua vida. O Concílio afirma a perpétua virgindade corporal da Mãe de Deus, considerada sempre um dado de fé mas, evitando pormenores de ordem fisiológica, insiste prevalentemente no sentido e dimensão espirituais desta virgindade, que é o sinal da virgindade de coração, ou seja da obediente e plena disponibilidade activa para os desígnios de Deus e de Cristo. Também a Assunção corpórea antecipada, triunfo pleno da graça redentora que atingirá alma e corpo e cujo retardamento careceria de razão de ser para a sublimiori modo redempta, reveste um significado social em relação à Igreja peregrinante, penetrada de tensão escatológica. Entronizada já na glória celeste, Maria é o «ícone da Igreja escatológica», o modelo da nossa glorificação, imagem e apelo que acalenta a nossa fé e a nossa esperança de peregrinos: é já a nossa própria glorificação.

Maria mãe e modelo ideal da Igreja

Maria situa-se dentro e não fora ou para além da Igreja. Contràriamente a quem pensava que incluí-la na Igreja seria rebaixá-la o Concílio afirma expressamente que a Mãe de Deus é verdadeiro membro da Igreja como nós, embora membro supereminente e singular. A Virgem entra na realidade mesma da Igreja e como seu membro dela recebeu a Palavra e os sacramentos que lhe alimentaram o declinar da vida terrestre.

Maria, mãe e modelo da Igreja. Nossa Senhora é «mãe amantíssima» da Igreja por ter contribuído para a nascença desta gerando Cristo, que, segundo o plano divino, é o primogénito de muitos irmãos: Aquela que O deu à luz encontra-se, pois, em situação de mãe espiritual perante os múltiplos irmãos de seu Filho. Esta maternidade espiritual de Maria — maternidade na ordem da graça — adquirida radicalmente pela geração de Cristo e, de maneira mais global, por toda a sua cooperação na obra regeneradora da Redenção desde a anunciação ao Calvário

exerce-se contìnuamente na vida cristã. O Concílio descreve o actual exercício desta maternidade de graça como uma «múltipla intercessão em ordem a granjear-nos os dons da salvação eterna» e como uma solicitude de caridade maternal para fazer alcançar o céu aos irmãos peregrinantes de seu Filho (L. G. VIII, 61-62).
É na perspectiva da maternidade que devemos reconhecer em Maria a imagem primeira da Igreja. Nela descobrimos o protótipo da Igreja como em uma Mãe se surpreendem os traços de rosto ou os caracteres da sua descendência. Pela geração a mãe imprime nos filhos a sua semelhança: a Igreja traz em si a semelhança de Maria, pois foi gerada com o seu concurso.

— Mãe da Igreja, Maria é figura da Igreja-mãe, que, fecundada pelo «fiel acolhimento da palavra de Deus», gera para uma nova vida os cristãos, concebidos do Espírito Santo e nascidos de Deus. A geração dos cristãos pela Igreja é apresentada em termos que a assemelham à geração de Cristo por Maria: é, pois, à imagem da geração de Cristo por Maria que se processa a geração dos filhos da Igreja. Nossa Senhora marca, por conseguinte, a Igreja com a imagem da sua maternidade e apresenta-se aos homens como a expressão mais acessível e concreta de uma Igreja-mãe.

— Mãe-virgem, Maria é a figura da maternidade virginal da Igreja. A virgindade de Nossa Senhora entende-se aqui em sentido primàriamente espiritual, como virgindade de espírito que consiste essencialmente na fidelíssima união esponsal com o Senhor, na integridade da santidade e da fé, na firmeza da esperança e na sinceridade da caridade. Maria-Virgem é modelo para a Igreja, que é e deve ser também virgem pela sua fidelidade a Cristo, pela sua fé intacta, pela solidez da sua esperança, pela sua caridade sincera, pelo acolhimento total e fiel da Palavra e da obra de Deus, pela sua vida na fidelidade-obediência incondicional à pura doutrina revelada.

A imitação de Maria pela Igreja. A conformidade com a perfeição de Maria é exigida pela própria essência da Igreja.
— Em Maria se condensou o grau mais elevado de santidade que a Igreja pode atingir num de seus membros. Imune de todo o pecado desde a concepção, Ela realizou entre nós aquilo que só

no Além, no fim dos tempos, a Igreja realizará perfeitamente na Mãe de Deus cristalizou o ideal escatológico da Igreja, aquel ideal de perfeição de que a Igreja peregrinante deve incessant e incansàvelmente aproximar-se. Poderíamos pensar que a Igrej se encontra perante um ideal demasiadamente longínquo e grand para poder empenhar-se na sua imitação, mas não devemos esque cer que a Virgem incarnou, por graça de Deus, este ideal nã principalmente para si própria, mas para a Igreja, devendo nest sentido à Igreja a sua imaculada perfeição. Maria concretizou ideal escatológico da Igreja para atrair toda a comunidade crist à busca infatigável deste ideal. Foi para a dividir, tornar desejad e procurada por todos os cristãos que Ela foi inundada pel plenitude da graça. Na Virgem a perfeição para que tende Igreja peregrina deixou de ser um ideal abstracto para incarna numa simples criatura e realizar-se existencialmente numa vid bem concreta, exteriormente muito semelhante à nossa. É ver dade que Cristo incarnou plenamente numa existência humana perfeição divina, e representa para a Igreja o modelo principal supremo, último e, neste sentido, único. Mas Ele é Deus. O pape da Virgem foi mostrar a viabilidade da perfeição numa simple criatura e numa mulher. Para mais a perfeição terrestre revest características que os inalienáveis privilégios da divindade nã permitiram concretizar em Cristo. Porque Deus, Jesus não pod experimentar a obscuridade da fé, enquanto Maria viveu um vida na fé, modelo da vida da Igreja no mundo. A Mãe de Deu dá-nos além disso um exemplo de cooperação com o Redento e de omnímoda dedicação à sua Pessoa, que Jesus não podi por si mesmo apresentar-nos. Por conseguinte caracterizam perfeição de Nossa Senhora traços específicos que, segundo plano de Deus e por graça de Cristo, constituem um contribut indispensável para a perfeição da Igreja, como exemplo a medita e a seguir por todos os cristãos.

— Maria é sinal de Cristo. E assim foi proposta como model à Igreja, não para esta se deter na figura da Virgem, mas, par através dela, como sinal transparente, chegar a um mais pr fundo conhecimento do mistério de Cristo: é para a pessoa d Verbo Incarnado que converge, em última análise, o esforço d veneração e imitação de Maria pela Igreja. É à luz do Verb Incarnado que a Igreja contempla Maria e, contemplando-a com sinal que endereça para o que significa, contempla o mistério d Cristo. E, como neste caso contemplar é devir — porque é ime

gir-se com todo o ser na realidade contemplada — contemplando a Virgem sente-se a Igreja levada a empenhar-se, a entregar-se mais resolutamente à obra da Incarnação e da Redenção e a configurar-se cada vez mais com seu divino Esposo.

— A Igreja não se limita a imitar Maria possuindo e conservando uma fé íntegra e indefectível: segue-lhe as pègadas na peregrinação da fé, progride como Ela constantemente na fé, que mais do que simples depósito a guardar estàticamente é uma vida a desenvolver.
Nem sempre foi bem aceite e compreendida a dimensão da fé na vida da Mãe de Deus. Teólogos houve que, sentindo relutância em envolver Maria na obscuridade da fé, lhe atribuiram, logo desde o início, um conhecimento pleno e luminoso de toda a Revelação, o que excluiria nela qualquer crescimento e progresso. Alguns chegaram mesmo ao ponto de lhe conceder a visão beatífica durante a vida terrena, o que equivalia a eliminar na Mãe de Deus a virtude da fé, que cessa com a visão do que se crê. Assim era a Virgem subtraída ao estatuto da fé, que é um dos motivos do seu mérito, e privada da qualidade de cume e exemplar supremo da fé na Igreja. O Concílio, porém, apresenta resolutamente Nossa Senhora como peregrina na fé, sugerindo-nos a ideia de um seu penoso caminhar, de uma sua marcha rumo à luz total através de regiões penumbráticas. Ela não recebeu completamente, de um jacto, a fé na divindade de seu Filho: teve de a construir numa progressiva descoberta que lhe exigiu esforço meditativo. Maria foi a máxima crente. Com Ela e nEla se iniciou a longa romagem da Igreja pelas sendas crepusculares da fé, romagem que, conduzindo seguramente ao santuário da luz plena, exige sempre novos esforços, novas e dolorosas arrancadas.

Como Maria, também a Igreja calcurreando o deserto da história tem de ir aprofundando a sua fé, meditando e exprimindo de maneira sempre mais adequada a Revelação de que é depositária. Ensina-nos o exemplo de Maria que a fé é não pura passividade, mas vida e dinamismo em permanente tensão de crescimento: conhecidos de maneira obscura, os mistérios que constituem o seu objecto exigem da Igreja um sempre inquieto esforço de procura, de penetração e exploração. Como a peregrinação de Nossa Senhora pelo claro-escuro da fé só terminou na meridiana luminosidade da visão beatífica, assim também a peregrinação da Igreja na fé só atingirá o seu fim na Parusia, quando toda a comu-

nidade dos crentes possuir em visão o Cristo glorioso. Como Mãe de Deus, Maria ocupa posição singular na economia da salvação; como crente, encabeça o cortejo de todos aqueles que aderem a Cristo pela fé. A experiência espiritual da Virgem é o tipo da experiência espiritual da Igreja e de cada um dos seus membros.

— Também no domínio de outras virtudes segue a Igreja as pisadas de Maria. Função essencial na obra da salvação desempenhou a obediência de Nossa Senhora: o seu obediente fiat permitiu a realização do mistério da Incarnação. Mas a sua obediência é também de suma importância para a vida da Igreja, que, como Ela, deve buscar e cumprir em tudo a vontade divina. Como Cristo e com Ele, Maria estimula a Igreja e os cristãos a uma obediência levada até ao heroísmo. Podemos dizer que a obediência resume de certo modo toda a vida da Escrava do Senhor — fiat contínuo, sem intermitências — como resume a vida terrestre e o sacrifício redentor de Cristo: na obediência ou conformidade incessante com a vontade de Deus se deve resumir o comportamento da Igreja.

Maria transitou da esperança judaica à esperança cristã, que intensificou continuamente. E a sua caridade foi-se traduzindo gradualmente num dom e sacrifício sempre maiores de si mesma, percorrendo o caminho de Nazaré a Caná, de Caná ao Calvário e do Calvário ao Pentecostes. A Igreja sente e procura seguir o apelo vivo de Maria a um desenvolvimento progressivo da sua esperança e da sua caridade.

Na Virgem tem a Igreja o modelo daquilo que constitui a realidade profunda do apostolado: a geração de Cristo. Para gerar Cristo nas almas deve, pois, a Igreja contemplar a Mãe de Deus. Todo o apostolado é imitação do amor maternal de Maria numa caridade que procura o nascimento e crescimento de Cristo nas almas. A preocupação apostólica da Igreja deve chegar ao serviço heróico da humanidade, imitando a Virgem que, serva do Senhor e dos homens, tudo sacrificou para o nascimento de uma humanidade nova. O zelo apostólico de Maria mostra aos apóstolos de todos os tempos a bondade, a misericórdia, a indulgência, a delicadeza e o espírito de abnegação e de serviço que devem caracterizar a caridade ávida de difundir a Cristo e a indomável energia, o ilimitado devotamento que os cristãos devem

pôr na luta por uma humanidade melhor. É contemplando Maria que a Igreja abraça no amor todos os homens para os regenerar: na contemplação da Virgem se alimenta sem cessar o seu dinamismo apostólico.

Parece pertinente, a fechar este artigo, a seguinte citação de RAHNER K., Mission et grâce: XX.e sècle, siècle de grâce?, Tours 1962 [5], 238: «Se a Igreja é a comunidade dos redimidos formando, sob o efeito da graça, uma unidade visível na História, pela comum adesão a Cristo segundo a carne e o Espírito, segue-se que em Maria se realiza necessàriamente a mais alta revelação da Igreja em seu ser histórico. Nela temos pura e simplesmente o tipo da Igreja. Eis porque aquilo que a Igreja é como realidade funcional se concretiza històricamente, em sua pura e total plenitude, em Maria. Na sua absoluta pureza, na sua deslumbrante unicidade, Ela constitui o caso por excelência da Redenção em sentido passivo e activo; deste acontecimento pelo qual um ser humano, objecto da graça, recebe esta graça na e por meio da graça, e isto para si próprio e para os outros; de modo que a recepção da graça para si mesmo significa a salvação dos outros e a aceitação de cooperar na salvação dos outros coincide exactamente com o acto no qual recebe a graça de Deus para si mesmo. Neste acto o serviço, a função e a santidade pessoal são uma e mesma coisa».

A. FERREIRA MARQUES

---

(1) LAURENTIN, ob. cit., 111 menciona MARRACCI H., Polyanthea mariana, reedição de J. Bourassé em Summa Aurea 2 (1862) col. 1085, que cita textos de onze autores diferentes.

(2) Cfr. VAN DEN BERGHE O., Marie et le sacerdoce, Paris 1875 [3], 32: «Sois, enfim, o complemento e, de alguma maneira, a quarta pessoa da Santíssima Trindade».

(3) Cfr. por exemplo BARRÉ H., Prières anciennes de l'Occident à la Mère du Sauveur, Paris 1962, 188. 256. 277 e LAURENTIN, ob. cit., 113-114.

DILSAR
LIVRARIA MORAIS

apresentam

● PIO XII

E A ALEMANHA NAZI ... ... 40$00

uma súmula conscienciosa, històricamente documentada, das relações — tão discutidas ùltimamente — do Papa Pacelli com o regime hitleriano.

• *uma edição da Livraria Morais Editora*

● OS LEIGOS APÓS O CONCÍLIO

por Henri Rollet ... ... 50$00

Chegou a hora dos leigos — proclama-se por toda a parte. Hora de colaborar e de actuar. Hora também de pensar. Mas em que termos se estabelecerá a acção dos leigos?

(edição da Livraria AGIR)

● ROMA CONVERTEU-SE?

por Henri Tesquet? ... ... 35$00

Um grito de alarme, de um escritor cônscio, sobre o «aggiornamento».

DILSAR • RUA SÃO FILIPE DE NERI 37-A

Tel. 680167/8/9

santuários e peregrinações

A nossa história religiosa das últimas décadas não pode ignorar o acontecimento **Fátima.** O ano que passa — cinquentenário das aparições — oferece particulares possibilidades de reflexão, estudo e aprofundamento.

A tudo estará subjacente a preocupação teológica capaz de discernir, no dado revelado e na tradição viva da Igreja, os elementos aferidores de uma atitude ideal perante esse fenómeno que se impõe à Pastoral do nosso país (1). É pensando nessa tarefa ingente que me proponho, à luz da Escritura, assinalar algumas bases da teologia do santuário e das peregrinações que ele suscita.

Os santuários

A história plurimilenária dos santuários conta, em suas páginas, valores e deficiências, realizações e desvios, cuja análise seria preciosa fonte de ensinamentos mesmo para os nossos dias. Impossível esboçá-la aqui. Limito-me a evocar, algumas das articulações (da história e função) do santuário em Israel. Digo bem **«evocar articulações»,** posto que não pretendo elaborar a sua intrincada complexidade, com a sua dependência de textos que levantam sérios problemas de crítica literária (2).

Na primeira fase da história do povo eleito, os santuários surgem sob o signo da multiplicidade. Do tempo dos patriarcas datam os de Siquém, Betel, Mambré e Bersabé.

Durante a travessia do deserto, o culto estava centrado à volta da arca, sinal da presença benfazeja e temível de Iahvé, e da Tenda de reunião. No decurso dos primeiros séculos de instalação na terra prometida fundam-se Gilgal, Silo, Miçpa de Benjamim, Dan, Gabaon, etc. Era a proliferação sancionada pelo código da aliança: «Tu me erigirás um altar de terra, sobre o qual oferecerás teus holocaustos e sacrifícios de comunhão, o teu gado miúdo e grado; **onde quer que eu faça comemorar o meu nome,** eu virei a ti, cobrir-te de favores» (Ex. 20/24).

Como se vê, o altar ou o santuário instala-se onde Deus se manifestar de qualquer maneira; ou por prodígio peculiar, ou em aparição reveladora. Por isso, a fundação dos santuários envolve, com frequência, a triple narrativa: teofania, comunicação divina, instauração do culto ([3]). E, pela mesma razão, os lugares de culto serão pelo menos tão numerosos quantas as manifestações da presença de Iahvé, assim localizadas.

Tal multiplicidade, acrescida ainda pelo contingente dos «lugares altos» **(bâmôt)** ([2]) não se opõe ao reconhecimento de um santuário central que, «mercê da presença da arca e do culto especial da aliança com Iahvé, se torna o **santuário** da confederação das doze tribos» ([5]). Desempenhado sucessivamente por Siquém e Silo, possìvelmente também por Gabaon, este privilégio veio a ser apanágio de Jerusalém, onde o anjo de Iahvé se manifestara (2 Sm. 24/16-25, onde se levantara um edifício que abrigava a arca e fora dedicado a Iahvé perante os autorizados anciãos (cf. 1 R. 8/1) e com a participação de todos os israelitas (cf. 1 R. 8/65).

O único lugar santo

De central que era, o santuário de Jerusalém passou, com o tempo, a santuário **único.**

Esboçado por dois reis — Ezequias e Josias ([6]) — que viram gorados os seus esforços pelos acontecimentos imediatos ([7]), o movimento de reforma vingou na comunidade pós-exílica.

O Deuteronómio, cuja descoberta em 621, dera já a inspiração a Josias (2 R. 22/ — 23/3), passou então a ser o paladino da causa. O seu código enceta precisamente por um capítulo bem claro quanto à unidade do santuário: Dt. 12/1-12 (na 2.ª p. pl.) é a formulação da lei geral; 12/13-21 (na 2.ª p. sing.) encerra uma série de prescrições particulares. Não restam dúvidas: «Não procureis encontrar Iahvé, vosso Deus, a não ser no local escolhido por ele, entre todas as vossas tribos, para aí colocar o seu nome e aí habitar» (12/5). «Livra-te de oferecer os teus holocaustos em qualquer dos lugares sagrados que vires; só no lugar escolhido por Iahvé, numa das tuas tribos, poderás oferecer os teus holocaustos» (12/13-14). Este era, evidentemente, Jerusalém. Só a atribuição a Moisés não permite que o texto o diga explìcitamente.

A afirmação do único lugar sagrado em Israel excluía, portanto, a sobrevivência dos demais. O novo rumo era aconselhável como elemento de coesão política para o povo; era, sobretudo, medida de segurança em favor da pureza do monoteísmo sempre ameaçado pela idolatria circunvizinha. Esta vantagem real e oportuna não conseguia, porém, imunizar contra o perigo de uma indevida absolutização de elementos relativos. Ligar a presença de Deus a um único ponto geográfico era associar a experiência de Deus à presença física nesse local. Estava assim criado o lugar sacro por excelência: o único na terra, indispensável para a vivência religiosa, onde o fiel fazia coisas que não podia empreender em nenhum outro lado, onde Deus se empenhava sem possibilidade de se igualar em coordenadas terrestres diversas.

Conhecemos como a escola deuteronómica logrou formular um equilíbrio de elementos difícil de manter: a centralização do culto acarreta certa localização do Deus único num só lugar; mas, em última análise, é apenas o seu Nome que lá reside (1 R. 8/16-21, 29; Dt. 12/5, 11; 14/23), o próprio Iahvé habita nos céus (1 R. 8/39). «Poderá Deus habitar verdadeiramente com os homens sobre a terra? Os céus, e os céus dos céus não o podem conter, menos ainda esta casa que eu construí!» exclama Salomão na dedicação do templo (1 R. 8/27).

Se não fosse o culto da **Torah** e o arrojo dos profetas, o universalismo concentrado à volta do templo teria apresentado uma estrutura ainda mais impenetrável aos outros povos, o muro das lamentações teria conhecido antes lágrimas e queixumes.

Missão dos santuários

Se era útil acompanhar assim a trajectória do lugar sagrado em Israel que de multiplicidade passou à unidade, mais importante se me afigura apontar algumas das tarefas desempenhadas pelos santuários na economia religiosa do povo eleito.

Pelos valores envolvidos na sua origem e pelas necessidades dos homens, o santuário, uma vez fundado, passa a ser ponto de confluência dos fiéis, centro de peregrinações. Além das iniciativas privadas ou pessoais, o calendário israelita menciona três festas de peregrinação (8): «Três vezes por ano tu me celebrarás uma festa (Ex. 23/14). O vocábulo que aqui designa **festa,** não é o genérico **mô'êd,** mas o específico **hâg** reservado para as três festas-peregrinação; assim se faz alusão às danças e procissões envolvidas, antigamente, nos ritos da peregrinação (9). São elas: a **festa dos Ázimos** na primavera, a que se ligou depois a Páscoa; a **festa da Ceifa** celebrada sete semanas (ou 50 dias = Pentecostes) depois da Páscoa, que assinalava o fim da ceifa do trigo e a que se ligou a recordação da promulgação da lei no Sinai; a **festa da Colheita,** no outono, ao terminar a estação da fruta, também chamada festa das **Tendas** pela sorte de barracas de folhagem em que se celebrava, e evocava os acampamentos de Israel no deserto.

A obrigação incumbe os homens de Israel: «Três vezes por ano toda a população masculina se apresentará diante do Senhor Iahvé» (Ex. 23/17; 34/23). Datando certamente da época dos Juízes, o texto não define o lugar exacto da peregrinação. M. Noth pensa que o autor visa os santuários locais; G. B. Wright supõe, pelo contrário, que se aplica ao santuário central, antes do estabelecimento do santuário único. Tal como está, o teor do preceito tanto vale para uns como para o outro (10).

Atingindo deste modo a população israelita cuja opção era decisiva para a orientação religiosa do povo, os santuários podiam ser verdadeiras **escolas do Iahvismo.** Disso temos alguns indícios.

É conhecido que as tradições israelitas, antes de serem escritas, foram elaboradas e transmitidas oralmente durante muito tempo. Ora, os santuários frequentados pelo povo constituiam os lugares apropriados para tal tarefa. Os santuários, por sua vez, dão às tradições um colorido especial, tornam-se criadores de tradições (11).

De certos textos, parece poder deduzir-se que um elemento importante da peregrinação ao santuário da arca era a leitura solene do «Livro da Aliança», feita pelos levitas perante «a assembleia do povo, homens, mulheres, crianças» que devem renovar o seu empenho em conhecer e seguir todas as palavras da Lei (Dt. 31/9-13).

Escolas do Iahvismo, os santuários são igualmente **centros de culto,** cuja perspectiva ideal é bem formulada por Orrieux em artigo recente: «O carácter histórico da religião de Israel levava a encarar as peregrinações como ritos comemorativos (zikkârôn), com um alvo triplo: a recordação do crente incidia, em primeiro lugar, sobre o acontecimento célebre do passado, uma façanha de Deus pela qual o povo devia dar graças, celebrar uma festa solene e converter-se (Dt. 6/20 ss; 26/5 ss; Ex. 12/14 ss; Sl. 111/4, etc.); depois, o fiel comemorava a presença actual de Iahvé no meio do seu povo e a exigência de santidade nela implicada; enfim e sobretudo, avivava em Israel a lembrança de seu Deus para que se renovassem em seu favor as maravilhosas intervenções comemoradas» (Num. 10/9 ss; 31/54; Sl. 20/2-6; etc. (12).

No culto como na instrução, era constante a referência ao carácter próprio do Iahvismo, fundado sobre o êxodo. A confissão de fé de Dt. 26/5-10 ou 29/1-12 estava sempre presente, pelo menos, no nome que definia Iahvé «o Deus de Abraão, Isaac e Jacob», ou na expressão mais evoluída «Eu sou Iahvé, teu Deus, que te tirei do Egipto» (Ex. 20/2; Miq. 6/3-5).

Notável nesta evocação histórica do passado é a sua actualização até envolver factos contemporâneos. «A história santa, que conheceu tempos fortes na libertação do Egipto (cf. Dt. 26/5-10), continua; «é proclamada nos santuários, não à maneira de um mito intangível, mas como um desabrochar cujas últimas fases coincidem com a actualidade». Tal é a oportuna reflexão de Jean l'Hour a propósito da história de Israel na grande assembleia de Siquém (Jos. 24/2-13), que encerra já os acontecimentos da primeira instalação na terra prometida (Jos. 24/11-12) (13). Em vez de se anquilosar no passado, a visão apresentada permanece aberta a novas maravilhas, capaz de captar a presença de Deus, impulso dinâmico que se encaminha para a plenitude e consumação.

É claro que nem sempre a realidade existencial correspondeu à missão idealmente confiada ao santuário. Houve desvios graves

que deixaram sulcos profundos na história de Israel. Aponte alguns.

Apesar das preocupações que a fé iahvista tomou para mante que a presença viva de Deus é incompatível com quaisque limitações, locais ou outras, o predomínio outorgado aos lugare sacros vai, em Israel, inevitàvelmente associado a certa locali zação da divindade. O culto lá praticado arroga-se fàcilmente uma eficácia automática e, proporcionalmente, facilita a diminuiçã do empenhamento pessoal do crente (14). Assim se prepara o terreno propício para o ritualismo: prática religiosa sem influência na vida pessoal, sem conversão de fundo, cortada das exigências morais e comunitárias, inerentes à adesão ao verdadeiro Deus Ouçamos a voz dos profetas:

«Eu detesto, eu desprezo as vossas festas, só tenho des
gosto com
as vossas solenidades. Quando me ofereceis holocaustos..
Não quero as vossas oblações,
nem olho para os vossos sacrifícios de bois gordos!
Afasta de mim o barulho de teus cantos
que não ouça o som de tuas harpas!
Mas, que o direito corra como água;
sim, que a justiça seja torrente que não seca.
(Am. 5/21-24)

Vendem o justo por dinheiro
e o pobre por um par de sandálias;
calcam a cabeça da gente simples
e fazem dobrar o direito dos humildes;
filho e pai vão à mesma mulher
para profanar o meu santo nome.
Ao pé de cada altar deitam-se
em mantos recebidos em penhor,
e bebem na Casa do seu Deus (Templo)
o vinho das pessoas que multaram... (Am. 2/6-8)

«Escutai, vós todos, que entrais por estas portas
para vos prostrardes diante de Iahvé:
Melhorai as vossas vidas e as vossas obras
e eu ficarei convosco neste lugar.
Não vos fieis em palavras enganadoras:
Este é o templo do Senhor! Templo do Senhor!

Templo do Senhor!
Se melhorardes as vossas vias e as vossas obras,
se praticardes a justiça entre vós,
se não oprimirdes o estrangeiro, o órfão e a viúva,
se não derramardes sangue inocente neste lugar,
se não correrdes (...) atrás de deuses estrangeiros,
só então eu ficarei convosco neste lugar,
neste país que dei a vossos pais
desde sempre e para sempre». (Jr. 7/2-7) (15).

Para maior sossego, calavam-se os arautos de Deus:
«Dentre vossos filhos suscitei profetas
e nazirs entre os jovens;
não é verdade, filhos de Israel?

Ora, vós obrigastes os nazirs a beber vinho,
e aos profetas destes a seguinte proibição:
Não profetizeis!» (Am. 2/11-12).

Ou então, impunha-se a subserviência entre os sacerdotes. A altercação entre o profeta Amós e o sacerdote Amasias, guarda do santuário de Betel (Am. 7/10-17), é um exemplar magnífico. Arrancado à sua humilde profissão, o mensageiro de Deus dirige-se rumo ao norte, para anunciar a queda do rei Jereboão e a deportação de Israel. O grande oficial do santuário dá parte ao soberano: «o país não pode suportar tais palavras» (7/10). Depois, delicadamente, adverte o profeta: «Amigo, vidente, vai-te daqui embora. Foge para o país de Judá; come lá o teu pão e profetiza. Mas aqui, em Betel, deixa de profetizar; estás num santuário real, é um templo do reino» (7/12-13). Gritante equívoco! Betel significa etimològicamente **(Beth-El)** Casa ou Templo de Deus. Porém, na situação presente, era apenas «Santuário real, Templo do reino». Desvio grande, inversão clara. E o mal está em ser sempre possível, através dos tempos, embora em moldes mais requintados.

II

Nas vésperas do Novo Testamento, o templo de Jerusalém já contava alguns séculos de santuário único. Aí acorriam os israelitas vindos de toda a parte. A peregrinação à cidade santa servira de inspiração para muitos cantos litúrgicos: os salmos **graduais** ou **das subidas** (Sl. 120-134) eram certamente entoados a cami-

nho de Jerusalém. Mais: a esperança escatológica tinha apontado para lá o termo do seu movimento. Os israelitas dispersos, aí se congregariam de novo; os pagãos, convertidos graças ao testemunho e mediação de Israel, afluiriam igualmente a Jerusalém nos últimos tempos (cf. Is. 2/2-3; 52/13-15; 53/11-12; 60/5-17). Este universalismo «centrípeto» estava elaborado em função do templo, finalmente acolhedor dos estrangeiros «porque a minha casa então chamar-se-á casa de oração **para todos os povos**» (Is. 56/7) ([16]).

Jesus aboliu o «lugar sagrado» ([17]).

Com o ensino e procedimento de Jesus em relação ao Templo inaugura-se outra fase na teologia do santuário e do culto. Na verdade, «ao ler, dum fôlego, os textos evangélicos com o intuito de discernir a atitude de Jesus para com o Templo e tudo o que ele representava, notam-se dois aspectos aparentemente antagónicos: um imenso respeito de Jesus pelo Templo; e, para além da crítica muito severa dos abusos e do formalismo, a afirmação de um ultrapassamento, mais, de uma caducidade e de uma condenação do próprio Templo» ([18]).

Jerusalém ocupava um lugar proeminente na história da salvação. Jesus que vinha levá-la à «plenitude dos tempos», não podia tomar posição contra a cidade santa que albergava a esplanada e a casa de Deus. Desde a infância define a sua posição de empenhado nas «coisas do Pai» (cf. Lc. 2/41-50); participa regularmente nas peregrinações e festas do povo a que pertence. Não é, pois, sem motivo que o 3.° evangelista organiza uma secção importante da sua obra segundo o esquema de uma longa e pensada subida para Jerusalém (articulações de Lc. 9/51 — 19/27).

É mesmo possível que na perspectiva dos Sinópticos, a entrada messiânica de Jesus em Jerusalém ([19]), seja enfocada como a realização do destino escatológico reconhecido à cidade santa. A expulsão dos vendilhões do templo, que segue imediatamente (Mt. 21/12-13 e Lc. 19/45-46) ou pouco depois (Mc. 11/15-17) sugere idênticas ilações: a citação de Isaías 56/7 transcrita em Mc. 11/17 relembra a afluência dos pagãos; o texto de Jeremias 7/11 chama a atenção para a destruição do templo. É o tema que explora João 2/18-22 com a seguinte conclusão: «Ele, porém, dizia isto a respeito do templo do seu corpo».

Era, por um lado, a consagração do que a primeira parte do desígnio de Deus atribuía ao lugar santo; por outro, era a superação dessa tarefa medianeira. Não foi uma substituição do único lugar santo do judaísmo por outros lugares cristãos mais santos; deu-se realmente um corte com a disposição anterior e instaurou-se uma nova disposição de acordo com o culto e sacrifícios doravante queridos por Deus. A natureza desse novo culto tornou-se mais patente com o acontecimento pascal e com o Pentecostes. A crucifixão fora da cidade, o rasgar do véu do templo são indícios da nova ordem apoiada sobre a morte e ressurreição do Senhor. O verdadeiro lugar santo — presença de Deus e função medianeira — era o corpo de Jesus, o próprio Jesus: presença viva e absoluta de Deus entre os homens, presença física da humanidade em Deus. O sacramento do corpo e do sangue do Senhor seria bom expoente deste culto em espírito e em verdade (20).

O movimento universalista centrípeto da primeira esperança escatológica, cedeu lugar ao dinamismo centrífugo «até às extremidades da terra», sem compromissos com lugares nem com limitações.

A comunidade apostólica, embora lentamente, seguiu os mesmos passos: muito respeitosa para com o templo e livre quando era preciso. Surpreendemo-la, com efeito, diàriamente assídua ao templo e partindo o Pão **em suas casas** (Act. 2/46; cf. 3/1). Paulo recorre às sinagogas, mas com liberdade suficiente para abandonar a instituição e o local, logo que o Evangelho tope com obstáculos (cf. v. g. Act. 13/46-47), sem receio de «dissertar diàriamente na escola de Tirano» (Act. 19/9-10), recorrendo normalmente aos humildes e profanos quadros da habitação doméstica para a proclamação e instrução da Palavra, bem bem como para a celebração da Eucaristia (cf. Act. 20/7-11). É o pano de fundo subjacente às saudações tão fraternas e tão pessoais que encerram, de ordinário, as suas cartas.

**oração em
írito e
verdade**

Ao falar do culto inaugurado pelo Evangelho, salta à mente a resposta de Jesus à Samaritana: «Vai chegar a hora, já chegou mesmo, em que os verdadeiros adoradores hão-de adorar o Pai

em espírito e em verdade, porque são esses os adoradores que Pai procura. Deus é espírito, e os seus adoradores **em espírit e em verdade** é que o devem adorar» (Jo. 4/21-23).

O contexto é conhecido. Meio embaraçada, meio alertada, frent ao carácter profético de Jesus, a samaritana aproveita para des lindar a questão acerca do lugar do culto a Iahvé; pede pel menos, mais uma opinião: «**Os nossos pais adoraram neste mont** (o Garizim, onde os samaritanos haviam construído, no séc. V um templo rival do de Jerusalém; embora demolido em 129 a C o culto continuava); **e vós dizeis que, em Jerusalém, é que est o sítio onde se deve adorar**» (Jo. 4/20).

A pergunta não discute a necessidade de um lugar sagrado par o culto; parte até desse pressuposto para solicitar um arbítri autorizado que defina qual de ambos os candidatos (Garizim o Jerusalém) tem mais apoio para se reclamar como o lugar sant com a exclusão do outro. A resposta. de início, mantém-se a mesmo nível. A sua originalidade está em evitar a alternativ —cálculo difícil de prós e contras — para afirmar peremptòri mente: «Crê-me, mulher: Vai chegar a hora em que, nem nest monte (Garizim), nem em Jerusalém, haveis de adorar o Pai (4/21). Em vez de dirimir a rivalidade, declara sem fundament as pretensões a lugar santo, no momento que vai chegar, isto para a nova fase da economia salvífica. Isto não impede c reconhecer a primazia de Jerusalém e dos judeus (v. 22; c Is. 2/3; Rm. 3/1 ss; 9/4-5) nos tempos findos.

Já no v. 20 há um sinal de que o horizonte começa a alarga da 2.ª p. do singular (**crê-me**), passa-se à 2.ª do plural (**adorareis** É legítimo pensar que este plural visa, para além dos samaritan e até dos israelitas, todos os homens, todos os verdadeiros ad dores do v. 23. É bem característico do 4.º evangelista es género de movimento: uma circunstância ou episódio particul ocasiona uma subida e reflexão universais sobre os valores envolvidos. No caso aqui analisado, a disputa entre dois lugar santos, oferece a Jesus o ensejo para, no dizer do P. Lagrange (21 pronunciar «uma palavra decisiva na história religiosa da hum nidade, uma visão profunda sobre o culto devido a Deus e um profecia sobre os destinos deste culto». Eis o prisma de inte pretação para o que segue.

Após o inciso favorável à missão dos judeus, Jesus atesta q chegou outra era, uma nova disposição cultual: «os **verdadeir** adoradores hão-de adorar o Pai **em espírito e em verdade**» (

23). E a razão invocada, não se confina a uma oportuna reforma ou a uma pertinente adaptação; enraíza-se muito mais fundo: «**Deus é espírito** e, portanto, os seus adoradores devem adorá-lo em espírito e em verdade» (v. 24).

A fórmula é densa e sugestiva. Resolve, primeiro, o problema do lugar sagrado tal como o Judaísmo o punha, abolindo-o. A nova adoração não depende de lugares, nem de línguas, nem de grupos, nem de nações; não contém sacrifícios a oferecer em sítios determinados. Embora processando-se em lugares e decorrendo a ritos e símbolos (cf. Jo. 3/3), permanece livre e não ligado a qualquer lugar santo.

Define os «verdadeiros **(alethinoi)** adoradores, os dignos deste nome, como aqueles que se empenham a fundo, «com alma e coração» diríamos nós, com adequação dos seus próprios sentimentos na súplica que se faz, na acção de graças que se dá, no louvor que se entoa, no mistério salvífico que se celebra e torna presente. A adoração **em verdade** envolve, portanto, a sinceridade e a integridade do coração. É a condenação da atitude mágica, do ritualismo, da rotina, da participação a meias.

O teor universalizante da fórmula e as noções espontâneas associadas à **verdade** autorizam mais um passo. Na Bíblia, a verdade opõe-se à mentira, mas também à vacuidade das coisas, ao carácter vão (vaidade) e inconsistente das iniciativas. Sob este prisma, é vão o culto, quando dirigido a ídolos vazios e mortos; é vão o culto, quando feito na ignorância dos irmãos ou desligado do real serviço a que eles têm direito por ordenação divina; é duplamente vão, quando praticado a expensas dos bens que lhes foram subtraídos. Ocorre, a este propósito, citar Jr. 7/1-15, onde, no mesmo versículo, são condenados dois desvios graves do culto: a opressão do próximo (representado pelas três clássicas situações de desprotegidos: estrangeiro, órfão e viúva) e o seguir os deuses alheios (cf. Jr. 7/6). E o texto avança: «É uma mentira, é uma esperança vã roubar, matar, cometer adultério, perjurar, incensar Baal, seguir deuses alheios não conhecidos, e depois, vir apresentar-se diante de mim, neste templo em que habita o meu nome, e dizer: «Eis-nos em segurança», para prosseguir todas essas abominações!» (Jr. 7/8-10).

O culto em verdade é, simultâneamente, **culto em espírito.** Para além do esforço em prol do que fica dito, o termo talvez queira inculcar a atenção ao **Espírito de verdade (pneuma tes aletheias)** que impelirá para a totalidade da verdade incluindo as coisas vin-

douras (Jo. 16/13), que recordará tudo o que Jesus disse (Jo 14/26). Nasce assim um culto vivificado pelo Espírito, cioso po manifestar a nova disposição oriunda da morte e ressurreição d Senhor, debruçado sobre o amor de Deus manifestado em Crist e sobre o mistério do homem que ocupa mais de 2/3 da Escritura

O culto cristão

Abolido o lugar sagrado do Judaísmo e proclamada a adoraçã em espírito e em verdade, a peregrinação em demanda de Jerusa lém foi igualmente posta de parte. O proceder de Paulo e do demais apóstolos, mostram-no com toda a evidência. É lógic pensar que, se tivesse presenciado a ruína da cidade santa n ano 70, o Apóstolo teria sido ainda mais afoito em relação a desprendimento de Jerusalém onde subsistiam as barreiras mate riais (cf. Ef. 2/11-22), em favor da expansão universal d Evangelho.

Tal desafeição, no entanto, não era uma perca; antes pelo con trário, era uma superação. Aquilo que as antigas práticas pro curavam a custo e sob ameaças permanentes de desvios, er agora alcançado em Cristo e nos fiéis, por toda a parte, e con quilate humano-religioso superior, próprio do Evangelho: bo nova da salvação proposta gratuitamente a todos os homens quer dizer, acesso ao amor do Pai e ao amor fraterno, facilitad e obtido realmente por Jesus morto e ressuscitado. primícias do falecidos (1 Cor. 15/20), cabeça da Igreja (Ef. 5/23), primo génito de toda a criatura (Col. 1/15).

Doravante, sabe-se e repete-se que, pelo seu Espírito, Deus habit em todos os que acreditaram na Palavra: «Não sabeis que soi templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?» (1 Co 3/16). Verifica-se que a assembleia dos fiéis reunidos em nom do Senhor, conta com a sua presença (cf. Mt. 18/20) e, quand congregada para celebrar a ceia do Senhor centrada no seu Corp e Sangue, merece duplamente o nome de **ekklesía** (cf. 1 Co 11/17-34).

A primazia é instintivamente dada às pessoas e às celebraçõe comunitárias por elas promovidas. Em tal clima, diria que nã há lugares sagrados; pelo menos, não preexistem. É a presenç dos crentes, também chamados «santos», que torna santa um

das dependências da casa particular, escolhida para a reunião eclesial. Aos cristãos de Corinto, Paulo envia saudações de Áquila e Prisca, «bem como da igreja que se reúne em sua casa» (1 Cor. 16, 19). E não é a única vez que fala assim (cf. Rm. 16/5; Col. 4/15; Film. 1-2).

A condição de estrangeiros

A igreja apostólica ignora decididamente o lugar santo como tal. Com idêntica firmeza põe de lado a peregrinação ou busca porfiada desse lugar.

Pois bem, a mesma comunidade eclesial concebe a existência cristã como um exílio, onde não pode haver instalação definitiva. O cristão, como concidadão dos santos e pessoa da casa de Deus (cf. Ef. 2/19), não tem a sua pátria na terra. «Quanto a nós, a nossa pátria encontra-se nos céus, donde precisamente aguardamos como Salvador o Senhor Jesus Cristo» (Filp. 3/20). Vive na terra como num exílio, longe do Senhor, privado da visão clara, apenas com o arrimo da fé (cf. 2 Cor. 5/6-8). Por definição, é um viandante, um peregrino que não pode contar com morada terrestre permanente. A consciência desta situação era tão viva que, para designar a célula elementar da Igreja, o Novo Testamento (1 Pd. 1/17; 2/11) empregou o termo **paroikia,** isto é, pousada provisória junto à população abrigada em casas, residência ocasional de estrangeiros ou peregrinos.

Esta desinstalação intensifica a urgência da edificação e do advento do Reino e, por outro lado, cria uma tensão sem angústia, fomenta uma esperança inventiva e dinâmica. O itinerário da peregrinação a fazer não se mede pelos marcos geodésicos nem pelos Km de estrada percorrida; avalia-se, sim, pelo grau de união aos irmãos e a Cristo ressuscitado, em quem e por quem temos, em comunhão fraterna e eclesial, acesso ao santuário celeste (Rm. 5/1-3; Ef. 2/12-18; etc.). Lá penetrou Cristo, em nosso favor, uma só vez, com seu sangue mais que suficiente para a salvação de todos (cf. Hebr. 9/24-28 e passim).

Em rigor, portanto, esta condição não envolve deslocação espacial. É peregrinação que se faz sem peregrinar, passagem que se

opera em toda a parte: «A novidade que Cristo traz, consiste exactamente nisto: mediante a missão (proclamação do Evangelho em todas as suas modalidades) cristã, tanto os pagãos como os judeus, em sua vida ordinária, dispõem de um **acesso directo à salvação,** sem outra mediação além da de Jesus Cristo, caminho de luz e de verdade» ([22]), sem necessidade de procurar um lugar santo.

III

A mística do peregrino

Respeito pelo lugar sagrado do Judaísmo, libertação da sua economia mediante o abandono da sua peregrinação que representa a adesão à «Via» (Act. 9/2; 18/25-26; etc.) eis, a largos traços, a atitude da igreja apostólica que interessava assinalar aqui.

A situação não mudou, de modo palpável, durante os primeiros séculos. Só ao findar a chamada época das perseguições, melhor, ao encetar a era das facilidades outorgadas à Igreja pelo Império convertido, a demanda dos «lugares santos» se começa a sentir, contando à sua frente a viagem de Helena à Palestina e a presença empolgante da arte e do dinheiro que irradiam de Bizâncio: os monumentos sacros que surgem são numerosos e dignos de admiração. Iniciado o movimento, o ritmo da marcha acelerou e o contingente dos associados subiu.

A Idade Média calentou uma autêntica mística do peregrino, marcada em larga escala pelo elemento penitencial ([23]), e posta ao serviço de valores muito diversos ([24]). Assim, conservar a Terra Santa acessível à piedade dos peregrinos foi um dos motivos das Cruzadas; na altura, talvez não se tenha reflectido que, a tal libertação dos lugares santos ia corresponder infalìvelmente um endurecimento e uma série de represálias muçulmanas sobre os cristãos do Oriente. Outra linha evolutiva e incrementadora de peregrinações polarizou à volta da memória dos apóstolos e mártires. Surgem destarte, centros como Roma e Compostela. Mais recentemente impuseram-se os santuários que recordam intervenções maravilhosas ou fomentam a devoção à Virgem Santíssima. História longa ([25]) de uma realidade complexa e de apreciação teológica nem sempre fácil.

Além de realidade histórica, trata-se também de um componente actual da panorâmica religiosa e da consciência de muitos fiéis. Daí que uma Pastoral esclarecida não possa menosprezar o facto e deva aplicar-se a integrá-lo na «analogia da fé» e a incutir-lhe o equilíbrio valorativo e realizador que a Palavra de Deus comanda. Ao fazê-lo, basta de resto assumir o que lhe compete em todos os domínios da sua acção. Da minha parte, alinho finalmente algumas observações, possíveis pistas de estudo que pode conduzir a decisões oportunas.

• Em cristianismo não há um «lugar santo», no sentido forte assumido pelo termo em relação à Jerusalém do judaismo ou à Meca do islamismo. A santidade do cristão não depende da sua ida aqui ou acolá; está na sua adesão a Deus por Cristo, na sua inserção e coerência de vida no Povo de Deus.

• Criam-se, no entanto, lugares sagrados, consoante a necessidade dos fiéis. Neles se promove a celebração da «Liturgia que é, simultâneamente, o cimo para o qual se dirige a acção da Igreja e a fonte de onde promana toda a sua força» (Const. sobre a Liturgia, n. 10). A actividade sacra existe para ser ponto de convergência e expressão da vida dos participantes, comunhão com Deus em Jesus, descoberta dos irmãos, ponto de partida impulsionador de uma vida mais plenamente empenhada no lar, na profissão, na sociedade humana.

• Na determinação do local, a escolha pode incidir sobre todo e qualquer sítio; na verdade, todas as coisas e todos os espaços podem ser consagrados, isto é, assumidos no e para o culto; os que o são, figuram como intérpretes e representantes de toda a criação.

• Embora indispensável ao homem, o domínio do sagrado mudou na história, e varia, tanto nos componentes do seu clima como na sua extensão, ao passo que o empenhamento no Reino é sempre total e coextensivo com a vida. Não esgotando os valores religiosos, o sagrado pode estar em crise sem que aqueles sofram. Compreendido isto, a actual «desacralização» do mundo pode ser perfeitamente normal e sã.

• Há tarefas divinas no dia a dia (doméstico, profissional, civil e político) bem humano — chame-se-lhe profano — cuja perfei-

ção consiste em ser o que são, e não em beneficiar de uma «bênção» ou «consagração».

• Que o sacro, portanto, não seja uma fuga das tarefas e realidades terrestres, por parte de quem se sente mal na obra **boa**, desde o começo (cf. Gn. 1/31), salutar e repleta de esperança (cf. Sab. 1/14).

• Os santuários são lugares sagrados que devem igualmente aferir-se pelas coordenadas que precedem.

• As peregrinações, em cristianismo, para onde quer que se dirijam elas, não podem ser consideradas como um absoluto (seria regressar ao judaísmo ou aderir a um dos cinco pilares da fé muçulmana); são de devoção. Como tais, podem dar ocasião ao dom da conversão; é normal que desempenhem o papel de «tempos fortes» na oração, na reflexão e no culto ordinários.

• O seu fruto mais directa e lògicamente esperado, embora não infalível, seria avivar no peregrino a dimensão escatológica da sua vida: desinstalado, a caminho da pátria, despojado de tudo o que retardaria a marcha, vigorosamente votado à missão que urge, no entretanto, realizar.

• A peregrinação à Terra Santa incluindo a visita demorada dos diversos lugares, não perdeu a actualidade. Uma estadia na Palestina tem eficácia própria, é grandemente útil para o entendimento mais exacto e penetrante, para a vivência do Evangelho e de toda a Palavra de Deus. Assim o entendeu Etheria, peregrino dos fins do séc. IV que anota no jornal de viagem o que fazia a cada passo: «Logo que chegávamos ao lugar que eu queria visitar lia-se sempre o texto correspondente tirado da Bíblia» (Sources Chrétiennes, n. 21, p. 108-109).

• Fátima é, antes de mais nada, uma **mensagem.** Aguardamos que o cinquentenário nos proporcione um estudo crítico das suas formulações ou apresentações sucessivas ou complementares, a fim de, bem destacada no seu teor primitivo, alcançar maior vigor e eficácia. Até ao presente, é comum apresentar o seu conteúdo assim: «penitência e oração»; explicitando mais, ouve-se: «arrependimento, mudança de vida e oração»; ou, na fórmula do Senhor Cardeal-Patriarca: «A essência da mensagem de Fátima é esta seguir o Evangelho».

Não podia esperar-se outra coisa. Sabemos que «não é possíve esperar nenhuma outra revelação pública antes da gloriosa mani

festação de nosso Senhor...» (Const. **Dei Verbum**, n. 4). Estamos portanto diante de um apelo para o Evangelho, significativamente paralelo à pregação do Precursor, como que a confiar ao Povo de Deus a diligência premente de mergulhar na Boa Nova, discernir as suas implicações para hoje, e vivê-las em irradiante testemunho. Não basta haver em Fátima elementos evangélicos; devem verificar-se lá como equilíbrio e a hierarquia de valores do N. T. O juiz é a Igreja que também falou no Vatic. II.

• Fátima é também um «**lugar sagrado**». Nem por isso santifica infalìvelmente os que lá vão, vivem ou trabalham... O caso não é inédito. Eu vi o mesmo em Jerusalém e algo parecido aconteceu até à volta de Jesus. Mais do que ao local, o carácter sagrado cabe a Fátima em função da congregação dos fiéis em nome do Senhor, em sua dependência e na dos mistérios que se revivem. Pode haver momentos de intensidade diversa.

O culto celebrado deve guiar-se pelos imperativos da adoração «em espírito e em verdade» e do culto cristão, mencionados e ràpidamente descritos acima. Ao lado da consolação a dar, há energias a suscitar e a orientar para o serviço dos demais, peregrinos membros do Povo de Deus.

Importa, a propósito, ter presentes as declarações de D. Manuel Falcão (Novidades de 29-I-1967). Sublinham a providencial contribuição que Fátima pode brindar à Pastoral do país. Para tanto, estude-se o sentido da mensagem à luz do Concílio; molde-se a pregação pelo valor kerygmático e finalidade catequética; eduquem-se os fiéis numa oração que não se confina ao pedido, não limita o agradecimento às promessas e se compraz na admiração aberta ao mistério de Deus e do mundo em que o homem mora; incuta-se uma formação litúrgica, etc. O programa ultrapassa as fronteiras do Santuário e torna-se interpelação a todas as paróquias ou agregações que promovem a ida a Fátima.

Pelo que diz respeito ao culto a N. Senhora, não será o cap. VIII (nn. 52-68) da Const. **Lumen Gentium** o padrão mais exacto e mais recente?

• Fátima foi uma **aparição** de N. Senhora. Eu diria: Uma comunicação de Deus, transmitida pelas palavras da Mãe de Jesus. Isto basta para imaginar quanto desvelo de mãe solícita está por detrás de tal empreendimento. Ora, dentro da fé, os dons e privilégios recebidos são responsabilidades.

Em comunicações desta sorte, há que distinguir a mensagem da

roupagem ou representações que a veículam. Estas correspondem ao momento histórico em que se inserem, não têm a garantia da perenidade do seu valor, até costumam ser muito relativas. Só a interpretação destrinçará na comunicação, o que é circunstancial, o que é representação adaptada ao interlocutor, e o que é a mensagem pròpriamente dita. Em boa hierarquia de valores, temos: primeiro a mensagem; depois o facto da comunicação; finalmente, a modalidade e decoração da mesma. Cuidado, portanto, em utilizar material descritivo das aparições como lugares teológicos. Compete à teologia tomar o peso daquele.

• À luz dos desvios que já outrora enegreceram a claridade dos santuários israelitas, Fátima precisa, a todo o preço, de evitar:

— A localização na terra da Mãe de Deus, o estrangulamento do culto marial a um estilo de imagens ou a uma só representação plástica.

— O ritualismo da promessa cumprida (às vezes com grande sofrimento e alguma excentricidade), sem relação alguma com a vida de fé e conversão pessoal, sem real transformação da vida para Deus. Faça-se luz, para que o cumprimento se processe na confiança de filho e marque uma melhoria de vida.

— A participação ritual sublinho ritual) nas cerimónias que tranquiliza a consciência e consola, sem que a verdadeira paz seja manifestada na vida ordinária ulterior pelas obras da justiça, da fraternidade e da pacificação a todos os níveis.

— Servir causas alheias à sua natureza. A pastoral do Sr. Bispo de Leiria (25-VII-1966), ao proclamar o cinquentenário, faz advertências do seguinte teor: «Mais uma vez (...) tivemos de fazer sérias advertências sobre certas esperanças ilusórias e espectaculares que não vem para o caso repetir. Fátima não tem a missão de encher de fantasias a quem vive ou quer viver de sonho e alucinação. (...)

Tão pouco vem Fátima dar razão a falsos agoureiros de sonhadas catástrofes mundiais. Fátima não pode ser reduzida a profecias sensacionalistas de guerras espantosas. Muito menos pode dirigir-se a sua Mensagem, essencialmente pacífica, contra qualquer país (...). Fátima não pode ser nunca um nome de fracção partidarista, em que se joguem valores terrenos e políticos.

Afirmamos que Fátima é coisa muito mais séria que tudo isso. Fátima, realmente, também nisto «actualiza» todo o sentido evan-

gélico de uma igreja lançada escatològicamente para um futuro que está bem seguro nas mãos de Deus».

FR. RAIMUNDO DE OLIVEIRA

NOTAS

(1) «O cinquentenário das aparições, ocasião única para, à luz do Concílio, repensar a Mensagem de Fátima e renovar a pastoral do Santuário», em B. I. P., n.º 48-49 (1966), 148-152.

(2) O P. DE VAUX, já o fez, em parte, e com qualidade, em **Inst. de l'Ancien Testament**, II, Paris, 1960.

(3) Por exemplo, Gn. 12/6-7 para o Santuário de Siquém; e Gn. 28/10-12 no intuito de enaltecer o de Betel.

(4) DE VAUX op. cit., II, p. 107-113.

(5) W. H. IRWIN, **Le Sanctuaire central israélite avant l'établissement de la monarchie**, em **Rev. Bibli.** (1965), p. 163.

(6) Eis o elogio tecido a Ezequias em 2 R. 18/3-4: «Fez o que é agradável a Iahvé, imitando tudo o que fizera seu antepassado David. Foi ele quem suprimiu os lugares altos, quebrou as estrelas, ...e despedaçou a serpente de bronze que Moisés fabricara.»

O de Josias vai ainda mais longe no mesmo rumo: 2 R. 23/5, 8-9.

(7) Manassés contrariou o esforço do primeiro (2 R. 21/3), enquanto o reaparecimento (Jer. 7/1-20; 13/27) da influência egípcia e babilónica reinstala os deuses estrangeiros após o zelo do segundo.

(8) Esta determinação figura nas quatro tradições do Pentatêuco: elohista, em Ex. 23/14-17; iahvista, em Ex. 34/18-23; deuteronomista, em Dt. 16/1-16; e sacerdotal, Lv. 23. Só mais tarde surgiram outras festas em Israel.

(9) Cf. DE VAUX, Inst. de l'A. T., II, p. 366.

(10) Cf. W. H. IRWIN, **art. cit.**, p. 168.

(11) Relembremos, por exemplo, o ciclo do santuário de Gilgal em relação aos acontecimentos narrados na primeira parte do livro de Josué.

(12) L. — M. ORRIEUX, **Le pèlerinage dans l'Écriture Sainte**, em **Lumière et Vie**, (Sept.-Oct. 1966) pp. 8-9.

(13) JEAN L'HOUR, **L'alliance de Sichem,** em **Rev. Bibl.** (1962), **p. 25.**

(14) Cf. L. — M.ORRIEUX, **art. cit.,** pp. 9-10.

(15) Leiam-se ainda: Os. 6/6; Is. 1/11-17; Miq. 6/6-8; Jr. 6/20; Sl. 40/7-9; 51/18-19.

(16) Cf. ORRIEUX, **art. cit.,** pp. 18-25.

(17) Consultar M. — Y. CONGAR, **Le mystère du Temple** (Col. Lectio Divina, n.º 22), Paris, 1958. Ver também L. — M. ORRIEUX, **art. cit.,** pp. 25-34.

(18) Y. — M. CONGAR, **op. cit.,** p. 138.

(19) Mt. 21/1-11; Mc. 11/1-11; Lc. 19/28-38; Jo. 12/12-16.

(20) Y. — M. CONGAR, **op. cit.,** p. 153.

(21) M. — J. LAGRANGE, **Évangile selon saint Jean** (Col. Études Bibliques), Paris, 3.ª ed., 1927, p. 113.

(22) L. — M. ORRIEUX, **art. cit.,** p. 32.

(23) M. — B. CARRA DE VAUX, **Les pèlerins du moyen âge,** em **Lumière et Vie,** n.º 79 (Sept.-Oct. 1966), pp. 56-58.

(24) Relembra-se a ânsia de entesourar relíquias que dominava os peregrinos e santamente lhes embotava a consciência perante processos moralmente pouco seguros, de ambas as partes: busca e oferta (cf. M. — B. CARRA DE VAUX, **art. cit.,** p. 55).

(25) Para o pormenor das mais antigas, consultar H. LECLERCQ, **Pèlerinage à Rome,** em **Dict. d'Archéol. Chrét. et de Liturgie,** XIV — A. col. 40-65. **Id., Pèlerinages aux lieux saints, ib.,** col. 65-176.

maria

na espiritualidade do cristão

«Não deixarei que subsista no teu seio senão um povo pobre e humilde, que porá o seu refúgio no nome de Iahvé».

Sofonias 3/12

Cristão é o de Cristo; o que reconhece Cristo como Cristo, isto é, o Salvador que nos libertou do pecado e da morte, o Filho que nos permite chegar à união com Deus Pai, o Senhor. Para o reconhecer em adesão total é preciso um esforço permanente, na perseverança da fé, na crescente conversão da inteligência, na recta direcção dos actos e decisões que vão tecendo a vida, na preocupação de fidelidade, na luz da relação pessoal que se estabelece com o nosso Irmão e Senhor. Todo o contexto histórico pelo qual a sua revelação nos chega, o Israel da expectativa, os tempos apostólicos da primeira vinda, a Igreja da transmissão e da esperança, preparadora da vinda definitiva, todos os elementos pelo qual esta revelação se nos transmite, na Escritura, na Tradição, no Magistério, meios tão estreitamente associados «que um sem os outros não se mantêm» (Const. «Dei Verbum» 10), têm portanto de ser recebidos, meditados, entendidos antes de tudo em perspectiva cristocêntrica. Pois Cristo é o centro de todo o nosso mundo de valores, e sua única bitola.

E isto é a boa notícia que Deus tem a dar aos homens, a bo notícia por antonomásia, a única notícia ou nova que tem ju integral a ser chamada boa; como o narrador põe na boca de Pedr ao instruir Cornélio: «Ele enviou esta palavra aos filhos de Israe para anunciar a boa nova da paz por Jesus Cristo: é Este Senhor de todos» (Actos 10/36). Em face desta boa notícia não há nada tão importante a comunicar aos homens; tudo que se lhe diz sobre o que recebemos revelado só tem interess portanto na perspectiva evangélica, isto é, subordinado, apon tando para o «evangélios» que é Cristo. Tudo o que recebemo deve portanto ser perscrutado, avaliado, entendido, nesta pers pectiva, a única que transforma palavras ou sucessos incidentai em sinais e meios da história da salvação.

Este disciplinamento intelectual que tudo ordena para um ponto central é característica do cristão, homem de visão integradora homem de uma fé sem vários polos, mas um único; homem não de ritos múltiplos mas de uma única atitude. Porque o ordena todo o seu mundo religioso numa linha, a evangélica, conducent a um centro, Cristo Senhor, corresponde a fazê-la convergir no Senhor Deus, pois que Ele está no Pai e o Pai nele (Jo. 14/11) porque são Um (Jo. 17/22); face a face com Deus, o que defin o homem na sua história é a sua atitude para com Deus; é em tudo e por tudo o modo como se coloca perante Deus, e valora nessa perspectiva, essa postura. Isso significa que toda a vida do homem, toda a sua biografia, todo o suceder de opções e decisões que a entretecem, hão-de ser ajuizadas em perspectiva teologal. Esta é a verdadeira fonte da ética, o verdadeiro padrão da vida moral, e da vida religiosa, e da vida de homem «tout-court»; por este padrão hão-de portanto ser pesadas e entendidas as pessoas e os seus actos, a esta luz se aproximará o cristão também das figuras da Escritura.

A espiritualidade do cristão é definida por estes três eixos de referência: cristocêntrica, evangélica, teologal; que lugar tem nela Nossa Senhora?

O que a Igreja Apostólica tinha a dizer de Maria, e com que alegre maravilhamento e diz, põe-no Lucas na sua própria boca, nos versículos 46 a 55 do primeiro capítulo da sua versão do evangelho. É portanto a peça textual essencial para formarmos no nosso coração a imagem da Virgem. Se com ela relacionarmos as outras passagens neo-testamentárias que falam de Maria, e a integrarmos no contexto mais amplo vetero-testamentário pelas conotações, citações, alusões a que todos esses textos apelam, captamos a imagem escriturística de Maria, cujo fulgor se reflecte geração após geração cristã desde os textos patrísticos dos primeiros séculos aos actos do Magistério no presente, e ao longo de todos na devoção profunda da Igreja. A tentativa de apreender essa imagem irá respondendo à questão que é tema destas linhas.

«Megalünei ê psiqué mou ton Kürion», «Engrandece a minha alma o Senhor», exalta-O, louva-O, proclama a Sua grandeza, atesta-a pela minha atitude e a minha vida: assim irrompe Maria; o Senhor que é o único que É, cuja «glória enche toda a terra» como proclama Isaías (6/3) e que do «seio da tempestade» confunde Job: «onde estavas tu quando criei a Terra?» (38/4), o Senhor que escolheu Israel e o ama com um amor ciumento e o «desposará para sempre», «o desposará na justiça e no direito, na ternura e no amor, o desposará na fidelidade» (Os. 2/21); o Senhor diante de quem «tombam os maus, caídos sem poderem levantar-se» (Sl. 36/13), Iahvé. E daqui nasce todo o tom da atitude de Maria perante Deus, esta adoração maravilhada e alegre ao que é o Senhor, indiscutível e transcendente.

Também Senhor do nosso destino, do que usamos, do que somos. Porque esta atitude explìcitamente reconhece que é verdadeiramente nas mãos de Deus que estamos, e que é estultícia além de ruptura pecadora pretender governar o nosso destino fora e contra a Sua Vontade; que nos aguarda no futuro, que coisas teremos que nos será pedido, está nas Suas mãos: não podemos arranjar segurança ou linhas de garantia nem na posse de bens, nem na astúcia da conduta, nem em planos maduramente elaborados; tudo é nada diante do Senhor, que «dispersa os homens de coração soberbo», que «derruba os poderosos de seus tronos», que «despede os ricos de mãos vazias». A prosápia humana, o poder que um homem exerce sobre os outros, as riquezas que amontoou caem como as tendas a que se cortam os cabos, que-

bram-se como os cedros sobre que sopra a tempestade; o Senho derriba-os porque nada subsiste diante da Sua face, mesm quando os homens de tal se esquecem.

Atentemos; porque a atitude de Maria que nesta perspectiv teologal se descobre vai ser o fulcro da posição que ocupa n nossa espiritualidade, o contorno exemplar no qual os nosso olhos filiais se pousam. Perante Deus, Maria só pensa nele; canta obedece, confia; em clima desabrochante de alegria, de profund reconhecimento, de tranquilidade total. Canta: «o meu espírit estremece de alegria em Deus meu Salvador». Obedece: «deito os olhos sobre a sua humilde serva». Dez versículos atrás na res posta ao anjo, Lucas empregara o mesmo termo «doulê», serva criada, «aqui está a criada do Senhor», a que faz o que o Senho lhe manda, a que sem hesitação ou dúvida ouve e vai cumpri obedece. Confiantemente: «que me aconteça segundo a tua pala vra». Está já aqui toda a atitude de disponibilidade, de abandon profundamente fundamentado e meditado à Providência, de liber dade perante os bens terrestres, de Mateus 6/25 (...«olhai o lírios do campo...»), do «Pai-Nosso», de Mateus 5/3 («bem -aventurados os pobres no espírito»...).

O paralelo leva-nos a descobrir novos planos na atitude teologa da Virgem. «Bem-aventurados os pobres no espírito». Os pobres Os pobres do Senhor. Aqueles de quem o salmo 37 («não te impa cientes contra os maus... depressa, como a erva, murcharão» diz: «os humildes possuirão a terra, alegra-te em uma grand paz (11); e o deutero - Isaías, no segundo canto do Servo, «Céu gritai de alegria!... Porque Yahvé consola o seu povo e toma c seus pobres em piedade!» (Is. 49/13). Aqueles cuja presenç enche os dois primeiros capítulos de Lucas, onde o cântico d Maria se inscreve. Zacarias, o sacerdote humilde que não pertenc à classe superior sacerdotal, pois em vez de viver em Jerusalé como esta, mora numa aldeia dos arredores, com Isabel, dupla mente pobre porque é estéril. Nazaré, a povoação tão obscura qu nem se sabe como se escreveria em aramaico pois em nenhu texto figura, e nela José que ao ir fazer a apresentação ritual d primogénito teve a tabela dos pobres, dois pombos. Quem foi v aliás o recém-nascido da gruta foram pastores, «acampados e campo aberto», avisados pelo Alto, que também a duas humild

figuras conduziu para que assistissem à purificação no templo, um tal Simeão e uma tal Ana viúva, obscuros personagens, sem relevo da menor espécie na capital herodiana, mas a quem um traço luminoso distingue aos olhos do Senhor, porque ambos esperavam a «consolação de Israel», a «redenção de Jerusalém». São só figuras de pobres que aparecem neste mundo de Lucas 1 e 2; pobres no sentido não apenas da humildade social e da modéstia de posses, mas no sentido religioso que sobre este se inscreve necessàriamente se o pobre vulgar se transforma num «pobre do Senhor», num daqueles «anawim» cujos grupos eram sede da mais pura esperança, da mais viva piedade de Israel.

Sobre este fundo, revelador de todo um ambiente implicando pois uma mensagem de pobreza, o cântico de Maria vem explicitá-la de modo claro, e a vários níveis. Logo no aspecto formal, ecoa com o primeiro verso o cântico de Ana mãe de Samuel, «o meu coração exulta em Yahvé» (I Sam. 2); e assim se evoca não apenas a figura de uma mulher pobre no sentido social (estéril) e religioso (piedosa), em cuja pequenez o Senhor atentou, mas todo o mundo da esperança dos pobres («Yahvé retira o fraco da poeira, levanta o pobre do fumeiro, fá-los sentar com os nobres, dá-lhes um lugar de honra» (I Sam. 2/8), e toda a acção providencial do Senhor no seu povo: Samuel virá a ser o grande profeta-juiz que sagra Saúl, primeiro rei de Israel, uma das figuras mais nobres da Escritura. Mas a riqueza deste texto, no qual ressoam numerosas passagens vetero-testamentárias, do Génesis a Sofonias, de Job a Habacuc, de Isaías aos Salmos, não consente nestas linhas senão fragmentária afloração: anote-se este aspecto essencial de que por ele Maria nos aparece inscrita na linha dos pobres de Yahvé que tudo esperavam do Senhor e viviam na modéstia social e na humildade espiritual; o exemplo que para a nossa vida e espiritualidade daí nos vem, é claro.

A religião revelada é essencialmente comunitária, eclesial: a ligação a Deus conta necessàriamente com os outros; a atitude teologal de Maria inclui portanto uma essencial relação com a esperança de todo o Israel, inscrevendo-se na linha da expectativa messiânica, que virá justamente desabrochar «na humilde serva» que é Maria, em quem «o Altíssimo fez grandes coisas».

Essa inserção é da parte de Maria profundamente consciente. Já no episódio da anunciação tal se entrevê, pelos termos que Lucas emprega; Maria, a judia piedosa que esperava a salvação do Senhor, vê-se saudada pelo Anjo de um modo que torna como presente e claramente assumida essa longa esperança de Israel, que era a própria essência da piedade messiânica: o «Gairé Kegaritoménê», o «Avé gratificata», é de facto um «Exulta ó escolhida do Senhor que te encheu da sua graça», um «Alegra-te privilegiada de quem o Senhor fará instrumento da sua salvação»; ao citar Mateus os versos do livro do Emanuel (Is. 7/14), na passagem sobre o nascimento de Jesus (Mat. 1/18 ss.), testemunha como o oráculo de Isaías era presente à piedade dos que esperavam a consolação de Israel: tinha-o Maria portanto presente no seu coração quando recebeu a mensagem divina, e isso a terá feito entender desde a saudação inicial toda a amplitude messiânica do seu significado. No cântico em Lucas a sequência de louvores de Deus culmina na exultação messiânica: «socorreu Israel seu servo, lembrando a sua misericórdia, como tinha prometido a nossos pais, em favor de Abraão e da sua descendência, para sempre». Este religar à promessa do Génesis, à Aliança primitiva feita com Abraão explicita claramente a linha da esperança que milenàriamente Israel tem conduzido até que o Senhor agora Lhe veio trazer o socorro, isto é, a salvação.

Assim, a figura de Maria vista em perspectiva cristocêntrica aparece de uma extrema pureza: tudo nela converge para Cristo, que é sua missão trazer como mãe ao mundo; tudo o que faz ou diz tem por fim conduzir os homens a seu Filho. Esse é o sentido profundo da passagem sinóptica (Mat. 12/46; Marc. 3/31 Luc. 8/19) em que Jesus proclama que é sua mãe e seu irmão todo aquele que fizer a vontade do Pai: a sua mãe autêntica Maria, não deseja chamar para si as atenções, mas fazê-las concentrar no acolhimento a Deus e na docilidade aos Seus apelos o homem corresponde na medida em que ouve Cristo e por Ele executa a vontade do Pai: essa possibilidade existe, e isso é que é fundamental sublinhar. Esta permanente discreção de Maria presente nos momentos essenciais ao lado de Cristo mas para Ele apontando, é particularmente comovente nas anotações de João

Maria presente no primeiro sinal de Jesus, no sinal prenunciador da eucaristia e da paixão e morte, e como que o precipita; a sua palavra aos dispenseiros é típica: «Fazei tudo o que Ele vos disser» (Jo. 2/5). Maria presente no Gólgota dada em Mãe a todos os discípulos na pessoa do bem amado; assume, e só se regista o seu silêncio e a sua aceitação, «a partir daquela hora o discípulo teve-a em sua casa» (Jo. 19/27).

Lição de extrema clareza: tudo deve convergir em Cristo, e só Ele deve aparecer como Salvador e Senhor.

Mas há uma outra lição fundamental e da maior fecundidade que Maria nos dá. Maria é a que se reconhece pobre, se vê amada, e acredita nesse amor. Acredita no anúncio do amor de que é objecto, no amor já passado («a sua misericórdia estende-se de idade em idade sobre todos os que O temem»), no amor presente que experimenta, no amor futuro, oferecido à descendência sem fim de Abraão... «Abençoada entre as mulheres» lhe chamara Isabel: não só, ou não tanto, por ser amada mas por acreditar no amor.

Não é essa também a atitude que ao cristão é pedida? Não foi por isso Maria o maior modelo de fé? Acreditar e por essa fé dar assentimento ao amor de Deus agindo nela. Fé: fé brotando da disponibilidade de um coração de pobre, em que nada estorvava a meditação das grandezas do Senhor, nem a fina atenção aos seus desejos; fé crescendo dia a dia na contemplação da sua riqueza, respeitando os seus mistérios, tentando aumentar na sua compreensão. Maria, que estava como José admirada com as coisas que se diziam do Menino (Luc. 2/33) na altura da apresentação no Templo, cultivava o tesouro da fé no silêncio fecundo em que se escuta Deus. «Maria, por seu lado, guardava com cuidado todas estas coisas, meditando-as no seu coração» (Luc. 2/19). «E sua Mãe guardava cuidadosamente todas estas coisas no seu coração» (Luc. 2/51). Doze anos separam estas duas afirmações: a primeira é logo a seguir à manifestação dos pastores em Belém; a segunda é depois da instalação em Nazaré, no início dos vinte anos de vida obscura do Messias. «Panta tá rémata en tê kardia aitês». Todas as coisas no coração dela. Não esquecia, não passava ao lado das coisas, não se distraía com a dispersão da vida: guardava-as, no seu coração, com cuidado, e meditava-as. A doze anos de distância, a anotação; maneira de assinalar a continuidade, a permanência na vida interior contemplativa de Maria.

Todas as coisas, todas as recordações, tudo o que se referia às palavras, aos acontecimentos que envolviam a vida do seu Filho, e a sua própria... Terá logo de início entendido, até ao fim, a figura de seu Filho? Mas guardou as palavras do Anjo que lho anunciavam, e as dos pastores que espantavam os que os ouviam. Entendeu a dureza das palavras de Simeão? Ficou aflita decerto, e perplexa, «admirada». Mas guardou-as.

No episódio da examinação no Templo, Lucas diz expressamente: «Eles não entenderam a resposta que lhes deu» (2/50). Alma contemplativa, acreditando, guardando, meditando, ora maravilhada (2/33) ora na incompreensão e na treva (2/50). E supôr o mesmo pela vida fora: na vida de todos os dias de dona de casa, de mãe, de vizinha na aldeia, de judia piedosa convivendo com os grandes textos da Escritura; alma contemplativa; até ver o filho afastar-se mais e mais em todos os sentidos, até à cruz, até ao túmulo. Até à manhã da ressurreição e à luz do Pentecostes. Até ao dia da sua morte e à consumação do seu destino na assunção. Nesse momento de plenitude da sua comunhão de amor, não a teria acolhido o Altíssimo com a saudação de Isabel: «Bem-aventurada és tu porque acreditaste»? Maria, exemplo de fé, convite à vida contemplativa a que todos somos chamados, modelo de como se deve viver para escutar o Senhor.

Pela atitude teologal, que nos ensina, pela limpidês cristocêntrica da sua figura, pela lição evangélica da sua vida, Maria, a Virgem nossa Senhora, desempenha um lugar abençoado na espiritualidade do cristão. Ela é aquela «em quem o Todo Poderoso fez maravilhas», que aceitou o ter sido plenamente amada, e retribuiu quanto pôde e soube sem hesitações nem excepções, esse amor. Este é o seu maior privilégio, e todos os outros que a reflexão da Igreja foi destacando provêm deste e nele se encerram.

E nós? Não partilhamos nós esse privilégio? Não somos nós também amados por Aquele cujo nome é Santo?
E aí está Maria na nossa vida, inseparável de nós porque inseparável de Cristo, a dizer-nos como acolher o amor do Senhor: em pobreza, atenção à Palavra, fé, adoração, contemplação.

Nesta inseparabilidade está o cumprimento da profecia do cântico: «Porque Ele lançou os olhos sobre a Sua humilde serva, de hoje em diante todas as gerações me chamarão bem-aventurada.»

Nós também, à nossa maneira, geração deste tempo conciliar a proclamamos bem-aventurada: aprendemos a amar Maria com a Igreja na sua autenticidade, não na desorientação dos devocionismos, dos esquemas escolasticistas com as teorias dos privilégios, no claro-escuro das obras não críticas sobre aparições, milagres e revelações privadas, mas na clareza das fontes onde sempre a Igreja foi beber a sua devoção verdadeira pela Mãe do Senhor, em especial na Sagrada Escritura, onde a sua figura é tão esplêndidamente proposta em toda a sua simplicidade e toda a sua riqueza à piedade cristã, nesses textos, onde a liturgia vai alimentar-se, e nos quais o próprio Senhor fala pela Sua Palavra autêntica.

Maria, Mãe de Deus e Mãe nossa, em quem o Altíssimo fez grandes coisas, a nossa alma enaltece o Senhor que fez de ti uma das Suas maravilhas.

CONSULA E ROGÉRIO MARTINS

SANTA MARIA NA HISTÓRIA E NA TRADIÇÃO PORTUGUESA

do **P. Miguel de Oliveira**

Um quadro sugestivo da História de Portugal nas suas relações com o culto de Nossa Senhora.
Aparecido por ocasião da visita de Sua Santidade Paulo VI a Fátima, ficará como recordação do Cinquentenário das Aparições.

Uma edição da UNIÃO GRÁFICA — *Rua de Santa Marta, 48 — Lisboa 2*

FÁTIMA

MUNDO DE ESPERANÇA

ALBUM COMEMORATIVO DO CINQUENTENÁRIO DAS APARIÇÕES

da autoria de

FERNANDO GUEDES

versões em

PORTUGUÊS

ALEMÃO • ESPANHOL • FRANCÊS • INGLÊS

cada volume, 40$00

PRIMOROSA REALIZAÇÃO

DE

EDITORIAL VERBO LIMITADA

AVENIDA MARQUÊS DE TOMAR, 9-3.º ★ LISBOA-1

2 Documentação

a virgem maria

antologia de textos

— Eis alguns textos que escolhemos para os propormos à vossa reflexão neste tempo em que os cristãos de Portugal meditam no significado e no alcance dos acontecimentos que a Mãe de Deus realizou entre nós, há 50 anos.

Que critério seguimos para escolhermos estes e não outros?
Quisémos, através deles, ajudar uma reflexão sobre o papel de Maria na obra da Redenção universal. Quisémos ouvir os nossos antepassados, ler o que a sua fé na Virgem os levou a escrever sobre a colaboração de Maria na Redenção dos homens e da criação em geral. Escolhemos estes textos; sobre este mesmo tema outros poderiam ser transcritos... são tantos! Se os omitimos, isso se deve quer à falta de espaço, quer à falta de antologias de literatura marial.
Se o nosso leitor se sentir levado a louvar aquela que com a sua fé e a sua adesão permitiu que fôssemos salvos e a interrogar-se sobre o seu cristianismo à luz do cristianismo de Maria, alegrar-nos-emos por vermos realizados os nossos objectivos.

INTRODUÇÃO

«Se, de uma maneira geral, os cristãos têm possibilidade de prestar um culto aos santos, e se Maria ocupa um lugar único na história da salvação e na comunhão dos santos que, consumados na felicidade divina, são os responsáveis desta história da salvação, Maria deve ser chamada feliz por todas as gerações (Lucas 1, 48): por um lado, com efeito, a louvar o que Deus fez nela, louva-se e dá-se graças de maneira insigne pela única e total

grandeza que Deus conferiu à humanidade em geral, e, por outro lado, é para nós necessário reconhecer a graça de Deus no que ela fez efectivamente e no que ela manifestou ser a obra em si realizada pela Palavra de Deus.

O culto particular dirigido a Maria como Mãe de Deus, culto que não tem, evidentemente, nada a ver com a adoração, é chamado hiperdolia e não é outra coisa senão o culto religioso (dolia) devido aos que foram perfeitamente resgatados e estão santificados no céu, mas referido particularmente à insigne dignidade de Maria como Mãe de Deus e à sua insigne situação e missão na história da salvação. Com efeito, o culto religioso encontra naturalmente o seu fundamento e a sua medida na santidade e dignidade da pessoa que é o seu objecto.

A história do culto marial é a história de um crescimento: a Igreja tomando sempre progressiva consciência, na fé, da posição insigne de Maria na história da salvação, nesta história em que cada um depende não só de Deus, mas também dos homens, pelos quais : nos momentos oportunos da sua vida, enquanto são seus «colaboradores» (1 Cor. 3,)), Deus realiza em nós a salvação. Um tal desenvolvimento progressivo e explícito daquilo que a Escritura testemunha já de Maria, é um fenómeno que vamos encontrar em quase todas as verdades da fé, e que não deve restringir aos tempos apostólicos ou imediatamente post-apostólicos aquele que acredita que a Igreja vive em todos os tempos dirigida pelo Espírito de Deus.

Este culto de Maria tem em vista, ao longo dos tempos, aspectos sempre novos da Santa Virgem: o seu papel de Eva na história da salvação; a sua maternidade divina; a sua virgindade como modelo da existência virginal na Igreja, como modelo da «Igreja virginal»; a mãe das dores ao pé da cruz; a Pietà; a mulher pura na sua maternidade; o arquétipo da Igreja em geral; a mediadora da graça; a mãe da vida espiritual; a Imaculada Conceição; aquela em quem a redenção se encontra consumada no corpo e na alma.

Este culto realiza-se concretamente na Igreja em festas (que celebram acontecimentos, mistérios particulares da pessoa e da vida de Maria ou que se relacionam com acontecimentos da história da Igreja referidos a Maria), em determinadas orações («Ave-Maria», «Lembrai-vos...», etc...), no terço, nas peregrinações a tal ou tal lugar, na consagração a Maria, na submissão à sua especial protecção de certas ordens ou comunidades religiosas, etc.

O culto real e autêntico de Maria numa oração cheia de confiança para com ela pode permitir-nos medir até que ponto chegámos a realizar efectiva e realmente, para além de uma fé geral em Deus, a realidade concreta que a fé cristã implica. Este culto a Maria realiza a palavra da Escritura: «Todas as gerações chamar-me-ão feliz.»

K. Rahner, Marie Mère du Seignuer. ed. *L'Orante, Paris, 1960, pp. 26-28*

O método de apresentação que escolhemos foi o método cronológico. Motivos: acompanhar uma progressiva revelação na Igreja da situação e da missão de Maria na vida dos cristãos; permitir uma verificação dos temas mais reflectidos em cada época; tornar mais viva uma leitura seguida destes textos.
Propositadamente excluímos uma referência aos textos bíblicos. Embora sejam já conhecidos, não deixaria de ser oportuno retomá-los; mas exigiriam um comentário exegético que alongaria o texto, impossibilitando a realização do nosso principal objectivo: a reflexão progressiva na Igreja do mistério da Mãe de Deus.

Uma leitura apressada dos textos referentes a Nossa Senhora dos primeiros doutores começará por nos causar verdadeira decepção; eles representam um primeiro passo e o que eles tentam exprimir foi bastante desenvolvido posteriormente.
O que, nos primeiros séculos, estava em jogo, frente ao mundo pagão e às heresias, era a verdade da Incarnação: «...Jesus Cristo, nascido de Maria Virgem» — era a afirmação contida em todos os símbolos.

Uma ténue reflexão sobre aquela que estava ligada à Incarnação do Filho de Deus surge entretanto, sobretudo quando foram resolvidas as heresias sobre as verdades que dão luz ao mistério de Maria: Cristo não teve corpo físico (gnosticismo); Cristo não é verdadeiro Deus (arianismo); em Cristo a natureza humana não está substancialmente unida à natureza divina (monofisismo). Ora o arianismo só é condenado em 325, no Concílio de Niceia. Até esta data são de assinalar textos muito simples que põem em paralelo Maria e Eva:

Justino

«Compreendemos que Cristo se tenha feito homem por intermédio da Virgem, para que a desobediência provocada pela serpente terminasse da mesma maneira como tinha começado. Com efeito, Eva, virgem e intacta, tendo concebido a palavra da serpente, deu à luz a desobediência e a morte; a Virgem Maria, tendo concebido fé e alegria, quando o anjo Gabriel lhe anunciou que o Espírito do Senhor desceria sobre ela e que a virtude do Altíssimo a envolveria com a sua sombra, de modo que o Santo nascido dela seria Filho de Deus, respondeu: «Que se faça em mim segundo a vossa palavra.» Nasceu, pois, dela Aquele de quem as Escrituras tanto falam... Por Ele, Deus dá ruína ao império da serpente e daqueles que, anjos ou homens, se tornaram semelhantes a ela e liberta da morte aqueles que se arrependem das suas faltas e crêem n'Ele.»

São Justino, Diálogo com Trifão

Ireneu

Santo Ireneu (século II), discípulo de S. Policarpo, discípulo de S. João, retoma o mesmo tema:
«Maria, Virgem, mostrou-se obediente, dizendo: «Eis a vossa serva, Senhor; que seja feito em mim segundo a vossa palavra.» Eva mostrou-se desobediente: desobedeceu quando era ainda virgem. Como Eva, esposa de Adão mas ainda virgem... se tornou desobediente atraíndo desse modo a morte, para

e para toda a humanidade, assim Maria, esposada mas virgem, obedecendo, alcançou salvação para si e para toda a humanidade. ambém a lei dá a Eva ainda virgem o no- ıe de esposa, para manifestar o ciclo que, e Maria, sobe até Eva: porque as relações ;cíprocas do pecado não poderiam ser des- uídas senão por um processo inverso da- ıele que se seguiu ao pecado... Foi por isso ıe S. Lucas, começando a sua genealogia ;lo Senhor, subiu até Adão, mostrando dessa ıaneira que não foram os antepassados se- ındo a carne que geraram o Senhor, mas o ;nhor que os gerou para a vida nova do vangelho. Do mesmo modo, o nó dado pela ;sobediência de Eva só pôde ser desatado ;la obediência de Maria. O que Eva virgem ;ou pela sua incredulidade, Maria o desli- ıu pela sua fé.»

Santo Ireneu, «Contra as Heresias»

Uma pequena oração a Nossa Senhora anterior ao Concílio de Niceia, vulgarmente conhecida por «Sub tuum præsidium», é de um interesse insuspeitável: afirmação da Maternidade divina de Maria e do seu poder mediador:

no rito ambrosiano: «Sob o abrigo da vossa misericórdia nos refugiamos, ó Mãe de Deus; não introduzais em tentação a nossa oração, mas libertai-nos do perigo, tu a única casta e bendita.»

no rito romano: «Sob a tua protecção nos refugiamos, santa Mãe de Deus; não desprezeis as orações que fazemos em nossas necessidades, mas de todos os perigos libertai-nos sempre, Virgem gloriosa e bendita.»

II — A IDADE DE OURO DOS PADRES (sécs. IV-V)

escolha torna-se difícil; os textos são nu- ;rosos e ricos, ainda que sóbrios. A defesa ortodoxia ocupa os teólogos na reflexão bre a Trindade, Cristo, a graça. O culto úrgico da Virgem é ainda reduzido.

nto Efrém *(séc. IV), homem simples que ve na penitência e na contemplação numa ıntanha perto de Edessa, apercebe-se na ı delicada sensibilidade do lugar de Maria Cristianismo como mãe dos que querem ;uir Cristo. Mais tarde os doutores da Igre- retomarão, no plano da teologia, este tema:*

Efrém

ORAÇÃO À SANTÍSSIMA MÃE DE DEUS:

«Santíssima Senhora, Mãe de Deus, a única que foi puríssima na alma e no corpo, a única que está para além de toda a pureza, de toda a castidade, de toda a virgindade: a

única morada de toda a graça do Espírito Santo; ultrapassando incomparàvelmente as próprias virtudes espirituais em pureza, em santidade de alma e de corpo, deitai os olhos sobre mim, culpado, impuro, manchado na minha alma e no meu corpo pelas consequências da minha vida sujeita às paixões e ao pecado; purificai o meu espírito das paixões; santificai, corrigi os meus pensamentos feitos no erro e na cegueira; dirigi os meus sentidos; libertai-me da detestável e infame tirania das inclinações e paixões impuras; destruí em mim o poder do pecado, dai ao meu espírito, que vive nas trevas e na miséria, a sabedoria e o discernimento, para corrigir as minhas faltas e as minhas quedas, a fim de que, libertado das trevas do pecado, seja encontrado digno de vos glorificar; de cantar livremente, a vós única e verdadeira Mãe da verdadeira luz, o Cristo nosso Deus; porque só com Ele e por Ele vós sois bendita e glorificada por toda a criatura invisível e visível, agora e sempre e nos séculos dos séculos. Amen.»

Santo Ambrósio *(séc. IV) contempla Nossa Senhora a partir dos dados que lhe fornecem os Evangelhos. O texto que apresentamos é daqueles que podem induzir em erro de interpretação os que lêem superficialmente os Padres; as frases finais parecem negar a «co-redenção» de Maria. Ora o papel redentor da Mãe do Senhor vem-lhe do facto de a sua compaixão na morte de seu Filho nascer dos laços de uma verdadeira maternidade e de seu amor a unir em tudo ao seu Filho:*

Ambrósi

«Maria, a Mãe do Senhor, estava de pé dian
te da cruz de seu Filho; foi João, o evange
lista, o único a dizer-mo. Outros contaram
como o mundo estremeceu quando da Pai
xão do Senhor, como o céu se havia enco
berto de trevas, como o sol se havia obscure
cido, como o ladrão tinha sido recebido n
paraíso depois da sua piedosa confissão. Ma
foi João quem me informou daquilo de qu
os outros nada me haviam dito: como Jesu
na cruz chamou sua Mãe. Ele deu maior apre
ço a esta nota de piedade filial dada a su
Mãe pelo Cristo vencedor dos sofrimentos
do que ao dom do reino celeste. Era, sem
dúvida, um gesto de bondade perdoar ao la
drão; mas é maior piedade honrar a sua Mã
com um tal amor: «Eis, disse, o teu filho»
«Eis tua mãe». Trata-se do testamento d
Cristo na cruz, repartindo os deveres de pie
dade entre sua Mãe e seu discípulo. Estabe
lecia, deste modo, o Senhor o seu testamen
to, não só o seu testamento público, ma
ainda o seu testamento familiar, e João nel
colocava a sua assinatua, digna testemunh
de quem fazia tão grande testamento. Testa
mento precioso que não lega dinheiro, ma
a vida eterna; que não é escrito com tinta
mas pelo Espírito do Deus vivo, daquele qu
disse: «Minha língua é como a pena de un
escriba que escreve velozmente.» E Mari
não esteve aquém do que convinha à Mãe d
Cristo: enquanto os apóstolos fugiam, ela es
tava de pé junto da cruz e contemplava, con
seus olhos maternais, as feridas de seu Filho
ela esperava delas não a morte de seu bem
-amado, mas a salvação do mundo. Ou, tal
vez, porque sabia, ela que era a morada d

Rei, que a morte de seu Filho era a redenção do mundo, talvez pensasse que a sua própria morte juntaria alguma coisa a este dom que ia enriquecer o mundo. Mas Jesus não tinha necessidade de ser ajudado na redenção do mundo, Ele, que sem o auxílio de ninguém, tinha salvado todos os homens. Foi por isso que disse: «Fui como um homem a quem ninguém assiste, livre entre os mortos». Ele acolheu o amor de sua Mãe, mas não procurou o auxílio de ninguém.»

Santo Agostinho *(séc. V), o maior dos doutores do Ocidente, sobre a Mãe do Senhor apenas nos deixou algumas intuições, bem profundas de facto:*

Agostinho

«Maria é mais feliz por ter compreendido a fé em Cristo do que por ter concebido a carne de Cristo.»

A verdadeira maternidade divina de Maria vem-lhe mais pela fé com que aceitou a Redenção que nela se operava de modo único e supremo, do que da geração física de Jesus Cristo.

Em 451 o Concílio de Calcedónia confirmava a afirmação do Concílio de Éfeso (431): Maria é «Theotokos», Mãe de Deus.
S. Cirilo de Alexandria foi o grande defensor desta verdade (já antiga, mas controvertida por Nestório). Quando o Concílio se pronunciou, Cirilo compôs esta aclamação:

Cirilo de Alexandria

«Nós vos saudamos, Maria, Mãe de Deus, verdadeiro tesouro de todo o universo, chama que nunca se apagará, coroa da virgindade, ceptro da fé ortodoxa, templo incorruptível, lugar d'Aquele que não ocupa lugar, pela qual nos foi dado Aquele que é chamado Bendito por excelência e que veio em nome do Senhor. É por vós que a Trindade é glorificada; que a cruz é celebrada e adorada em toda a terra; é por vós que os céus estremecem de alegria, que os anjos se rejubilam, que os demónios se põem em fuga, que o demónio tentador caiu do céu, que a criatura caída é posta no seu lugar...».

O povo de Éfeso manifestou a sua devoção a Maria com gritos, iluminações, incenso a arder: a voz dos doutores traduzia a alma cristã comum.

III — A IGREJA GREGA (séc. VI-VIII)

Época rica em literatura marial. A iniciativa pertence sobretudo à devoção popular. As prerrogativas de Maria são explicitadas pelos doutores.

Os Hinos, construídos à base de aclamações repetidas, contemplam os diversos mistérios de Maria — são a mesma realidade do nosso Rosário e das nossas ladaínhas. Eles repre-

sentam uma devoção verdadeiramente viril. S. João Damasceno *(séc. VII-VIII) é um teólogo profundo que nos transmite as suas reflexões sobre Maria repassadas por um lirismo encantador:*

João Damasceno

«Hoje o Criador de todas as coisas, o Deus Verbo, compõe um livro novo nascido do coração de seu Pai, que ele fez escrever pelo Espírito Santo, que é a língua de Deus...
Ó filha do rei David e Mãe de Deus, Rei universal. Ó divina e viva realidade cuja beleza encantou o Deus criador, vós cuja alma está completamente submetida à acção divina e atenta ùnicamente a Deus; todos os vossos desejos estão dirigidos para o único que merece ser procurado e que é digno de amor; vós não tendes ódio senão ao pecado e ao seu autor. Vós tereis uma vida superior à natureza, mas não a tereis para vós, pois não fostes criada para vós. Tê-la-eis consagrada inteiramente a Deus o qual vos introduziu no mundo, a fim de servirdes para a salvação da humanidade, para que se cumprisse o desígnio de Deus: a Incarnação de seu Filho e a deificação do género humano. O vosso coração se alimentará das palavras de Deus: elas tornar-vos-ão fecunda, como a oliveira fértil na casa de Deus, como a árvore plantada na margem do rio das águas vivas do Espírito, como a árvore da vida que deu o seu fruto no tempo previsto: o Deus incarnado, a vida de todas as coisas...

Acolhei a oração do vosso pobre servo que não é senão um pecador e que, contudo, vos ama ardentemente e vos honra, que quer encontrar em vós a única esperança da sua felicidade, o guia da sua vida, a reconciliação junto do vosso Filho e a garantia certa da sua salvação. Libertai-me do peso dos meus pecados, dissipai as trevas acumuladas à volta do meu espírito, retirai-me do meu lodo espesso, reprimi as tentações, governai felizmente a minha vida, para que seja conduzido por vós para a felicidade celeste e dai a paz ao mundo. A todos os fiéis desta cidade dai a alegria perfeita e a salvação eterna.»

Os monges, defensores das imagens, da ortodoxia e da vida mística, frente a um clero enfeudado, têm um papel considerável na literatura marial.
Deles, o mais célebre é São Teodoro Estudita *(séc. VIII-IX), abade do Studium, em Constantinopla. Algumas linhas da sua admirável homilia sobre a natividade de Maria:*

Teodoro Estudita

«Antes de formar o novo homem, Deus tinha edificado para ele o magnífico palácio da criação. Colocado no paraíso, o homem fez com que fosse de lá expulso, pela sua desobediência, e tornou-se, com todos os seus descendentes, vítima da corrupção. Mas aquele que é rico em misericórdia teve piedade da obra de suas mãos e decidiu criar um novo céu, uma nova terra e um novo mar para servir de morada ao Incompreensível, desejoso de restaurar a humanidade. Qual é este mundo novo, esta nova criação?
A Feliz Virgem é o céu que mostra o Sol de justiça, a terra que produz a espiga da vida, o mar que traz a pérola espiritual... Como é magnífico este mundo! Como é admirável esta criação, com a sua bela vegetação de virtudes, com as suas flores de odor

e virgindade!... Que há de mais puro e de ais irrepreensível que a Virgem? Deus, luz berana e sem mancha alguma, encontrou la tantos encantos que a ela se uniu subs-ncialmente, pela descida do Espírito Santo. aria é uma terra na qual não cresceu o es-pinheiro do pecado. Pelo contrário, ela produziu o rebento novo pelo qual o pecado foi arrancado até à raiz. É uma terra que não foi amaldiçoada como a primeira, fecunda em espinhos e cardos, mas sobre ela desceu a bênção do Senhor, e seu fruto é abençoado, como diz o oráculo divino.»

IV — A IGREJA LATINA ATÉ AO SÉCULO XI

Ocidente latino, a literatura marial é po-até ao século IX, excepto nos hinos e ticos litúrgicos que cantam a novidade e a gria da irrupção da graça de Deus no mun-através de Maria.

século VII, atribuído a S. Venâncio For-ato, o hino de laudes da Virgem («O Glo-a Domina») é um autêntico compêndio piedade marial:

Venâncio Fortunato

Gloriosa Senhora, elevada acima dos astros,
providencialmente aleitastes o vosso Criador
o vosso seio santificado,
ue a triste Eva nos tirou, vós o entregais
vossa santa fecundidade;
sois o caminho que leva ao céu os que choram!
sois a porta do grande Rei, a brilhante entrada da luz!
udi, ó povos resgatados
la dada pela Virgem!
Glória a Vós, Senhor, que nascestes da Virgem,
assim como ao Pai e ao Espírito Santo,
nos séculos dos séculos.»

Hino de Paulo, diácono, monge do Monte Cassino (séc. VIII):

Paulo, Diácono

«Quem possuirá alguma vez uma linguagem suficientemente sublime para celebrar dignamente as grandezas da Virgem, pela qual foi dada a vida ao mundo que definhava nos laços da antiga morte?
Ela é o ramo da árvore de Jessé, a Virgem que devia ser Mãe, o jardim que recebeu a semente celeste, a fonte sagrada na qual o céu pôs o seu selo, esta mulher cuja virgindade produziu a felicidade do mundo.
O pai dos seres humanos caiu na morte, por ter respirado os venenos da serpente inimiga; o gérmen que o atingiu infectou toda a sua raça e atacou-a com uma chaga profunda. Mas o Criador cheio de compaixão pela sua

obra e vendo do alto do céu o seio de Maria isento desta mancha quis servir-se dele para dar ao mundo, que definhava sob o peso do pecado, as alegrias da salvação.
Gabriel, enviado dos céus, vem trazer à casta Virgem a mensagem desde sempre preparada; o seio da jovem, tornando-se vasto como um céu, contém de repente Aquele que enche o mundo.

Ela permanece Virgem, ela torna-se mãe: Criador da terra acaba de nascer na ter o poder do temível inimigo do homem quebrado; uma nova luz ilumina o univer Glória, honra, poder à real Trindade, D único! Que reine para sempre nos séculos séculos.»

V — O SÉCULO XII

E, no Ocidente, o começo do grande período da teologia marial.
Santo Anselmo (*1033-1109*), *fazendo eco de Rom. 8, 19-22 e dos padres gregos, medita o Mistério de Maria frente à Criação universal, associada à salvação dos homens. Porque terá o espiritualismo do século passado esquecido esta dimensão cósmica da Redenção, particularmente no que respeita ao papel de Maria?*

Anselmo

«...vós sois a causa da reconciliação universal, o vaso e o templo da vida para o universo. Eu diminuo demasiado os vossos méritos quando restrinjo os vossos benefícios ao que realizastes sòmente em mim, homem mau, enquanto o mundo que vos ama se alegra dos vossos dons e proclama na sua alegria o que por ele fizestes.
Porque vós sois, Senhora, pela vossa fecundidade em obras de salvação digna de ve ração pela vossa inapreciável santidade; m trastes ao mundo visível o seu Criador não tinha ainda sido visto por ele; gera o restaurador para o mundo que, perdi dele tinha necessidade; para ele gerast reconciliador, pois ele, culpado, ainda nã tinha. Pela vossa fecundidade, Senhora mundo pecador foi santificado; estava c denado e foi salvo; exilado e foi repatria O vosso parto, Senhora, resgatou o mu cativo; estava doente e ele o curou; m e ele o ressuscitou.
O céu e as estrelas, a terra e os rios, o e a noite, e todas as coisas submetidas poder e ao plano dos homens se felicitam haverem perdido a glória, porque, Senh uma nova e inefável graça, suscitada de gum modo por vós, lhes foi conferida. C efeito, todas as coisas estavam como que n tas quando perderam a sua propriedade tural de estarem ao serviço do domínio e daqueles que louvam a Deus; pois fora tal fim que elas haviam sido feitas; elas tavam esmagadas debaixo da opressão e m

hadas pelo abuso que delas faziam os ado-
adores de ídolos, para os quais elas não ti-
ham sido feitas. Mas, eis que, ressuscitadas,
elicitam a sua Soberana por estarem agora
ubmetidas ao poder daqueles que acreditam
m Deus e o louvam e serem honradas pelo
so que esses lhes dão. Uma graça nova,
estimável, as fez saltar de alegria, de certo
odo, quando sentiram não só que o próprio
eus seu Criador reinava desde então sobre
as invencìvelmente, mas também que, ser-
ndo-se delas visìvelmente, as santificava
or dentro. Foi pelo fruto bendito da ben-
ta Maria que estes benefícios chegaram até
as.»

Bernardo

*n homem que tentou a síntese entre a teo-
ia especulativa e a piedade no que diz res-
to a nossa Senhora, embora tenha rejei-
lo todas as perspectivas sobre a Virgem di-
ididas na fé do povo cristão da sua época,
itando-se àquelas que o Magistério ou a
adição garantiam.*

cabais de escutar, ó Virgem, a maravilha
vai realizar-se e o modo como ela se
lizará; qualquer destas duas maravilhas
deixam de vos lançar na admiração e de
alegrar: «Estremece de alegria, filha de
! Dá gritos de júbilo, filha de Jerusalém»
c. 9, 9). Pois que escutastes a palavra de
ria e de júbilo, que nos seja dado escu-
nos também a feliz resposta que espera-
, para que os nossos ossos humilhados
emeçam de júbilo (Sl. 50, 10).

itastes a maravilha que vai realizar-se e
ditastes, e acreditais também na maneira
como ela vai realizar-se: concebereis e dareis à luz um filho, não do homem, mas do Espírito Santo. O anjo espera a vossa resposta; é tempo de ele regressar para Deus que o enviou (Tobias 12, 20). Esperamos nós também, ó nossa Soberana, a palavra de misericórdia, nós miseráveis sobre quem pesa uma sentença de condenação. Eis que vos é oferecido o peso da nossa salvação; aceitai e seremos imediatamente libertos. Somos todos a obra do Verbo eterno de Deus (João 1, 3) e eis que devemos morrer, mas dizei uma palavra e seremos chamados para a vida. É a súplica que vos dirige, ó Virgem piedosa, o triste Adão, exilado do céu com a sua infeliz posteridade; é a súplica de Abraão, de David; é a oração instante de todos os outros Patriarcas, vossos pais, que, também eles, habitam na região coberta pelas sombras da morte. É a esperança de todo o universo prostrada a vossos joelhos. Da resposta que caia dos vossos lábios depende, com efeito, a consolação dos infelizes, o resgate dos cativos, a libertação dos condenados, a salvação de todos os filhos de Adão, de toda a vossa raça. Apressai-vos, ó Virgem, a dar essa resposta. Ó nossa rainha, dizei a palavra que a terra, o inferno e os céus esperam. O próprio Rei e Senhor de todas as coisas a espera com o mesmo ardor com que desejou a vossa beleza, o vosso consentimento, o qual ele pôs como condição para a salvação do mundo. Até agora o vosso silêncio agradou-lhe; desde agora a vossa palavra ainda mais lhe agradará; não o ouvis, Ele que grita do céu: «Ó tu, bela entre as mulheres, faz-me ouvir a tua voz.» Se lhe fizerdes ouvir a vossa voz, Ele vos dará a ver a nossa salvação. Não era esta salvação que procuráveis, que pedíeis com gemidos e suspiros, rezando noite e dia? Sois, pois, aquela a quem a salvação foi prometida ou devemos esperar outra? Sim, sois na verdade a mulher prometida, esperada, de quem o santo Patriarca Jacob esperava a vida

eterna, dizendo: «Espero em vossa salvação, Senhor» (Génesis 49, 18). Sois vós em quem e por quem Deus, nosso Rei, decretou, antes de todos os séculos, realizar a salvação na nossa terra. Porque esperar de uma outra mulher o que vos é oferecido? Porque esperar dela o que vamos ver realizar-se por vós, desde que consintais, que pronuncieis uma palavra? Respondei depressa ao anjo, ou antes, pelo anjo ao Senhor. Respondei uma palavra e recebei a Palavra, proferi a vossa palavra e concebei a Palavra divina, emiti uma palavra passageira e captai a Palavra eterna. Porque tardar, porque temer? Acreditai, confiai, recebei! Que a vossa humildade se torne audaciosa, o vosso pudor, confiante! Sem dúvida, a simplicidade virginal não deve fazer esquecer a prudência, mas é este, Virgem prudente, o único caso em que não tendes a temer a presunção. Se o pudor vos pede o silêncio, mais ainda o zelo vos obriga a falar. Abri, Virgem feliz, o vosso coração à fé, os vossos lábios à aceitação, o vosso ventre ao Criador. Eis que o desejado de todas as nações bate à porta.»

«Considera, ó homem, o desígnio de Deus e reconhece que é um desígnio de sabedori um desígnio de misericórdia... Quando qu resgatar o género humano, começou por c locar todo o preço do resgate em Maria. Nã digas mais, Adão: «A mulher que me de tes apresentou-me o fruto proibido.» (Gé 3, 12); diz antes: A mulher que me dest alimentou-me com um fruto bendito. P esta razão, o plano divino aparece-nos já mu to misericordioso, mas nele se esconde tã vez um profundo mistério. O que dissém é verdadeiro, mas se não estou a ir alé do que devia, não vos satisfaz plename te... Consideremos, pois, mais a fundo e te mistério e vejamos com que profunda d voção Deus vos quer ver honrar a Maria, a qual Ele depositou a plenitude de todo bem, para que saibamos que toda a esp rança, toda a graça, toda a salvação corre sobre nós vindas daquela que sobe acumula de delícias (Cântico dos Cânticos, 4, 16 Tirai o sol material que ilumina o mund fará ainda dia? Tirai Maria, a estrela mar, do oceano imenso, que fica senão ob curidade de todos os lados, a sombra morte, as mais espessas trevas?»

VI — OS ÚLTIMOS SÉCULOS DA IDADE MÉDIA

Eles são ricos sobretudo em hinos, saudações e em «prosas» à Virgem. Estes são fruto de uma época; talvez por isso pouco digam aos homens do século XX. Não nos esqueçamos, porém, que muito perderam separados das melodias que os acompanhavam.

A este período pertence igualmente a vasta síntese teológica de S. Tomás. O Mistério Mãe de Deus é nela inserido. O grande do tor atenua a colaboração de Maria na ob da Redenção para fazer notar a distância q existe entre Cristo e Maria. Estava-se nu época de grande devoção à Virgem e cor -se o perigo de fazê-la substituir o único I dentor.

Tomás de Aquino

É já um dom maravilhoso para os santos
:eber uma graça que santifica a sua alma;
ıas a graça que a alma da Virgem recebeu
)i de tal modo abundante que transbordou
ara a sua carne, para que nesta, Maria con-
:besse o Filho de Deus. A graça de Maria
)i de tal modo abundante que transbordou
ara toda a humanidade. Que um santo pos-
ıa graça bastante para chegar para a salva-
:o de um grande número não é uma gran-
: coisa? Mas possuí-la bastante para satis-
.zer a salvação de todos os homens deste
undo, eis a mais admirável das maravilhas.
o caso de Cristo e é também o caso da
irgem feliz; porque em qualquer perigo
)de obter-se da Virgem gloriosa a Salva-
o.»

s teólogos franciscanos da Idade Média re-
esentam um papel decisivo no desenvolvi-
ento da doutrina e devoção mariais. Duns
ot é dos primeiros grandes doutores a de-
nder a Imaculada Conceição. Mas foi na
edade popular que eles tiveram maior in-
ıência e, por isso, a sua teologia tem a ri-
:eza de não ter perdido a dimensão vi-
ncial.

Em São Boaventura *(1221-1274) a devoção afectiva é tão acusada que a ele foram atribuídas imensas obras caracterizadas por esta devoção. Dele é o texto que se segue, no qual está patente o papel do consentimento de Maria na obra da Redenção:*

Boaventura

«Não se deve de modo nenhum duvidar que a feliz Mãe e Virgem Maria, que tinha um coração viril, não quisesse entregar o seu Filho para a salvação da humanidade, caso não fosse a Mãe em tudo semelhante ao Pai. E nisto, o que deve ser causa de louvor e estima, é que ela tenha aceitado de bom grado que seu filho único fosse sacrificado para a salvação dos homens. E, contudo, ela compadecia-se a tal ponto, que teria tomado de boa vontade, se isso fosse possível, sobre si todos os tormentos que seu filho suportava. Verdadeiramente ela foi forte e terna, ao mesmo tempo doce e rigorosa, avara para si, pródiga para nós! É a ela que convém, pois, amar e respeitar acima de todas as coisas, depois da Trindade suprema e de seu Filho santíssimo Nosso Senhor Jesus Cristo, cujo mistério divino nenhuma língua chegará a exprimir...».

O tema preferido pela piedade marial dos séculos XIV, XV — e XVI — é o sofrimento da Mãe de Deus junto à cruz; a expressão literária mais frequente é a poesia.

VII — O SÉCULO XVII

Na França este século é uma das grandes épocas da literatura marial, ligada a uma devoção afectiva, mesmo nos grandes escritores: S. Francisco de Sales, Cardeal de Bérulle, Bossuet...

A produção literária é prodigiosa, nem todas as obras estando isentas de um mau gosto bastante reprovável. Contudo as obras dos grandes Mestres são dignas da nossa admiração e da nossa leitura. Temos a lamentar que tenham sido os sentimentos falsos os que influenciaram grande campo da piedade marial destes últimos séculos.

O Cardeal de Bérulle *(1575-1629) contempla a nova fecundidade dada à Trindade pela Incarnação, cuja realização Maria permitiu; ensina a aderir com ela, nela e como ela aos desígnios de Deus. Esquece, contudo, o papel activo de Nossa Senhora nessa nossa adesão à vontade de Deus:*

Cardeal de Bérulle

«Para tornar a terra digna de receber o seu Deus, Ele fez nascer na terra uma pessoa rara e eminente que não tem de modo algum parte no pecado do mundo e é dotada de tantos ornamentos e privilégios que o mundo nunca viu nem verá nunca, nem na terra, nem no céu, pessoa semelhante. Ela é concebida sem pecado, ela é santificada desde primeiro momento da sua existência. Desd então que ela é dotada do uso da razão e d graça, ela é confirmada em estado de inocên cia e impotência para ofender, ela é const tuída numa graça, não só suficiente, ma abundante; não só abundante, mas eminent e de um tal grau de eminência que a order da graça não teve ainda nada de parecid e a sua conduta é de tal modo cumprida qu cada momento da sua vida traz uma nov elevação na ordem desta graça rara e singu lar. Embora ela entre, como todos, neste val de misérias e não num paraíso terrestre, esta terra de exílio seja a sua habitação, el não traz consigo nenhuma marca deste ex lio, mas na sua alma traz uma graça maio daquela que existia no paraíso e tinha sid dada a Adão, como chefe da natureza hu mana, para si e para a sua posteridade.»

Bossuet *(1627-1704) tem magníficos sermõe sobre Nossa Senhora. A escolha é difíc quando se trata de seleccionar textos. Bos suet é um grande orador e, ao mesmo tempo um homem cheio de grande espiritualidade discípulo de São Vicente de Paulo.*

Apresentamos um pequeno texto em que el dá os fundamentos da devoção à Virgem

Bossuet

Deus predestinou (Maria) antes de todos os
empos para dar, por ela, Jesus Cristo ao mun-
o. É ainda necessário acrescentar que ten-
o-a Deus chamado a este glorioso mistério
le não quer que seja ela simples canal dessa
raça, mas um instrumento voluntário que
ontribua para esta grande obra, não só pelas
las disposições, como também por um mo-
imento da sua vontade. É por isso que o
ai eterno envia um anjo para lho propor;
mistério da Incarnação não se realizará em
enitude enquanto a resposta de Maria for
certa: assim é, que esta grande obra, que
antém desde há tantos séculos toda a na-
reza em esperança, quando Deus a quiser
alizar, permanece ainda em suspenso, até
ie a divina Virgem nela tenha consentido:
nto é necessário aos homens que Maria te-
ia desejado a sua salvação! Logo que ela
nha dado este consentimento, os céus abrir-
e-ão, o Filho de Deus far-se-á homem e os
omens terão um Salvador. A caridade de
aria foi, pois, de algum modo, a fonte fe-
nda de onde a graça começou a correr e se
palhou em abundância sobre toda a natu-
a humana. Como diz Santo Ambrósio:
oi do seu bendito ventre que saiu em abun-
ncia este espírito de santo fervor que, ten-
em primeiro lugar irrompido nela, inun-
u toda a terra».

i, pois, necessário, cristãos, que Maria te-
a concorrido com a sua caridade para dar
mundo o seu Libertador. Como esta ver-
le é conhecida, eu não me alongo a expli-
i-la; mas não vos calarei uma consequên-
na qual, talvez, não tenhais meditado
tante: é que Deus, tendo querido uma vez dar-nos Jesus Cristo pela Santa Virgem, «os dons de Deus não têm arrependimento» e esta ordem não muda. É e será sempre verdade que tendo ela recebido pela sua caridade o princípio universal da graça, nós recebemos ainda por seu intermédio as diversas aplicações em todos os estados diferentes que compõem a vida cristã. Sua caridade maternal tendo contribuído tanto para a nossa salvação no mistério da Incarnação, que é o princípio universal da graça, ela contribuirá em todas as outras actividades que estão dependentes deste mistério.

A teologia reconhece três actividades principais da graça de Jesus Cristo: Deus chama-nos; Deus santifica-nos; Deus dá-nos a perseverança. A vocação é o primeiro passo; a santificação faz o nosso progresso; a perseverança conclui a viagem, e, o que não se encontra na terra, une a glória e o repouso na pátria.

Sabeis que, nestes três estados, a influência de Jesus é-nos necessária; mas importa fazer-vos ver pelas Escrituras que a actividade de Maria está associada a estas três obras.»

Bossuet mostra então «a graça da vocação figurada pela repentina iluminação que o santo Precursor recebe no ventre de sua mãe «à voz de Maria, a graça da santificação na fé dos Apóstolos de que o Evangelho nos diz ter sido confirmada pelo milagre de Caná obtido pelo pedido de Maria e a graça da perseverança em São João que acompanha Maria junto à cruz e aí a recebe como sua mãe. Assim a «caridade fecunda» de Maria é «um instrumento geral das actividades da graça».

No século XVIII a literatura religiosa, sobretudo no que diz respeito a Maria, é verdadeiramente decadente. Motivos: influências do racionalismo ambiente e de um humanismo de colégio, a aspiração de ser um «be lo espírito», o jansenismo, a separação entr o dogma e a moral, etc.

VIII — O SÉCULO XIX

Após a decadência espiritual do século XVIII tenta-se uma renovação. Em 1854 dá-se algo de semelhante ao que acontecera no Concílio de Éfeso: Pio IX define o dogma da Imaculada Conceição. Este facto — acompanhado de algumas aparições da Virgem (Salette, Lourdes, Pontmain) — fomentou muitos estudos doutrinais sobre Maria; hoje ultrapassados, eles foram um começo renovador.
O século XIX é rico quer em obras literárias artísticas que se debruçam sobre a Virgem (obras de Mistral, Paul Verlaine), quer em tentativas de uma nova visão das realidades cristãs relacionadas com Maria (Lacordaire, Auguste Nicolas, Newman, P. Faber), quer ainda em fundações de sociedades religiosas colocadas sob a protecção de Maria (destacando-se a congregação dos maristas, fundada pelo P. Colin).

O Cardeal Newman (*1801-1890*) *é o grande iniciador do pensamento católico moderno. Fala de Nossa Senhora de maneira a responder às necessidades do seu tempo; verificava a repugnância que havia em reconhecer a prerrogativas de Maria e, ao mesmo tempo, um enfraquecimento da fé na divindade de Jesus Cristo. Foi seu empenho mostrar o papel que tem na doutrina cristã o dogma da Mãe de Deus, com tudo o que dele se deduz Analisa a evolução do culto a Nossa Senhora (em «O Culto da Santa Virgem»), observando que esta evolução está ligada ao papel discreto que ela tem na obra da Redenção*

Newman

«Quando Jesus começou as suas pregações sua Mãe manteve-se de parte; não se mistu rava com a sua obra; e mesmo, quando El regressou ao céu, ela não foi pregar e ensi nar; não se sentou na sede apostólica; nã tomou parte alguma no ministério do sacer dote; limitou-se a procurar humildemente seu Filho na missa celebrada cada dia pelo Apóstolos, os quais, seus servos no céu, eran os seus superiores na Igreja. Depois da su morte e da morte dos Apóstolos, quando s manifestou rainha e tomou lugar à direita d seu Filho, nem mesmo nessa altura se dirigi ao povo fiel para que tornasse público o se nome até às extremidades do mundo ou expusesse aos seus olhares; esperou tranqui lamente o tempo em que a sua glória pudess contribuir para a do seu Filho... A quali

dade de criatura, de mãe, de mulher, impunha-lhe o dever de ceder o lugar de seu Filho, de se fazer sua serva e de não abrir um caminho no coração dos homens que não fosse através da persuasão e da doçura. Quando o nome de Jesus foi desonrado ela sentiu o seu zelo reanimar-se; quando o Emmanuel foi renegado, a Mãe de Deus entrou em cena; ela lançou os braços à sua volta e permitiu que a honrassem a fim de consolidar o trono de seu Filho. Quando acabou de cumprir esta santa missão, o seu papel terminara, pois ela não combatia para si. A história da sua manifestação não apresenta nem controvérsias animadas, nem confessores perseguidos, nem heresiarcas, nem anátema; assim como crescia de dia para dia em graça e em mérito, sem que o mundo o soubesse, assim ela se elevou gradualmente no seio da Igreja, através de uma influência tranquila e de um progresso natural...».

IX — ÉPOCA CONTEMPORÂNEA

lumenta a frequência dos documentos pon-ifícios sobre a Virgem (sobretudo Leão XIII Pio X).

ntensifica-se o trabalho de história das dou-rinas, da teologia positiva e especulativa.

'olaboram os leigos na literatura religiosa: éguy, Jammes, Claudel, Bernanos, Léon loy redescobrem o mistério de Maria e aju-am a redescobri-lo.

drama humano do nosso tempo faz com-reender a psicologia e o papel de Maria de aneira bem realista.

e Leão XIII, na encíclica «Octobri mense», 91:

Leão XIII

Quando o Filho eterno de Deus quis, para gate e honra do homem, tomar uma natu-a humana e realizar união mística com o género humano, não o fez, antes que a mãe que escolhera para si não tivesse dado o seu livre consentimento. Ela representava, de certo modo, todo o género humano, segundo a opinião célebre e muito verdadeira de S. Tomás de Aquino: «Na Anunciação esperava-se o consentimento da Virgem no lugar de toda a natureza humana». O que permite afirmar com não menos verdade e exactidão que absolutamente nada deste imenso tesouro de toda a graça trazida pelo Senhor — pois a «graça e a verdade nos vieram por Jesus Cristo» (João 1, 17) — nada nos é distribuído, por vontade de Deus, senão por Maria.»

Uma nova teologia marial

Pio XII

«Todos estes argumentos e considerações dos

santos Padres e teólogos repousam sobre a Escritura como seu fundamento último; esta nos faz ver, de qualquer maneira, a augusta Mãe de Deus muito intimamente unida a seu Filho divino e participando sempre da sua sorte. Parece, pois, impossível ver naquela que concebeu Cristo, o gerou, o alimentou, o segurou nos braços e apertou no peito, separada d'Ele depois desta vida terrestre, senão pela alma, pelo menos pelo corpo...

É sobretudo necessário lembrarmo-nos de que, desde o século II, a Virgem Maria é apresentada pelos santos Padres como a nova Eva, submetida, sem dúvida, ao segundo Adão, mas muito intimamente unida a ele no combate contra o inimigo infernal, combate que, tal como é figurado no proto-Evangelho, devia levar à vitória total sobre o pecado e a morte, sempre unidos entre si nos escritos do Apóstolo dos gentios (Rom. 5 e 6; 1 Cor. 15, 21-26, 54-57).

Por consequência, como a ressurreição gloriosa de Cristo foi uma parte essencial e o último troféu desta vitória, assim é necessário que o combate travado pela Virgem Maria, unida ao seu Filho, tenha acabado com a glorificação do seu corpo virginal; o mesmo Apóstolo diz: «Quando... este corpo mortal tiver revestido a imortalidade, então se realizará a palavra da Escritura: a morte foi aglutinada na vitória» (1 Cor. 15, 54).»

Pio XII definindo o dogma da Assunção, na constituição apostólica «Munificentissimus Deus», 1950

Esta participação activa de Maria na Redenção — a qual nos leva a aceitar a sua glorificação já consumada — é talvez a linha de força da mariologia actual; tal afirmação não nos há-de levar apenas a uma contemplação dos chamados privilégios da Mãe de Deus, mas igualmente a acreditar que nesta obra de Salvação — que continua nos nossos dias — Maria continua a ter um papel muito activo no que respeita a nós, individual e comunitàriamente, isto é, aquilo que ela é, será o que deveremos ser, graças ao seu sim na Anunciação e à acção que ela continua a exercer sobre nós.

Sertillanges

«É necessário sublinhar que Maria não é assim colocada fora da Redenção, como se dela estivesse isenta e, devendo fornecer o meio, ela lhe escapasse por uma espécie de superioridade. Não! Maria é resgatada como todos nós. É resgatada pelo seu Filho. Não há excepção para ela. Há, contudo, privilégio.

Quando Maria for efectivamente a Mãe de Jesus, a «Mulher revestida de Sol» será por Ele toda iluminada: ela é-o já por antecipação, para que o Sol não seja de algum modo obscurecido. Os outros não serão senão purificados; ela é totalmente pura. Mãe do dia, ela não conhece a noite. Dela e dele se faz uma só pureza, uma só integridade ardente, que será a primavera da humanidade renovada...

Porque o privilégio incomparável e incomunicável dado a Maria não deixará de ser, e não deixa de ser já, no pensamento providencial, um tesouro de todos. Salva por seu Filho antes de Ele nascer, Maria é o seu primeiro troféu de vitória e a garantia de todos os outros... É o que o padre Gratry chama o «ponto virginal» da humanidade, por onde

ela tomará mais consciência de si mesma quanto às suas possibilidades, quanto aos seus meios e ao seu ideal...
O anti-clericalismo tem razão em dizer que a Imaculada Conceição responde a qualquer coisa da nossa natureza; ela satisfaz o gosto do intacto, do perfeito, do que representam para o poeta a núvem brilhante no céu, a neve dita «imaculada», o arminho, a flor de laranjeira, a borboleta de Abril, todas as alvoradas e todas as manhãs claras.»

P. Alfaro (*do capítulo «Marie sauvée par le Christ, em* Maria, études sur la sainte Vierge, *tomo VI, pp. 467-468*).

Alfaro

«Quando se considera a compaixão de Maria junto à cruz na sua autêntica perspectiva, quer dizer, como consumação do seu consentimento numa Incarnação redentora, torna-se possível compreender que esta compaixão se transforma numa cooperação imediata e eficaz na consumação da Redenção. Se a morte de Cristo não é senão a consumação da Incarnação redentora (Incarnação numa carne capaz de sofrer), se a compaixão de Maria não é senão a consumação do seu consentimento nesta Incarnação, consentimento que foi uma cooperação imediata e eficaz na Incarnação, é necessário admitir que a compaixão de Maria tem também ela um sentido de uma cooperação imediata e eficaz na Redenção: o consentimento de Maria abrange no seu carácter de cooperação efectiva não só o princípio da Redenção na Incarnação, mas também a consumação desta na morte de Cristo. No Calvário, Maria conduz a seu termo a cooperação da sua Maternidade virginal a Incarnação Redentora, na Incarnação do Verbo numa carne mortal; Maria cooperou de uma maneira eficaz e imediata na obra total da Redenção, a qual só Cristo realizou.

Esta cooperação imediata de Maria na Redenção foi tornada possível pela sua salvação singular e perfeita. A sua preservação de todo o pecado, original e pessoal, permitiu-lhe cooperar na salvação da humanidade pecadora. Desde o instante em que não participou do estado de pecado da humanidade, Maria podia cooperar na nossa libertação. Já explicámos atrás que a salvação perfeita de Maria foi o principal efeito da Redenção e o primeiro fim do Redentor. Na própria ordem da Redenção objectiva (una e indivisível, constituída por este acontecimento salvífico único: Incarnação, Morte livremente aceite, Ressurreição), uma posição privilegiada é reservada para Maria na intenção de Cristo. Eis porque Cristo pôde dirigir a salvação singular e perfeita de Maria para uma cooperação na salvação dos outros homens. Maria foi salva de uma maneira privilegiada para que pudesse cooperar na salvação da humanidade. A singular redenção de Maria tem como fundamento último a sua associação singular a Cristo como Verbo Incarnado (Maternidade divina) e como Redentor (cooperação na Redenção); o que caracteriza Maria é a sua associação maternal plena (de toda a sua pessoa) à Pessoa e à Obra redentora de seu Filho.»

Karl Rahner, *no seu livro «Marie, Mère du Seigneur», interroga-se sobre a ideia fundamental da mariologia: qual a afirmação principal sobre Maria?*
Para uns é a maternidade divina, para outros é a maternidade sobre nós; para outros,

a maternidade universal; para outros, a nova Eva; ainda, a receptividade acolhedora da salvação em nome da humanidade, etc.

Quem é, de facto, Maria?

Karl Rahner

«Que é o *Cristianismo?*... é a obra do Deus vivo para connosco: é o que Deus nos dá, Ele, o Deus vivo da graça, no perdão e na redenção, na justificação e na comunicação da própria glória.
Ora, como aquilo que Deus nos dá não é, afinal, um seu dom criado, mas Ele próprio, o Cristianismo não é outra coisa senão o próprio Deus eterno, que vem ao homem, que pela sua graça age neste homem, de modo que este abra livremente o coração, para que, neste pobre coração de pequena criatura, penetre todo o esplendor e a imensidade de vida do Deus Trinitário...

Que é o Cristianismo *perfeito?* É fácil dizê-lo a partir do que acaba de ser afirmado. O cristianismo perfeito deve consistir nisto: numa liberdade que é o fruto da graça, o homem encontra este dom do Deus eterno que é o próprio Deus; ele o encontra com o corpo e com a alma e com todas as capacidades do seu ser total, com tudo o que é e tudo o que tem, com tudo o que faz e com tudo o que sofre, para que este acolhimento de Deus englobe todo o ser do homem e toda a sua história, para o introduzir na vida eterna de Deus.

O cristianismo perfeito deve significar que se cobre perfeitamente vida pública e privada, o que aparece à luz do dia deste mundo e da história e o que acontece secretamente, no mais fundo da consciência interior. Significa que se manifesta o que acontece no mais fundo da vida cristã e, inversamente, que aquilo que se pode discernir é em realidade a expressão visível do que acontece diante de Deus no mais fundo do coração. Na sua forma perfeita, o cristianismo deve ainda significar que o cristianismo perfeito de um só cristão serve inteiramente para a salvação dos outros e não o é verdadeiramente se não for autênticamente para todos desde o princípio ao fim dos tempos.

Se tal é o cristianismo perfeito, podemos e devemos dizer: Maria é a realização concreta do perfeito cristão... é a realização concreta e típica daquilo que é, absolutamente falando, a redenção sob a sua forma mais perfeita... Tudo o que sabemos através da fé sobre a realização da redenção, sobre a salvação, sobre a graça, sobre a plenitude da graça, se encontra realizado em Maria.
Esta pessoa humana a quem chamamos Maria é, em toda a história da salvação, de algum modo, o ponto sobre o qual cai directamente do alto. nesta história, a salvação do Deus vivo para dali se espalhar sobre toda a humanidade. Pois é seu Filho, ao qual disse sim no vigor do seu coração, Aquele que ela recebeu cheia de fé e amor, Aquele que é a Salvação do mundo.

Segundo o testemunho da Escritura, o seu assentimento de fé e obediência não pertencem sòmente à sua biografia privada, mas à história pública da salvação. Ora isto significa: a salvação de todos, a qual nos vem nela e por ela, deve ser nela também perfeitamente realizada, nela onde se encontra o ponto absolutamente decisivo da história da salvação que é sempre, inseparàvelmente, obra de Deus e pela graça de Deus, obra do homem. É por isso que Maria é a resga-

ada perfeita, o fruto mais belo da obra redentora de seu divino Filho.

De tudo isto resulta que Maria está do nosso lado! Nós a reverenciamos, a louvamos, a amamos, veneramos a sua excepcional dignidade; sabemos o que ela é, no verdadeiro sentido do termo... mediadora para nós junto de Jesus Cristo. Mas é tudo isto sendo uma de nós!... ela deve receber como nós a misericórdia de Deus; ela é aquela que, de modo perfeito, vive e representa precisamente o que nós devemos ser diante de Cristo. Ela pertence connosco à única família humana: é por isso que nos é tão familiar; é por isso que a amamos; por isso que temos para com ela uma confiança quase exclusivamente de-masiado humana...

Por consequência, quando dizemos simplesmente: Maria é aquela que, activa em Jesus Cristo e receptiva para consigo mesma, recebeu para ela e para nós todos, da maneira mais perfeita, a redenção de Deus — verifiquemos, com a ajuda das noções mais elementare da teologia. que nos são, aliás, inteligíveis independentes da mariologia, o que é em si mesma e para nós a Santíssima Virgem.»

K. Rahner, o. c., pp. 47-54, passim

K. Rahner não fica numa contemplação passiva dos prodígios que Deus realizou em Maria; coloca-se do ponto de vista de Deus: que dá ao homem o dom de si mesmo. É neste plano que Rahner situa o papel de Maria como mãe do Redentor e como «obra prima de Deus».

Em 21 de Novembro de 1964, o Concílio Ecuménico Vaticano II *deu-nos uma constituição dogmática sobre a Igreja* — «Lumen Gentium» — *que termina com um capítulo sobre a Mãe de Deus:*

Vaticano II

— Maria está unida à humanidade que aspira à salvação:

> «A Virgem Maria que na Anunciação do Anjo recebeu o Verbo de Deus no coração e no corpo e deu ao mundo a Vida, é conhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus Redentor. Está associada, na descendência de Adão, a todos os homens necessitados de salvação.» (§ 53)

— Com ela, pelo seu «sim», uma novidade irrompe no mundo: Deus vai libertar do pecado a humanidade:

> Passada a longa esperança do Antigo Testamento é com Maria «que se cumprem os tempos e se instaura a nova economia da salvação, quando o Filho de Deus dela recebeu a natureza humana, para libertar o homem do pecado com os mistérios da sua vida terrena.» (§ 55)
>
> Maria, aceitando com o «fiat» a Palavra de Deus, «tornou-se Mãe de Jesus e, abraçando de todo o coração, sem qualquer impedimento de pecado, o desígnio salvador de Deus, consagrou-se totalmente, como serva do Senhor, à pessoa e obra de seu Filho, subordinada a Ele e juntamente com Ele, servindo pela graça de Deus omnipotente o mistério da Redenção.» Daí, que ela não tenha sido «utilizada por Deus como instrumento meramente passivo, mas cooperado livremente pela sua fé e obediência na salvação dos homens.» (§ 56)

— Ela é verdadeira colaboradora na obra da Redenção:

> «Predestinada para Mãe de Deus desde toda a eternidade, simultâneamente com a Incarnação do Verbo, por disposição da divina Providência, foi na terra a nobre Mãe do divino Redentor, a sua mais generosa cooperadora e a escrava humilde do Senhor. Concebendo, gerando e alimentando a Cristo, apresentando-o ao Pai no templo, padecendo com ele quando expirou na cruz, cooperou de modo singular, com a sua fé, esperança e ardente caridade, na obra do Salvador, para restaurar nas almas a vida sobrenatural.» (§ 61)

— Ela é o modelo da existência cristã eclesial:

> «Pelo dom e missão da maternidade divina, que a une a seu Filho redentor, e pelas suas singulares graças e atribuições, a Virgem está intimamente ligada à Igreja: a Mãe de Deus é o modelo e a figura da Igreja na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo...». (§ 63)

Paulo VI

Do Concílio Vaticano II disse Paulo VI, ao encerrar a terceira sessão:

«É a primeira vez que um Concílio ecuménico apresenta síntese tão vasta da doutrina católica acerca do lugar que Maria Santíssima ocupa no mistério de Cristo e da Igreja. Isto corresponde ao fim que este Concílio se prefixou, de manifestar o rosto da santa Igreja, à qual está intimamente unida, e da qual, como foi notàvelmente afirmado, é ela a parte maior, a parte melhor, a parte princ pal, a parte eleita» (Ruperto).

Mais adiante: «A reflexão sobre estas estre tas relações de Maria com a Igreja, tão clar mente estabelecidas pela Constituição conc liar, faz-nos pensar ser este momento o ma apropriado para satisfazer-nos um desejo qu por Nós acenado no fim da sessão preceder te, muitíssimos padres conciliares fizeram se pedindo instantemente uma declaração expl cita, durante este Concílio, da função mate nal que Maria exerce sobre o Povo cristã Para tal fim julgamos oportuno consagra nesta mesma sessão pública, um título er honra da Virgem, sugerido de diversas parte do mundo católico e a Nós particularment querido, porque em síntese admirável expri me o lugar privilegiado que este Concílio re conhece à Virgem na santa Igreja.

Portanto, para glória da Virgem e para noss conforto, proclamamos Maria Santíssim «Mãe da Igreja», isto é, de todo o Povo d Deus, tanto dos fiéis, como dos pastores, qu lhe chamam Mãe amorosíssima; e queremo que com este título cheio de beleza seja Virgem de agora em diante ainda mais hon rada e invocada por todo o povo cristão..

Efectivamente, assim como a maternidad divina é o fundamento da especial relação d Maria com Cristo e da sua presença na eco nomia da salvação operada por Jesus Cristo assim também constitui essa maternidade fundamento principal das relações de Mari com a Igreja, sendo ela Mãe d'Aquele que desde o primeiro instante da sua Incarnaçã no seu seio virginal, uniu a si, como Cabe ça, o seu Corpo místico, que é a Igreja. Ma ria como Mãe de Cristo, também é Mãe do fiéis e dos pastores, isto é, da Igreja.»

Paulo VI terminou este discurso com uma oração à Virgem; nela disse:

«Ó Virgem Maria Mãe da Igreja, a ti recomendamos a Igreja toda, o nosso Concílio Ecuménico...
Tu, que por teu divino Filho, no momento da sua morte redentora foste apresentada como Mãe ao seu discípulo predilecto, lembra-te do Povo cristão, que em ti confia...
Olha com olhos benignos os nossos irmãos separados e digna-te unir-nos, tu que geraste a Cristo, ponte de união entre Deus e os homens...».

Surge por vezes uma interrogação na teologia marial: por um lado exalta-se de tal modo a dignidade e a santidade de Maria que parece merecer-se a acusação que nos fazem os orientais de fazermos substituir o Espírito Santo por Maria; por outro lado, coloca-se Nossa Senhora de tal modo perto de nós que seríamos levados a perguntar em que consistiria a originalidade da santidade e da situação de Maria entre os que recebem o dom do Espírito Santo.

Em artigo recente (Nouvelle Revue Théologique, *Janeiro, 1967) o P. Laurentin analisa e responde à objecção que fazem os orientais, se não teremos substituído, de algum modo, Nossa Senhora ao Espírito Santo. Depois de ter analisado o papel do Espírito Santo, compara-o com o de Maria. No final desta última parte do artigo, o P. Laurentin estabelece três analogias entre o Espírito Santo e a Virgem: a da feminalidade (ruah — espírito — é feminino em hebraico), a do papel de testemunha de Deus e a do papel de ligação entre o Verbo e a humanidade.*
A partir destas analogias, o autor resume em três termos as relações entre Maria e o Espírito Santo: lugar de eleição, sinal e imagem.

Laurentin

«1. Ela é o lugar de eleição (do Espírito): o templo vivo, o santuário vivo, segundo as expressões dos Padres. Esta qualidade não lhe é própria. Sabe-se como ela se realiza ao nível hipostático em Cristo, e, por participação, nos fiéis e na Igreja que é o templo do Espírito Santo, construído com pedras vivas. Maria é por excelência e prioridade o lugar em que a habitação do Espírito Santo origina o nascimento de Cristo. A presença dinâmica do Paráclito estabelece nela o princípio de habitação chamado a estender-se universalmente, a realizar-se escatològicamente.

2. Ela é o sinal do Espírito. Que ela seja um «sinal», precisamente pelo mistério da concepção virginal pelo Espírito Santo, é o que insinuam dois textos bíblicos. Em primeiro lugar a profecia do Emmanuel (Isaías 7, 14) retomada por Mt. 1, 23: «O Senhor vai dar-vos *um sinal:* eis que a jovem conceberá e dará à luz um filho a quem ela chamará Deus-connosco.»

Um sinal, é de algum modo o mais antigo título da Virgem. É retomado no Apocalipse (12, 1), para significar ao mesmo tempo Mãe do Messias e Igreja comunidade dos crentes: «Um sinal grandioso apareceu no céu: uma mulher, etc.».
Observar-se-á que esta mulher de Apoc. 12, 1 parece identificada com o «tabernáculo de Deus com os homens», evocado no versículo precedente (11, 19).

3. Maria não é um sinal qualquer. Ela é sinal de uma presença. Ela é mais sinal-ima-

gem do que sinal-instrumento: sinal mais para contemplar, do que para utilizar, porque ela é sobretudo exemplar. É por isso que se seria tentado a chamá-la *imagem do Espírito Santo*. Sem dúvida que ela aparece mais claramente como imagem de Cristo. É o que mostram imediatamente as imagens (ícones) bizantinas em que ela é tanto o trono da sabedoria ostentando o Verbo incarnado, como um ostensório que o manifesta na transparência do seu seio. Mas, por isso mesmo, Maria é a imagem do Espírito que realiza precisamente este laço, esta união do Filho de Deus com a raça humana, esta interiorização incarnada do Verbo, esta comunhão exemplar chamada a estender-se à escala universal e eterna da comunhão dos santos. Ela é o sinal terrestre completo do Espírito Santo que forma o Cristo na vida dos homens e reúne os homens na unidade de Cristo. É nesta mesma linha que Maria é a «imagem escatológica da Igreja» (L. Boyer).

Todo o desenvolvimento no papel da Virgem na história da salvação (portanto todos os seus privilégios) são uma manifestação e uma realização exemplar do Espírito que alarga de algum modo a familiaridade das pessoas divinas pela divinização das pessoas humanas, a unidade das três pela comunhão dos santos em Jesus Cristo. O Espírito, que é o princípio transcendente e espiritual da obra da graça, estabeleceu Maria no princípio humano e corporal desta obra de amor na criação. Em todas as coisas, desde a concepção sem mancha ao *fiat* da Incarnação (este *fiat* ao qual o Espírito deu um alcance universal), desde o primeiro milagre de Jesus à sua morte inspirada pelo Espírito e que entrega o Espírito (João 19, 30), do Pentecostes à escatologia, ela é, em completa dependência, o lugar e a imagem privilegiada do Espírito, o modelo visível e a realização ideal da divina comunhão que ele suscita e edifica na Igreja.

Tem-se sublinhado que Maria está totalmente em relação com Cristo. Resta precisar que ela está em total relação com o Espírito Santo. Deste modo, a Virgem encontrará o seu verdadeiro lugar, não diminuído, mas integrado, situado, na verdade, segundo a plenitude da sua relação com as três Pessoas da Trindade.»

Conclusão

Maria, a Mãe do Senhor, a Mãe dos cristãos, dela «nunca se diria bastante» («de Maria nunquam satis» — S. Bernardo).
Ela, irmã nossa, na solidariedade humana universal e na esperança da transformação nossa e do nosso mundo pelo Espírito, é para nós o modelo e o ideal da nossa existência cristã:

«Quando celebramos Maria, podemos dizer que celebramos uma maneira cristã de compreender a existência do homem em geral; que a celebramos como palavra de Deus pronunciada sobre nós próprios; que celebramos uma maneira suprema de compreender a nos-
O culto de Maria é, pois, qualquer coisa que, na própria existência... nós proclamamo-la bendita e feliz e, desse modo, dizemos, afinal, também alguma coisa de nós próprios... desde as suas mais profundas raízes tem real-

ıente a ver com o amor do próximo. Pois ão há mariologia que possa ter sentido e nportância para nós, se não é verdade que ıda um é responsável também pela salvação e seu irmão...».

(K. Rahner, o. c., pp. 41-43)

la é a «Mãe de Jesus que, glorificada em ›rpo e alma, imagem e início da Igreja que : há-de consumar no mundo futuro; brilha na terra até que chegue o dia do Senhor, como sinal de esperança e consolação para o Povo peregrinante» *Lumen Gentium*, § 68.

Por uma equipa do terceiro ano de Teologia.

CLARAS *Camionagem* - TORRES NOVAS

Carreiras de passageiros / Circuitos turísticos - Portugal e estrangeiro
Autocarros para alugueres / Autocarros para excursões
Automóvis de aluguer / Transportes de carga

Sede em Torres Novas, no Largo General Barracho, n.º 16 — Telefone PBX n.º 22003

FILIAIS EM: — ABRANTES — Rua N.ª S.ª da Conceição — Telef. 36. ALCOBAÇA — Rua de Leiria — Telef. 42221. ALCOENTRE — Rua Principal — Telef. 16. BOMBARRAL — Largo da Câmara — CALDAS DA RAINHA — Rua Coronel Soeiro de Brito — Telef. 22067/68. CHAMUSCA — Rua Cândido dos Reis — Telef. 76273. COVA DA IRIA — Telef. 47211. LEIRIA — Largo 5 de Outubro — Telef. 22376. LISBOA — Rua Cidade Liverpool, n.º 14 C — Telef. 842066. LOURINHÃ — Largo António Granjo — Telef. 104. MARINHA GRANDE — Avenida Nova — Telef. 98417. NAZARÉ — Avenida Vieira Guimarães — Telef. 46172. PENICHE — Praça Jacob R. Pereira — Telef. 99133. RIO MAIOR — Largo da Praça — Telef. 33. SANTARÉM — Campo Sá da Bandeiro — Telef. 449. TOMAR — Avenida Torres Pinheiro — Telef. 32710. TORRES VEDRAS — Avenida 5 de Outubro — Telef. 22. VILA FRANCA DE XIRA — Largo da Estação — Telef. 295. VILA NOVA DE OURÉM — Avenida Nuno Álvares Pereira — Telef. 42132.

FÁTIMA

Pelo CÓNEGO BARTHAS

- O Cónego Barthas, director de **Fátima—Editions,** Toulouse tem consagrado a vida ao estudo e à divulgação de Fátima no mundo.

- A obra que agora se oferece ao público português é o resultado da mais exigente investigação histórica animada por uma generosa abertura ao sobrenatural.

- Edição ilustrada com 32 extratextos.



EDITORIAL ASTER

Largo de D. Estefânia, 8-1.º Esq.
Telefone 534611/532973
LISBOA

P. Guilherme Gomes Fernandes, 24-2.º Esq.
Telefone 34415
PORTO

3 Sugestões

1 caminho

Caminho, via, sentido, são termos fundamentais para um povo nómada em estado constante de peregrinação como era o povo hebreu. Não admira portanto que a Bíblia utilize muitas vezes estes termos em sentido moral e religioso.

A Didakhé, programa de vida cristã
primeiros séculos, começa precisame
por dizer que «há dois caminhos: um
vida, outro da morte. É grande pois a
ferença entre os dois caminhos». Ao d
nir o seu programa, não faz mais que re
mar uma doutrina já bastante desenv
vida no A. T.

A Israel é exigido algo mais que gene
lidades e ordem moral. É o que signif
a vocação de Abraão. Deus convida-
pôr-se a caminho (Gén. 12/1-5). Está i
ciada a grande aventura de um povo
que o problema mais importante será d
cobrir e seguir o caminho de Deus.

Haverá sempre a solicitação do Camin
bom (Sal. 106/2-6), que consiste em
fiel a Jawé e à sua vontade e do camin
mau que leva à perdição e à morte (S
1/6 e Pro. 12/28). O caminho bom, o
minho de Deus, por vezes desconcerta
— «os meus caminhos não são os vos
caminhos» — conduzirão o povo à vi
(Pro. 2-19; 5/6; 6-23; 15-21).

No Êxodo Deus faz-se presente ao pc
para marchar com ele e conduzi-lo
Aliança. Esta presença é uma presença
guia concretizada na nuvem ou na colu
de fogo que traça o caminho mas é ta
bém uma presença providencial, poder
mos dizer mesmo, paternal: na marc
através do deserto, Deus «combate p
seu povo», «procura um lugar de acam
mento», dá-lhe o alimento, mata-lhe a
de: procura que nada lhe falte. É ape
de tudo muito difícil caminhar com D
porque é exigida uma atitude consta
de fé e confiança cujas faltas foram du
mente punidas permitindo assim uma
rificação do Povo através dum camin
longo e sinuoso que não deixou de con
zir o povo ao repouso, no país da p

ıessa, onde Israel louvará o Senhor (Dt. /7-10).

:om a instalação na terra prometida não esapareceu para o povo a necessidade de ·ilhar o caminho de Deus. Bem definido a lei: é preciso marchar na lei do Senhor Sal. 109/1) a fim de permanecer na Alian-ı e avançar para a luz, para a vida, para paz.

Lucas concebe o seu Evangelho como ma subida progressiva a Jerusalém. Logo e início faz-se arauto de um novo Êxodo ela boca de João Baptista: «preparai os ıminhos do Senhor» (Luc. 3/4 sg.; Is.)/3).

cristianismo é de facto um novo Êxodo)b a condução de um novo guia que é próprio Cristo. Com efeito é Ele que nos)onta o caminho a que somos chamados elo baptismo. A vocação cristã é uma vo-ıção à felicidade pelo sofrimento. É por so que hoje, como outrora, o caminho de eus nos aparece difícil, sinuoso, descon-ertante: é o caminho da Cruz. Cristo fez ecididamente a sua ascensão a Jerusalém; i ao encontro do seu sacrifício inaugu-ndo para nós um caminho novo e vivifi-ınte. Desde então, o nosso caminho não uma lei, mas uma Pessoa: Cristo, no ıal devemos caminhar (Col. 2/6) seguin-) a via do Amor porque é n'Ele que têm esso ao Pai num só Espírito tanto ju-ıus como gentios (Ef. 2/18).

2 povo

Conf. Constituição *Lumen Gentium* n.º 9, 10 e 13 até ao fim do parágrafo 2.

3 deserto

Na linguagem bíblica, deserto significa mais primitivamente o lugar que Deus não abençoou: onde falta tudo o que havia de bom no paraíso terrestre e onde habita o demónio (Lv. 16/10; Lc. 8/29 e 11/24). O Êxodo vai operar uma transformação profunda no simbolismo do deserto: ele evocará um período áureo da história santa na medida em que é o lugar onde é constituído o Povo de Deus como tal, é ponto de passagem escolhido por Deus em direcção à terra prometida; é o lugar onde Deus quer ser adorado (Êx. 3/17-5/15).

A promessa de uma terra faz da estadia no deserto uma época privilegiada mas provisória. Isto não significa que Deus aplane as dificuldades ao seu povo. No deserto é preciso viver o dia a dia numa dependência completa do amor divino.

Com efeito não existia qualquer espécie de segurança humana, faltava carne, água... O povo então murmurava (Êx. 14/11; 16/2 ss.; Núm. 14/2 ss.; 16/13 ss., etc.), sucumbia à tentação da segurança humana, quer voltar à terra da escravidão — lembrado das vantagens que aí gozava — desprezando mesmo o risco da morte eminente.

No deserto Deus exigiu a Israel uma resposta vigorosa de confiança num espírito de fé... e tal não aconteceu. Por isso, «Deus não concedeu a sua complacência à maior parte deles». Com a instalação na Palestina, e sempre ao longo da história de Israel, a tentação fundamental será a de considerar «mais os dons da Aliança que a Aliança do doador». Por isso, os profetas irão retomar os temas base do deserto como apelo à conversão interior (Am. 5/25 = Act. 7/42), como convite a reviver essa sublime dependência de Deus, actualizando pelo tema da memória os acontecimentos salvíficos aí realizados (Dt. 8/2 ss.; 15-18). Para eles, o tempo do deserto não é visto como tempo de castigo, mas tempo de núpcias com Jawé, tempo em que Deus fala a Israel.

Como Messias Jesus Cristo é aquele em quem deviam realizar-se em plenitude as provações de Israel. Não estranhemos portanto que Ele nos apareça como o único que respondeu em plenitude à convocação no deserto (Mt. 4/1-11). A fidelidade plena de Jesus à Vontade do Pai que também a Ele não concedeu facilidades, torna-O o primogénito no qual se cumpre o destino de Israel; com Ele se realiza a Nova Aliança sem privilégios para qualquer povo. E porque em Cristo nosso irmão mais velho superámos a prova do deserto, porque n'Ele realizamos a comunhão com o Pai, podemos dizer que, em certo sentido, Ele é o nosso deserto. Jesu poderá apresentar-se como a água viva, pão do céu, o caminho e o guia; como serpente que salva, e enfim, como o qu realiza o conhecimento íntimo com o Pa

A Igreja, porque é corpo de Cristo, é ver dadeira convocada no deserto. Com efei to S. Paulo diz que «os acontecimentos d outrora sucederam para nossa instruçã nós que chegamos ao fim dos tempos (1 Cor. 10/1-5). Baptizados na nuvem no mar somos alimentados por um pã vivo e dessedentados pela água do roche do que é Cristo. Não podemos ter ilusões vivemos sacramentalmente um tempo d deserto. Não endureçamos os nossos cora ções, como fizeram «nossos pais», na cer teza da vitória porque participamos con Cristo fiel na provação.

4
êxodo

À primeira vista parece estranho que a Bíblia aproxime tanto criação, êxodo e re denção. Analizando porém, mais de pert estas acções salvíficas de Deus, encontra mos nelas um parentesco profundo: sã etapas sucessivas da libertação da criatur

m ordem ao encontro com o Criador. 'ela criação, Deus liberta o mundo do aos; pelo êxodo liberta um povo da seridão dos homens para o conduzir ao serviço de Deus; pela redenção é instaurado regime de uma definitiva e perfeita liberdade para todos os que aderem a 'risto em fé e caridade quer sejam judeus u pagãos (cf. Gál. 5/1-13; 4/26-31; Cor. /22; Jo. 8/32-36).

'xodo na Bíblia significa para o povo hereu a saída do Egipto ou, em sentido ıais amplo, o lcngo peregrinar de quaenta anos, que o levou do Egipto à terra rometida. De qualquer forma, apresen-ı-se como um acontecimento fundamental ue está na base da constituição do povo leito (Êx. 1-15). E sempre que Israel reecte sobre a sua vocação, o seu destino, importância das instituições, a lei proında da sua vida, fá-lo à luz do êxodo ue se tornou para o pensamento judeu cristão o tipo e o penhor de toda a salação operada por Deus em favor do seu ovo.

partir do êxodo, Deus não será mais o Deus de Abraão, Isaac e Jacob», mas o 'eus libertador, o Deus de Israel. E porue libertou o povo do Egipto, sabê-lo-á bertar na hora do perigo (Is. 10/25 ss.; ır. 14 ss.). Assim, a libertação do catiıiro de Babilónia aparecer-nos-á como ın novo êxodo: Deus tornará a resgatar seu povo; de novo vai ser traçado um ıminho pelo deserto (Is. 35/8 ss.), brorá novamente água do rochedo, e o de-ırto transformar-se-á num pomar (Is. 1/19).

sta libertação do povo hebreu prefigu-va já a nova libertação efectuada por risto, novo Moisés (Act. 3/15-22). Esta ırteza é nítida na consciência da tradição apostólica que via em João Baptista «a voz do que clama: preparai no deserto os caminhos do Senhor» (Mt. 3/3 = Is. 40/3).

Todo o novo Testamento que é a carta magna da liberdade dos filhos de Deus, aproxima intimamente êxodo e redenção através dum paralelismo flagrante de temas.

S. Paulo vê em Cristo o verdadeiro Cordeiro Pascal imolado por nós (1 Cor. 5/7) e os prodígios de outrora são para nós figuras de realidades que nos são dadas por Cristo.

S. Pedro e S. João no Apocalipse desenvolvem o tema numa perspectiva mais eclesial: escravos do pecado e do mundo submetido a Satanás (Ap. 14/3), os cristãos são chamados das trevas à luz (1 Pe. 2/9). Resgatados pelo sangue do Cordeiro, formarão o novo povo de Deus (1 Pe. 2/9 ss.) um reino de sacerdotes, anunciado por Deus em Ex. 19/6; Is. 43/9 ss., oferecendo a Deus um culto espiritual (1 Ped. 2/5 = Êx. 4/23). O Apocalipse evoca o desastre próximo dos inimigos do povo de Deus, aniquilados pela Palavra de Deus como os primogénitos do Egipto (Cf. Apoc. 1[illegible]/19 = Êx. 19/16).

O evangelho de S. João oferece um paralelismo ainda mais evidente, se possível. Toda a economia da vida espiritual é apresentada pelo quarto evangelista como um novo êxodo. Pelo Baptismo, Cristo o verdadeiro Cordeiro Pascal liberta-nos da servidão do demónio (Jo. 1/29; 8/34 ss.). Iniciamos assim a viagem para o reino dos céus alimentados pelo pão vivo descido do céu — recorde-se a referência explícita ao maná no discurso do pão da vida (Jo. 6/30-58 = Êx. 16/...) — dessedentados pela água que jorra do seu lado (Jo. 7/37 ss.

e 19/34), curados de nossas feridas por Aquele que foi elevado no madeiro da cruz.

Pela sua paixão, morte e ressurreição Cristo realizou a sua Páscoa, passando deste mundo para o Pai (Jo. 13/1) de onde nos atrai, a fim de que também nós realizemos o nosso êxodo passando deste mundo para o «alto».

5 aliança

A Escritura emprega a palavra Aliança para designar as relações existentes entre Deus e os homens. O termo designa uma disposição jurídica que tem como protótipo os tratados de vassalagem tão vulgares no Oriente; porém na linguagem bíblica ele está carregado de um sentido religioso.

Deus não quis ser só, e por isso chamou os homens a comungar da sua própria vida. O tema da Aliança aparece-nos assim como o tema da comunhão dos homens com Deus.

Sabemos também que a História Santa a realização no tempo dessa comunhã admirável que só terá consumação na gl ria futura. É possível portanto distingu nela diversas etapas que vamos considera

Inicialmente aparece-nos como um dese salvífico de Deus em relação a Israe Deus quer livrá-lo do cativeiro do Egipt para o restabelecer na terra de Canaa (Êx. 3/7-10 e 16 ss.) porque Israel é «seu povo» (Êx. 3/10).

A eleição de Israel como povo de Deu remonta a Abraão (Gén. 15 e 17) porqu a sua posteridade será dom de Jawé. Ma a consagração definitiva dessa eleição su ge na realização da Aliança sinaítica ond são estipulados em concreto os laços ínti mos e profundos que ligarão os contraen tes: Jawé torna-se Deus de Israel e Israe o povo de Jawé (Dt. 29/12; Sl. 80/2; Êx 4/22; Os. 11/1; Is. 54/4-10).

Toda a História de Israel será vista e ana lisada à luz deste acontecimento funda mental. Os reveses e a fortuna segundo tradição deuteronomista serão a ilustraçã prática da doutrina da Aliança.

A fidelidade às cláusulas estipuladas n Sinai, será sobretudo do coração (Jer. 31, 33 ss.; Ez. 36/28) e a Aliança com o pov hebreu preparará a extensão do desígni salvífico de Deus a todas as gentes (Is 42/6 e 49/6 ss.). — Estas as novidades d literatura profética.

Com Cristo realizou-se em definitivo Aliança evocada no Antigo Testamento «a Aliança verdadeira, perfeita e definitiv realizou-se no sangue da cruz (Mt. 26/28 dando origem ao verdadeiro povo d Deus que herda os privilégios de Israe (cf. 1 Pe. 2/9; Ap. 5/10) e é o verdadeir corpo de Cristo. Os esponsais de Deu

com o género humano realizaram-se no próprio ser de Jesus Cristo quando o Verbo tomando carne se tornou a cabeça da humanidade resgatada». «Solidário da sua raça até adoptar o seu destino, até à morte e derramamento do sangue, sela a Aliança com a humanidade e dá-lhe poder de participar na natureza divina que possui em plenitude». O mistério da Aliança inserida na história pelo A. T. ainda de forma imperfeita, consuma-se pela incarnação que tem a cruz como última consequência. E um só para Cristo... Não nos basta estarmos incorporados numa comunidade de salvação. Torna-se imperioso um esforço de ascese: «castigar o corpo, renunciar a muitas opções livres, mesmo legítimas, a favor de um bem maior», não nos aconteça como aos judeus muitos dos quais pereceram no deserto apesar de todos serem credores da Aliança.

6 jerusalém

erusalém era uma cidade da Palestina, entro do culto monoteísta judaico, a que s judeus chamavam religiosamente a «Ciade Santa». Com o andar dos tempos, tornou-se um lugar de peregrinação, venerado igualmente por Judeus, Cristãos e Muçulmanos.

Situada na Terra Santa, é o lugar santo por excelência e tem uma posição particular, sobretudo desde o tempo de David. Capital política e religiosa, ela representa a unidade nacional do povo de Deus e é o lugar que Jawé escolheu para sua habitação. É à luz desta dupla significação que temos de ver o seu papel.

É, precisamente, por isso, que ela goza de importância capital nas relações entre Jawé e o povo: a prosperidade do povo é traduzida em dias felizes e bênçãos para a cidade; o castigo do povo reverterá em destruição para Jerusalém ou ameaças e maldições contra ela.

Mas, será, principalmente, no plano religioso que a cidade irá ter uma função fundamental a desempenhar — nisso consistirá mesmo o essencial da sua missão. Os Salmos cantam-na como a morada de Jawé, chamada a tornar-se a mãe de todas as nações.

Gradualmente, os profetas vão contrapondo à missão temporal de Jerusalém a sua missão espiritual. Mais tarde, os apocalipses judaicos irão por sua vez, contrapondo-a a uma Jerusalém terrestre, apresentando num crescendo progressivo, a imagem maravilhosa da cidade futura.

Chegamos, assim, ao N. T.. É sobretudo S. Lucas que dá importância decisiva à cidade terrestre de Jerusalém. No Evangelho, a vida de Jesus é-nos descrita como uma grande caminhada para Jerusalém; nos Actos, a evangelização do mundo é igualmente apresentada como uma longa caminhada, mas que agora, parte de Jeru-

salém. A cidade é, assim, figurada como o centro da salvação.

Nos outros escritos apostólicos, vai-se fazendo a passagem da Jerusalém terrestre a uma nova cidade, que tem os seus alicerces no céu. E é esta a autêntica herdeira das promessas divinas. É chamada a «Cidade do Deus vivo», em que os cristãos entram pelo Baptismo. Tem, por isso, um começo, um esboço, aqui na terra. Ou melhor: a verdadeira Jerusalém começa na terra e prolonga-se no céu, onde será levada à sua máxima perfeição — imaculada, sem manchas e sem rugas. S. João no seu Apocalipse identifica-a com a Igreja, esposa do Cordeiro.

Textos Bíblicos: Salmos: 45, 47, 77/68 ss., 86, 121, 147.
Profetas: Is. 25/6 ss.; Joel 4/9-17; Zac. 12-14.
N. T.: Gál. 4/24-31; Heb. 9/11 s., 9/24, 12/21 ss.; Ap. 21/1-22/5.

7
estrangeiro

O povo de Israel tinha sido outrora estrangeiro no Egipto. Este facto é decisivo para marcar a sua atitude para com os estrangeiros residentes na Palestina e a posição dos Hebreus perante o sentido da sua vida na terra. Jawé tirou-os do Egipto, do lugar da escravidão, e introduziu-os na Palestina, como prometera aos antepassados. Mas, esse país era habitado. Com a ajuda de Jawé, os Israelitas conquistaram-no. Ou melhor: foi o próprio Jawé, que expulsando as gentes, aí introduziu o seu povo escolhido. Os Hebreus são, por isso, locatários da terra; o dono, o proprietário, é Jawé.

Israel é, portanto, «arrendatário» da terra. Esta pertence a Jawé. O povo tem consciência disto e sabe que não tem direitos sobre ela. Contenta-se com desejar ser «hóspede de Deus e peregrino, como seus pais».

Não sendo dono da terra que cultiva, o hebreu interioriza, pouco a pouco, esta atitude no campo espiritual, e tira uma conclusão deveras importante para a vida: o homem não é cidadão deste mundo — enquanto cá anda, é hóspede e peregrino. Os anos que o homem vive na terra são chamados «os dias da sua peregrinação».

O N. T. aprofunda ainda mais o tema da condição humana na terra. O cristão não tem aqui a «sua morada permanente». O homem vive cá mas em estado de passagem. O seu verdadeiro país é a Pátria celeste, onde todos somos chamados para viver com Deus, a autêntica Vida para a qual fomos criados. Só aí é que o homem não é estrangeiro, mas «concidadão dos Santos».

A carta aos Hebreus diz-nos que outrora os patriarcas saíram da sua pátria, «confessando-se hóspedes e peregrinos sobre a terra». E continua a carta: «Os que falam assim mostram que procuram uma pátria.

Se tivessem em vista aquela donde saíram, teriam oportunidade de voltar para lá. Mas não; eles desejam uma pátria melhor, isto é, a celestial. Por isso, Deus não se dedigna de se chamar o seu Deus, porque lhes preparou uma cidade» (Heb. 11/13-16).

S. João indica-nos que, entre nós e este mundo, não pode haver conciliação — pois o mundo é mau e está sob o poder do Maligno. Os cristãos são «nascidos do alto», e, por isso, têm de considerar-se peregrinos e viverem como estrangeiros — como quem está à procura de uma pátria, e não como quem se instala definitivamente no mundo, à maneira do Filho de Deus «que plantou a sua tenda no meio de nós» (Jo. 1/14, segundo o grego). Ora a tenda é a habitação dos que não têm pátria ou dos que estão fora dela. O cristão está no mundo, mas não é do mundo. É neste sentido que Paulo VI dirigiu aos homens este apelo: «que os homens saibam ver da vida uma visão à luz da esperança na imortalidade».

Mas se não é deste mundo, o cristão sabe, como cristão, donde vem e para onde vai; segue a Cristo, que plantou a sua tenda no meio de nós e que, voltando ao Pai, prepara um lugar para os seus, a fim de que onde Ele estiver, estejam também os seus servidores, na casa do Pai».

Textos Bíblicos: Salmos: 15; 38/13; 49; 135.
N. T.: 2 Col. 5/1 ss.; Ef. 2/19; 1 Col. 1/21; 1 Pe. 2/11; 1 Jo. 12/26; 14/2 ss.; 16/28.

8
procura de deus

Procurar a Deus é, na Bíblia, a suprema aspiração de todo o homem que deseja realmente a santidade. Tudo o que se faz, ou é por ordem, ou permissão de Deus. Os homens apresentam a Jawé os seus pedidos, os seus projectos, para verem se Ele estará de acordo — pois é Ele que terá a última palavra em tudo. Esta procura de Deus, esta interpretação de Deus, faz-se na «Tenda de Reunião» ou no Templo, e interroga-se Deus geralmente através de um sacerdote ou profeta.

Procurar Deus é também prestar-lhe culto e afastar-se de cultos idolátricos.

A procura de Deus significa Conversão, aproximação, cumprimento da Lei.

Esta procura é mesmo a primeira obrigação de todo o crente. No N. T., Jesus continuará a pregar na mesma linha (cf. Mt. 6/33).

Mas em que consiste esta procura de Deus? Como se chega a encontrar Deus? «Na simplicidade do coração», «na humildade e na pobreza».

Deus deixa-se encontrar por aquele que O procura com estas disposições; e é por isso que os «humildes, aqueles que procuram a Deus, hão-de alegrar-se».

Se é verdade que «todo o que procura encontra», aquele que procura, se não encontra, é porque não usou os meios convenientes ou procura para sua própria glória.

Aqui como em tudo, é Jesus quem nos dá o exemplo: Ele «não procura a sua vontade, mas a d'Aquele que O enviou». É por isso, que para ganhar a Cristo (ou a Deus) e possuí-l'O é preciso renunciar a procurar a sua própria vontade, a sua justiça, e deixar-se possuir por Ele, na fé.

Mas, nós não procuramos Deus, se já antes Ele não nos tiver procurado também. Foi Ele que nos amou primeiro; é Ele que nos atrai a Si para nos conduzir a Seu Filho.

Lemos em Oseias que, quando Israel — esposa de Jawé — se esquece do seu Deus, Ele pensa a melhor maneira de «seduzir» a infiel e «falar ao seu coração». Jawé é o verdadeiro pastor do seu povo e corre tudo à procura da «ovelha perdida».

O Cântico dos Cânticos apresenta-nos dum modo admirável, a paixão de Deus nesta procura. O próprio Jesus disse: «O Filho do Homem veio para procurar e salvar o que estava perdido».

Esta procura de Deus, hoje, como sempre, exige renúncias — renúncia a uma procura de nós mesmos, à procura do nosso conforto e comodidade, a uma busca da própria glória. Ouçamos, quando sentirmos a tentação, a palavra que o Senhor nos dirige: «Se queres ser meu discípulo, nega-te a ti mesmo, toma a tua cruz de cada dia, e segue-me»; «Eu não procuro a minha glória, mas deixo ao Pai zelá-la

Textos Bíblicos: Salmos: 21/27; 41; 62; 68/33.
Sab. 1/1; Sof. 2/3; Jer. 29/14; Ez. 34/12-16.
N. T.: Jo. 5/30, 44; 6/26; 8/50; Fil. 3/8-12; Rom. 10/3; Jo. 4/19; Jo. 6/44.

9 misericórdia

Quando o homem descobre o seu pecado e se volta para Deus, encontra um Pai cheio de bondade, compaixão, misericórdia. Depois de fazer esta experiência, o salmista canta entusiasmado e grato: «Aclamai o Senhor porque Ele é bom e eterna a Sua misericórdia».

A primeira grande revelação da misericórdia infinita de Deus realizou-se no Sinai, a Moisés, e vem-nos descrita no Êxodo: «Jawé, Deus compassivo e misericordioso, lento para cólera, rico em bondade e em fidelidade, que conserva sua graça até mil gerações, que perdoa a iniquida-

de, a rebeldia e o pecado...» (Êx. 34/6 ss.). Esta passagem faz-nos lembrar uma outra de S. Paulo, que vem na continuação desta: «Onde abundou o pecado, superabundou a graça».

A misericórdia de Deus para com o homem pecador enche as páginas da Bíblia. No A. T. temos em Oseias o grande profeta da misericórdia de Deus. Quase todo este livro é como que um tratado sobre a misericórdia divina. Mesmo quando os profetas anunciam grandes castigos, ressalvam sempre a misericórdia de Deus. Apesar de tudo esta não muda. Deus castiga, mas a sua misericórdia é eterna, enquanto o castigo é temporário.

Sendo Deus da misericórdia para todos os homens, o que Ele quer é que nós usemos também de misericórdia. No N. A. este tema é levado à máxima perfeição. Tal atitude constitui mesmo uma das bem-aventuranças. Mais que isso: é exigida como condição da misericórdia divina: «Se não perdoardes aos outros, também o Pai não vos perdoará a vós», «pois pela medida com que medirdes vos será medido».

Deus é «Pai das misericórdias» e a sua bondade estende-se a todo o mundo e a todos os homens. É sobretudo em S. Lucas, o evangelista da misericórdia, que melhor encontramos o rosto misericordioso de Deus, que toma Ele mesmo a iniciativa de ir ao encontro da ovelha e da dracma perdida, e não se limita apenas a esperar o regresso do filho pecador.

Hoje, ao cristão é pedida constantemente esta atitude para com os seus irmãos que sofrem de mil modos, em todos os lugares. O seu sofrimento é, no fim de contas, resultante da falta de amor dos outros: os pobres, os abandonados, os expatriados, os que estão em guerra. Todos somos chamados a usar de misericórdia para com os outros. Pela medida com que medimos nos será medido, porque é o próprio Cristo que vive nesses nossos irmãos.

Textos Bíblicos: Salmos: 102/8 s., 13 s.; 105/1; 106/1; 129; 135.
Jer. 31/20; Is. 49/14 s., 54/7.
N. T.: Mt. 5/7, 25/31-45; 2 Col. 1/3; Tiago, 5/11; Lc. 15.

10
penitência - conversão

Criado na intimidade com Deus, o homem não tardou a afastar-se da sua convivência e seguir por caminhos que não eram os de Deus. Pela falta dos primeiros pais «entrou o pecado no mundo», e desde então, o pecado como que se instalou no mais íntimo de nós mesmos, como que personificado; nós ficamos como que «vendidos ao pecado». Mas o apelo de Deus a uma vida de comunhão com Ele faz-se também presente a todo o homem que se

abre sinceramente à verdade. O homem terá de dar uma resposta — a resposta que Deus quer. Para isso, deverá mudar de caminho — trocar os caminhos dos homens pelos de Deus. Terá de se voltar de novo para Ele. É isto a conversão: um voltar-se para Deus que nos criou para uma vida de comunhão e intimidade com Ele.

Nesta caminhada, o homem serve-se de vários meios para com maior facilidade responder a esse apelo. Estas formas de resposta são aquilo a que chamamos as obras de penitência — que — é precisamente este sentimento íntimo e profundo de pena, de arrependimento, pelo mal que fizemos. Este sentimento torna-se algo vital na existência do homem, à medida em que ele descobre verdadeiramente o que é o pecado. Deus não é um ser longínquo e abstracto que não tenha nada a ver connosco. Ele é uma Pessoa, Ele é nosso Pai e vela por todos nós. O pecado é, assim, a revolta do filho que recusa aceitar o amor misericordioso que o Pai lhe oferece bondosamente.

Na leitura da Paixão do Senhor, encontramos bem marcadas duas atitudes perante o amor de Cristo: Pedro e Judas. Ambos atraiçoam o Senhor, ambos são pecadores. Mas um arrepende-se e faz penitência, e outro não aceita a misericórdia de Deus. Esta a diferença entre um santo e um condenado: aquele aceita o amor de Deus, este recusa-o.

A descoberta da misericórdia divina é algo essencial nesta caminhada ao encontro de Deus (cf. o tema «Misericórdia»). É este perdão divino que renova o interior do homem, que faz dele um «homem novo», em virtude do sacrifício expiatório e supletivo de Cristo.

Descobrindo o que é o pecado e o que representa para ele a misericórdia divina, o homem sente o apelo à conversão. Mas ainda aqui, a iniciativa é de Deus. Em Lucas 15, as duas parábolas — da ovelha perdida e da dracma perdida — põem precisamente em relevo este aspecto: Deus que vai à procura do próprio pecador, com o Seu perdão e a Sua graça. Para fazer a Sua misericórdia, Deus quer, no entanto, um esforço pessoal do pecador, como o atesta toda a pregação de Jesus e dos Apóstolos. São as obras de penitência.

Textos Bíblicos: Salmos: especialmente os «penitenciais» 6, 31, 37, 50, 101, 129, 142.
Is. 6/5; Jer. 31/9.
N. T.: Lc. 5/8; 15/1-10; 13/3; Mt. 3/2-8; 11/21-22.

Fábrica ADICO
de ADELINO DIAS COSTA & C.A LDA.
AGÊNCIAS:
• LISBOA — Rua Nova do Almada, 61
• PORTO — Rua do Carmo, 8
• COIMBRA — Avenida Sá da Bandeira, 73
Mobiliário Metálico para todos os fins:
CIRÚRGICO • HOSPITALAR
DOMÉSTICO • DECORATIVO
CAFÉS • ESPLANADAS
EXPORTAÇÃO
(Desmontável)
EXPOSIÇÃO PERMANENTE NA FÁBRICA AVANCA TEL., 44102-TELEG. ADICO

serviço

É característica do nosso tempo a solidariedade humana. O homem descobre-se, hoje mais do que nunca, «um — com os outros — no mundo». Esta solidariedade deve abrir-nos à fraternidade. Viver em Igreja, assumindo a Salvação de Cristo, consiste em vivermos esta fraternidade, em estarmos ao serviço uns dos outros, na Comunhão da Caridade, que une todos os filhos de Deus.

A palavra *SERVIÇO* tem na Bíblia dois sentidos, que parecerão opostos, mas que ao longo da História da Salvação se vão definindo, até que, em Cristo, encontram plena convergência: o *serviço de Deus* e o *serviço dos homens*.

No Antigo Testamento

O Senhor vai educando o seu povo numa linha de fidelidade ao Seu Serviço, que essencialmente se define em dois pontos: *serviço cultual* e *obediência à lei*.

O serviço cultual consiste, primeiramente, em oferecer dons a Yahweh: sob esta perspectiva os sacerdotes e os levitas são «aqueles que *servem* **Yahweh**» (Núm. 18/; I Sam. 2/11 e 18 3/1; Jr. 33/21 s.); por outro lado o fiel que realiza um acto de culto «vem *servir* Yahweh» (II Sam. 15/8).

A *obediência* que Yahweh exige é a obediência aos mandamentos. É já, para além dum culto ritualista, uma interiorização deste culto, uma interiorização do *serviço* de Deus: «a obediência é preferível ao melhor sacrifício» (I Sam. 15/22; cf. Dt. 5/29 ss.), revelando a

profundidade exigente desta obediência: «é o Amor que Eu quero, e não os sacrifícios» (Os. 6/6; cf. Jr. 7/).

No entanto observamos que este serviço, que se nos depara no ambiente do A. T., põe o homem em relação profunda com Deus, mas ainda numa visão bastante individualista.

No Novo Testamento

Quando Cristo veio dar plenitude à revelação, Ele próprio nos ensinou que se devia *servir a Deus, servindo os homens.*

Jesus retoma os próprios termos da Lei e dos Profetas (Mt. 4/10; 9/13) para nos lembrar que o serviço de Deus é exclusivo em relação a qualquer outro culto e que, em razão do amor que o inspira, deve ser integral (Lc. 16/9; Ef. 5/5).

Enviado por Deus para culminar a obra dos servidores do A. T. (Mt. 21/33... p), o Filho bem-amado vem servir. Desde a sua infância, Ele afirma que deve cuidar das coisas de seu Pai (Lc. 2/49). Todo o desenrolar da Sua vida está sob o signo dum «é preciso», que exprime a sua total submissão à vontade do Pai (Mt. 16/21 p; Lc. 24/26).

Servindo Deus, Jesus salva os homens, e portanto repara a recusa de servir, e revela-lhes como é que o Pai quer ser servido: que eles se ponham ao serviço dos seus irmãos, como o próprio Jesus o fez, até à morte, Ele o Senhor e Mestre (Mc. 10/45 p; Jo. 13/15 s.; Lc. 22/27).

Os servidores de Cristo são os que servem a Igreja, pregando a Palavra de Deus (Act. 6/4; Lc. 1/2), anunciando o Evangelho de Jesus (Rom. 15/16; Col. 1/23; Fil. 2/22), amando o Senhor ao amarem os irmãos (Mt. 25/40), pois todos formam o Corpo de Cristo, a Igreja (Rom. 12/5-10; I Cor. 12/12-27). Aos que querem servir a Cristo servindo os irmãos em Igreja, S. Paulo ensina em que condições este serviço será digno do Senhor (Rom. 12/7 e 9-13). Todos nós cristãos passámos, pelo baptismo, do pecado e da lei, que era uma escravidão, ao serviço da justiça e do Cristo, que é a liberdade (Jo. 8/31-36; Rom. 6/-7/; cf. I Cor. 7/22; Ef. 6/6).

Nesta Igreja dos servidores vemos Maria, que é a chamada «serva do Senhor». Ela foi grande porque *acreditou* no que o Senhor lhe tinha revelado (Luc. 1/38 e 45), porque *permaneceu fiel* àquilo que Deus exigia dela, por mais estranho que lhe parecesse (Luc.

2/50), e porque *a sua fidelidade se traduziu servindo*, pois a sua fé é uma fé humilde que se aprofunda sem cessar ao longo de obscuridades e provações, pela meditação da Salvação, pelo *serviço espontâneo* que a pouco e pouco esclarece o olhar do que crê (Jo. 3/21; 7/17; 8/31 s.). Maria é a «serva do Senhor» porque, como Jesus, se pôs em total submissão à vontade de Deus (Luc. 1/38), pondo-se ao serviçc de toda a humanidade pecadora.

1. Cântico de entrada:

«Aclama ao Senhor, Jerusalém, bendiz o teu Deus, ó cidade santa!»
com o salmo 147 (em «Cantai ao Senhor um cântico novo», P. Gelineau, pág. 40-41)

ou: **«Surge Jerusalém»** (em «Cântico de Glória», P. Manuel Luís, pág. 38-39)

2. Saudação do Presidente:

Àquele que nos ama, e que nos liberta dos nossos pecados;
Àquele que fez de nós testemunhas diante dos nossos irmãos;
a Ele a glória e o poder pelos séculos dos séculos.

Todos: **AMEN.**

ou: **«Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo»**
Todos: **«E sua mãe, Maria santíssima.»**

3. Apresentação do tema:

Pres.: **Irmãos, estamos aqui reunidos,**
para escutarmcs a palavra do Senhor,
para nos deixarmos julgar por ela,
e para, com ela, ganharmos impulso
a fim de que manifestemos na nossa vida de homens,
uns com os outros,
o Amor de Ncsso Senhor Jesus Cristo,
que nos reúne a todos em Igreja.
A nossa resposta ao Amor de Deus por nós
é servi-lo,

como O serviu Jesus,
que se submeteu totalmente à vontade do Pai.
E, segundo o que diz S. João:
«aquele que não ama a seu irmão que vê,
é incapaz de amar a Deus, a quem não vê»,
este serviço que devemos a Deus
tem de expressar-se no serviço de nós uns aos out
porque o Senhor está em todos nós.
Servindo os irmãos amamos a Deus.
Como Maria, escutemos o que nos diz o Senho
e como ela, estejamos disponíveis
para O servirmos uns nos outros.

4. Primeira leitura:

Is. 58/

5. Cântico de meditação:

«Os pobres serão saciados»
(em ficha B, fichas para a semana santa, edição comissão de liturgia e música sacra de Lisboa)

ou: **«Exultará a terra deserta»** (em «Cântico de Glór P. Manuel Luís, pág. 20-21)

6. Segunda leitura:

Rom. 12/

7. Cântico de meditação:

«Onde haja caridade e amor» (em «Eucaristia», Manuel Luís, pág. 34)

ou: **«Senhor, eu seguirei o vosso exemplo, eu serei servi dos meus irmãos»** (em «Salmos para cantar», edi da paróquia de Santa Isabel — Lisboa)

8. Terceira leitura:

Mat. 25/14-46

9. Homilia

10. Oração dos fiéis:

Pres.: **Irmãos,**

oremos ao Senhor nosso Deus,
que nos congregou em Igreja,
para que saibamos viver no Seu Amor,
pondo-nos ao serviço uns dos outros,
como Jesus se pôs ao nosso serviço,
até à morte na cruz.

1 **Por toda a santa Igreja de Deus**
para que encontre a sua unidade em Cristo
que nos amou até à morte,
pondo-se ao serviço de todos os homens,
oremos ao Senhor

Todos: **SENHOR, OUVI A NOSSA ORAÇÃO**

2 **Pelos bispos e padres da Igreja,**
para que o seu sacerdócio seja, à imagem do de Cristo,
um serviço e um dom,
oremos ao Senhor

3 **Pelo crescimento da Caridade no Povo de Deus,**
para que cada cristão se ponha com humildade
ao serviço dos outros,
oremos ao Senhor

4 **Pelos pobres, doentes e oprimidos,**
para que a nossa fidelidade ao Evangelho,
os liberte dos seus sofrimentos,
oremos ao Senhor

5 **Pelas vocações sacerdotais e religiosas,**
para que hajam jovens entusiasmados
a porem-se mais plenamente ao serviço dos outros,
oremos ao Senhor

6 **Por todos os homens de boa-vontade,**
para que o Amor do Senhor os fortaleça

na construção da Paz no mundo de hoje,
oremos ao Senhor

7 **Por nós, aqui reunidos, em Igreja,**
para que a Palavra, que nos foi dirigida,
da parte do Senhor,
nos impulsione a servirmo-nos uns aos outros,
oremos ao Senhor

Pres.: **Unidos no mesmo Amor,**
oremos ao nosso Pai,
como Cristo nos ensinou:

Todos: **PAI NOSSO...**

Pres.: **Senhor Deus,**
Trindade santa e indiviza Unidade,
Tu infundiste nos nossos corações
o Espírito de Amor e de Caridade:
Faz que tenhamos entre nós
um só coração e uma só alma,
a fim de que o mundo nos reconheça como discípulo
de Jesus
Ele que nos quer um como Tu és Um,
pelos séculos dos séculos

Todos: **AMEN.**

11. Cântico final:

«**Tu és a glória de Jerusalém**» (em «Cânticos a noss
Senhora», P. Manuel Luís, pág. 7)

fé

«Sua Mãe guardava todas estas coisas no Seu coração» (Luc. 2/51)

«Muitas vezes e de muitos modos, falou Deus outrora aos nossos pais pelos profetas; mas ùltimamente falou-nos por Seu Filho, que constituiu herdeiro de tudo, por quem igualmente criou o mundo» (Heb. 1/1-2). O amor de Deus pela Sua Igreja, concretiza-se na revelação presente na história de um Povo e no Seu Filho que nos foi dado como testemunha do Pai (Jo. 3/11). Esta atitude de Deus é um convite ao homem. A revelação exige uma resposta, uma atitude: a FÉ.

No A. T. os acontecimentos que constituem a história do Povo são acolhidos pela fé (Heb. 11/2 ss).

No N. T. é o próprio Filho de Deus que nos revela o Pai e nos dá a vida (Jo. 3/14). Pela fé em Jesus Cristo, Homem-Deus, chega-se ao Pai e vence-se o mundo (1 Jo. 5/4 ss).

Os pobres pela sua atitude de alma são os herdeiros privilegiados do Reino de Deus. A sua situação (Lc. 1/46-55) leva-os a acolher na fé, o primeiro anúncio da salvação (Lc. 1/18).

Em Maria, exemplo vivo de fé, sente-se a acção de Deus, exigindo uma atitude humilde de confiança e abandono (Lc. 1/35-38).

Escutar e acreditar na Palavra de Deus em ordem à acção, seguindo o exemplo de Maria, é o caminho seguro para o discípulo de Cristo (Lc. 8/20).

Seguir o Senhor é acreditar n'Ele.

1. Cântico de entrada:

«Salve-Rainha» (em Cânticos a Nossa Senhora p. 1
ou «Ditoso o que segue» (Ficha C6)

2. Bênção do Presidente:

Pres.: **Vivamos na plenitude da fé, tendo os nossos co**
ções abertos à verdade, e o nosso corpo banha
na água pura para que a nossa esperança s
firme n'Aquele que vive e reina pelos sécul
dos séculos.
Tod.: **Amén.**

ou

Pres.: **Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.**
Tod.: **E Sua Mãe Maria Santíssima.**

3. Apresentação do tema da celebração:

(Presidente ou comentador)

Irmãos, a mensagem de Deus é para todos nós revelaç
do Seu amor.
Reunidos, hoje, para escutar essa mensagem abramos o no
coração à verdade. A Fé que nos reuniu deve ser a mes
que nos leva a acolher a Palavra de Deus. Maria sou
guardar as palavras de Seu Filho porque acreditava n'Ele.
Também para nós as Palavras do Senhor, que vamos escut
são um incentivo à nossa fé, um convite à nossa confianç
um apelo ao nosso abandono.

4. 1.ª Leitura:

Prov. 22/17-29

Introdução

Escutemos a Palavra de Deus que nos fala dos verdadeir
sábios. Aqueles que acolhem com fé o dom de Deus e
guardam no seu coração encontram no Senhor o Seu defens
poderoso. A atitude de Maria é sinal de autêntica bertu
às palavras de revelação vindas da parte de Deus.

5. Cântico

Magnificat (em «cânticos a Nossa Senhora», p. 22 ou Ficha S. 151)

Introdução

Nossa Senhora exprime por palavras cheias de sabedoria os verdadeiros sentimentos que devem animar aqueles que confiam no Senhor. Meditemos nestas palavras como expressão da nossa confiança e certeza no Senhor.

6. 2.ª Leitura:

1 Jo. 51/12

Introdução

As palavras de S. João que vamos escutar foram uma realidade em Maria. Ela se abandonou nas mãos de Deus. Ela acreditou nas palavras que lhe anunciaram Jesus como Filho de Deus.

7. Cântico:

— **Salmo 129: «Eu ponho a minha confiança no Senhor»** (em «Cantai ao Senhor um cântico novo» p. 26)

— **Salmo 24: «Senhor para Vós»** (Ficha C9)

Introdução

Tal como Maria, também todo o cristão sente a sua pequenez que o leva a esperar e a confiar no Senhor. Meditemos este salmo com os olhos postos no exemplo de Nossa Senhora.

8. 3.ª Leitura:

Jo. 2/1-11

Introdução

Ouçamos a descrição de um acontecimento em que as palavras do Senhor são desconcertantes. Maria, porém, manifesta

e de encontro com o Senhor Jesus,
oremos ao Senhor.

9. Por esta nossa assembleia
congregada pela Palavra de Deus,
para que o exemplo de Fé em Maria
aumente em nós a confiança e a certeza
de que Jesus é o Senhor
e continua presente na história dos homens,
oremos ao Senhor.

10. Aceitando todos nós a Deus como Pai e conscien
de que somos Filhos, rezemos a nossa oração:
Pai nosso...

Pres.: Deus todo poderoso que na Vossa Bondade
Vos revelastes aos homens na história de um Po
e na Pessoa do Vosso Filho, convidando-os a
responder na fé a este dom;
fazei nascer em nós um verdadeiro espírito de
que nos leve a aceitar a Vossa Palavra e os Voss
acontecimentos como um apelo à confiança, u
incentivo à disponibilidade e um convite à Fé.
Por Cristo Senhor Nosso.

Tod.: Amen.

11. Cântico final:

— **Aclamação** em «Cânticos a Nossa Senhora» pág. 7
ou ficha U6

● *celebração*

conversão-penitência

(cf. Penitência-conversão em «Temas Bíblicos» pág. 93)

1. Cântico de entrada:

«**Não nos abandoneis**» (Cânticos Quaresmais, pág. 10)

ou «**Súplica na aflição**» (ficha C4)

ou «**Prece confiante**» (ficha C5)

2. Saudação do Presidente:

Pres.: «**Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo**
Tod.: **E sua Mãe, Maria Santíssima**»

3. Apresentação do tema:

Irmãos, todos somos pecadores. Aquele que disser não ter pecados é um mentiroso e a verdade não está nele.
O pecado afasta-nos de Deus e cava a divisão entre nós. Nossa Senhora, como Mãe zelosa pela salvação dos filhos, veio convidar-nos à CONVERSÃO, como João Baptista fizera na preparação da vinda de Jesus.
«Não ofendais mais a Nosso Senhor que está muito ofendido», disse a Senhora em Fátima.

Mas só à luz da Palavra de Deus podemos tomar consciênci da gravidade do pecado e descobrir o CAMINHO DA CON VERSÃO.

4. 1.ª Leitura:

Ez. 18/20b-32 ou **Os. 14/1-9**

Introdução:

Nesta leitura o Senhor lembra-nos que cada um é responsáv pelo seu próprio pecado.
Mas se abandonarmos o pecado, se fizermos penitência, Senhor tem alegria em perdoar-nos.

5. Cântico de meditação:

Salmo 129: «Oração do pecador»
(ficha C7 ou Cânticos Quaresmais, pág. 7)

Introdução:

A Palavra de Deus que acabamos de ouvir inspirou-nos con fiança no seu perdão. Cantemos a certeza da sua misericórdi

6. 2.ª Leitura:

Act. 3/19-26

Introdução:

S. Pedro diz que são chamados ao novo Povo de Deus, Igreja, todos os que se arrependem e se convertem ao Senho Jesus.

7. Cântico de meditação:

Salmo 50: «Miserere» (Cânticos Quaresmais, pág. 16-17)

Introdução:

Como David, conscientes do nosso pecado, mas na certez que o Senhor é poderoso para criar em nós um coração novo cantemos o Salmo 50.

8. 3.ª leitura:

Mat. 3/1-12 ou Lc. 2/17

9. Homilia:

Sugerimos «penitência-conversão» em Temas Bíblicos nesta publicação ou então 3 pontos:

1 — renúncia ao pecado: Jer. 14/; Is. 1/11; Mt. 13/1-12; Jer. 36/3

2 — regresso a Deus: Ez. 27/; 32/; Mt. 2/; Os. 14/2-9

3 — encontro pessoal com Cristo-Salvador: Act. 2/22-47; 3/17-26; Mt. 11/25-30

10. Oração dos fiéis:

Presidente:

Oremos, irmãos, em comum oração, para que o Senhor tenha piedade de nós, perdoe os nossos pecados e nos conduza à vida eterna.

Comentador:

1 — Pela Santa Igreja, resgatada pelo sangue de Jesus, para que o Senhor a purifique do pecado e a faça crescer na fidelidade a Deus e no amor aos homens, oremos ao Senhor.

Todos: **Senhor Deus, misericórdia**

2 — Por todos os pastores do povo de Deus, para que nunca lhes falta a coragem de denunciar o pecado e chamar os pecadores à conversão, oremos ao Senhor.

3 — Por todas as nações da terra e pelos seus chefes, para que governem com justiça e verdade, oremos ao Senhor.

4 — Por todos os baptizados,
para que dêem ao mundo, exemplo de conversão humilde e se voltem para Deus,
oremos ao Senhor.

5 — Por todos os que sofrem as consequências do pecado próprio ou alheio,
para que o seu sofrimento lhes sirva de expiação e os acorde para o Amor de Deus,
oremos ao Senhor.

6 — Pelos que vivem sem fé,
para que, por intermédio de Maria,
encontrem Cristo, o caminho da conversão,
oremos ao Senhor.

Presidente:

Senhor, Deus de misericórdia,
pela Vossa bondade
convertei para Vós os nossos corações endurecidos e fazei-nos sentir a alegria do Vosso perdão.
Por Cristo, Senhor nosso.

R. **Amen.**

11. Cântico final:

«Aclamai o Senhor»
(Cânticos para a Semana Santa, pág. 17)

ARTIGOS RELIGIOSOS
PARA REVENDA E PROPAGANDA
CASA DE S. JOSÉ — PORTO
FUNDADA EM 1896
Visitai esta casa, apreciai o seu sortido e confrontai os seus preços!
168, RUA DAS FLORES, 170 — TELEFONE 2 28 86

● *celebração*

humildade e pobreza

Introdução:

«Maria sobressai entre os humildes e os pobres do Senhor, que dele esperam confiadamente e vêm a receber a salvação.» (L. G. n.° 55)

Ao lermos no Evangelho as passagens que se referem a Maria verificamos que ela nos aparece sempre como a serva do Senhor.
Quando o anjo lhe anuncia as maravilhas que o Senhor irá realizar por seu intermédio, Maria responde num total desprendimento de si própria: «Eis a serva do Senhor, seja-me seja-me feito segundo a tua palavra». (Luc. 1/38).
Este despojamento é absolutamente necessário para que Deus possa falar e possa realizar a sua obra: «Minha alma enaltece ao Senhor... porque olhou para a humilde condição da sua serva... e fez em mim grandes coisas o Omnipotente» (Luc. 1/46-49), exclama Maria no «Magnificat», consciente de que só os pobres e os humildes são objecto de atenção por parte do Senhor. Só a eles Deus se revela, só a eles Deus torna participantes da Sua salvação. Já no Antigo Testamento nos são reveladas as riquezas da pobreza e o Novo Testamento reconhece nos verdadeiros pobres os herdeiros privilegiados do Reino de Deus. (Marc. 10/15; Mat. 11/25).
No Antigo Testamento os «pobres de Yahavé» são a autêntica incarnação dos que põem sua confiança no Senhor. O seu grito é não só a condenação dos que os oprimem mas também o desprezo por tudo aquilo que não vem do Senhor;

ùnicamente do Senhor esperam a salvação (Jer. 20/12), salvação essa de que se sentem solidários em toda a sua amplitude e realização. Eles são o resto, o resto fiel em quem Yahavé encontra os seus servidores. Estes constituem as primícias do «povo humilde e modesto», da Igreja dos pobres que o Messias reunirá: «Felizes os pobres no espírito porque a eles pertence o Reino dos Céus» (Mat. 5/3).
Na verdade Cristo é o pobre (Is. 50/6; 53/7). Sendo rico fez-se pobre a fim de nos enriquecer pela pobreza, diz-nos S. Paulo (II Cor. 8/9). Também a Igreja, porque presença de Cristo no mundo (Ef. 4/15), deve reproduzir o mais perfeitamente possível a imagem de Cristo. «A pobreza que é o sinal da Incarnação deve ser também o sinal da Igreja». E para que a Igreja seja uma Igreja pobre é preciso que cada um de nós cristãos sejamos pobres. «A Igreja não encontrará o seu verdadeiro estilo de vida e não será a Igreja dos pobres senão na medida em que cada cristão se esforçar por viver Cristo e ter como Ele uma alma de pobre.»

1. Procissão de entrada — Cântico:

Aclamai o Senhor (Cânticos para a Semana Santa, pág. 17)
Para o vosso altar (Eucaristia, pág. 12)
O Senhor é meu pastor (Gelineau, pág. 36).

2. Aclamação:

Pres.: **Conscientes da nossa pobreza e na certeza de que ùnicamente de Deus nos vem a salvação, louvemos o Senhor que sendo rico se fez pobre para nos enriquecer com a sua pobreza. A Ele honra e poder pelos séculos dos séculos.**

Tod.: **Amen.**

3. Apresentação do tema:

(Presidente ou Comentador):

Irmãos, estamos aqui reunidos para comprendermos melhor o que é a pobreza, aquela pobreza que o Senhor nos pede

no Evangelho: «Felizes os pobres no espírito porque a eles pertence o Reino dos Céus».
E esta pobreza não é mais que a identificação com Cristo; Ele é o pobre, aquele que sendo rico se fez pobre por nós. Maria comprendeu-o bem. Toda a sua vida foi um caminhar para uma maior semelhança a Cristo, sujeitando a sua vontade à dEle. Por isso não se pode ser autêntico cristão sem se ser pobre. E assim dizemos também que a Igreja é a Igreja dos pobres. Na verdade sendo a Igreja a continuação e a manifestação de Cristo ela terá que ser pobre sob pena de se atraiçoar a si mesma.
Nesta nossa assembleia eclesial, vamos meditar na pobreza que o Senhor nos ensinou e pedir-lhe que nos faça verdadeiros pobres, entregues totalmente nas suas mãos, só nEle esperando.
No Antigo Testamento os pobres aparecem-nos como aqueles que pôem a sua esperança no Senhor. E o Senhor não lhes falta. É o que nos diz Jeremias na leitura que vamos escutar.

4. 1.ª Leitura:

Jer. 20/7-13 ou Is. 53/1-12

5. Cântico de meditação:

Os pobres serão saciados (Cânticos para a Semana Santa)
Erguemos para vós as nossas mãos vazias (Eucaristia, pág. 53)
Os meus olhos Senhor (Cânticos quaresmais, pág. 8)

6. 2.ª Leitura:

Tiago 1/1-11

7. 3.ª Leitura:

Mat. 5/1-12 ou Luc. 1/46-55

8. Homilia

Sugestões de textos para a homilia:

— Introdução ao tema desta celebração
— Número 42 da Lumen Gentium
— Artigo de Mons. Ancel: Igreja dos pobres — Em Novel
Olivarum 1966 pág. 6, e especialmente os títulos: «Igr
chamada à pobreza» e «Jesus presente nos pobres»
— Texto último do livro: «Igreja serva e pobre» (Congar)
«Porque a Igreja é uma presença de Cristo no mundo, de
reproduzir o mais perfeitamente possível a imagem
Cristo. E isso no seu modo de vida tanto visível como oc
ta. A pobreza, que é o sinal da Incarnação, deve ser ta
bém o sinal da Igreja.
Ao longo de toda a História, introduziram-se usos, tai
nos hábitos eclesiais como no próprio culto divino, q
se inspiram antes na vaidade mundana que na simplicida
e na fraternidade do Evangelho. Pode-se justamente p
sar que o Concílio responderá neste domínio às aspiraç
de muitos pastores e fiéis. Por exemplo, já foi adoptad
princípio de não conceder privilégios ao dinheiro nas ce
brações litúrgicas, o que deverá provocar por toda a pa
a unificação das classes nos enterros e nos casamentos.
Mais ainda aqui, nenhuma reforma poderá verdadeirame
colher frutos se o conjunto dos cristãos não entrar re
lutamente e com todo o coração no espírito que a suscit
Enfim, a Igreja não encontrará o seu verdadeiro estilo
vida e não será a Igreja dos pobres senão na medida
que cada cristão se esforçar por viver Cristo e ter, co
Ele, uma alma de pobre.»

9. Oração universal:

Pres.: **O Senhor esteja convosco!**

R.: **E contigo também!**

Pres.: **Unidos numa mesma oração**
elevemos ao Senhor a nossa súplica
por todos os homens
para que se despojem de si mesmos
e se revistam dos dons do Senhor.

Comentador (ou Presidente)

Senhor pedimos-te pela tua Igreja
a Igreja de todos
e particularmente a Igreja dos pobres
para que seja fiel à mensagem
do sermão da montanha.

A assembleia responde:

Ouvi-nos Senhor, pois queremos ser pobres

Por aqueles que a miséria impede de ser pobres
para que o Senhor
lhes dê a abundância
dos bens espirituais

Por aqueles que orientam
o povo de Deus
para que a sua autoridade
seja um serviço

Pelos países
em que domina a riqueza
e os pobres são esmagados
pelo dinheiro e pelo poder

Por esta nossa assembleia
parcela da Igreja dos pobres
Que o Senhor a ajude
a despojar-se do seu orgulho
e possua o Reino dos Céus.

(Tempo de silêncio se se vir necessidade)

10. Oração:

Pres.: **Senhor, pai dos pobres, que enviastes Teu Filho à terra**
assumindo toda a nossa miséria e pobreza,
dá à tua Igreja a graça da identificação com Cristo pobre
para que Te possa servir na humildade.
Por Cristo Senhor nosso.

Tod.: **Amen.**

11. Saudação final:

Pres.: **Irmãos, enriquecidos pela pobreza e humildade do Senhor e procurando ser fiéis à palavra que ouvimos e meditámos, vamos em paz e nos acompanhe a a bênção de Deus Pai, Filho e Espírito Santo.**

Tod.: **Amen.**

12. Cântico final:

Magnificat, Ficha S 151
Eu ponho a minha esperança, Gelineau, pág. 22
Aquele que por mim chamar, Cânticos Quaresmais, pág. 18

NO CINQUENTENÁRIO DE FÁTIMA

* **FÁTIMA E O EVANGELHO**
de Mons. Joaquim Carreira ... ... 50$00

* **MULHER ÚNICA**
de D. Sebastião S. de Resende ... ... 25$00

* **NOSSA SENHORA DE FÁTIMA PEREGRINA DO MUNDO**
de M. Teresa Pereira da Cunha ... ... 30$00

* **FÁTIMA — GUIA HISTÓRICO E TURÍSTICO**
de P. José D. Fernandes (Ed. portuguesa) ... ... 25$00

LIVRARIA **SAMPEDRO** EDITORA
AVENIDA DA REPÚBLICA, 10-2.º • LISBOA-1

ORAÇÃO PARA PEREGRINAÇÃO

somos cidadãos do céu
fil. 3/20

Os diversos mistérios que a Igreja nos convida a celebrar ao longo do ano sublinham uma disposição que deve ser a nossa, não só no próprio momento da celebração do mistério, mas também ao longo de toda a nossa vida cristã.

A Incarnação, a Páscoa, a Ascensão do Senhor e o Pentecostes são algumas das principais fases do mistério da nossa salvação, mistério em que temos de participar.

Apesar disso ao longo do ano surgem alguns dias consagrados — como que, exclusivamente — a nos fazer viver mais intensamente estes aspectos tidos como fundamentais no todo da nossa fé.

É da revelação bíblica que o homem é na sua essência peregrino. O Apóstolo di-lo claramente na sua carta aos cristãos de Filipos: «a sua glória está em sua vergonha, e só cuidam do que é terreno Mas nós somos cidadãos dos céus» (3/19-20). A carta aos hebreus não é menos convincente ao dizer que «não temos aqui cidade permanente. Vamos em busca da futura» (13/14).

Somos fundamentalmente peregrinos.

Se esta é a nossa condição, torna-se absolutamente necessário que a vivamos o mais conscientemente possível.

E assim já que toda a nossa vida cristã é uma peregrinação embora esta não seja parte integrante da liturgia cristã, é necessário que haja uma ou mais celebrações — pelo menos uma anualmente — que facilite o sintonizarmos os nossos corações, a nossa vida com esta situação.

São estas reflexões que nos levam a propôr um esquema de oração para um tempo de peregrinação, tempo que o pastor não deve, nem pode deixar, de aproveitar na sua função de pastoreio.

Comemoramos este ano o cinquentenário das aparições da Senhora em Fátima e desde já se projectam peregrinações ao santuário da Cova da Iria. Foi o desejo de contribuir para o revigoramento e crescimento da fé do Povo, que nos está confiado, que nos levou a passar a escrito estas reflexões e estes esquemas.

Numa das várias secções deste número faz-se uma análise bíblica dos diversos temas que se relacionam com a peregrinação. Pensamos que será de todo interesse, ao tomarmos este problema pastoral, para uma maior fidelidade na realização, prestar-lhe uma atenção cuidada.

Considerando esta análise como muito importante não queremos deixar de referir algumas reflexões que nos ocorrem contemplando a mensagem revelada.

No caminhar de peregrinos em que estamos comprometidos fomos precedidos por numerosos mestres. Fomos precedidos mesmo por um Povo, o Povo da Aliança, o Povo Eleito.

Há um personagem na história bíblica, cujo aspecto peregrinante, não é de modo algum, aquele que aparece mais relevado na pregação da Igreja, mas seja como for n'Ela, ele é fundamental.

Esse personagem é o próprio Cristo — o Verbo de Deus — que

veio ao que era Seu, e que na transmissão do Evangelista João, *voltou* para o Pai.

É d'Ele, e isso não nos espanta, que a carta aos hebreus diz aplicando as palavras do salmista: «*venho* para fazer a Tua vontade, ó Deus» (10/1).

A tradição cristã não teve grande dificuldade em compreender o caminhar, a viagem, a peregrinação, como expressões vivas daquilo que constitui o carácter essencial da vida de união ao Senhor Jesus.

O hábito da peregrinação que o Povo da Antiga Aliança possuía foi nìtidamente conservado pelo novo Povo, não sem este estar consciente que a verdadeira peregrinação é aquela que pelas nossas atitudes de cada dia e pela celebração da Eucaristia nos conduz a todos à Jerusalém Celeste, ao encontro em plenitude com o Pai.

São disto expressão as peregrinações à Terra Santa, a Roma e muito recentemente as contínuas peregrinações aos santuários marianos. Pelo menos, se, na maioria das vezes, não o são, deviam-no ser.

A condição de nómada tem sido, melhor, é assim fundamental no cristão.
O cristão e a Igreja devem saber-se peregrinos no todo da sua vida.

Toda e qualquer viagem possui o valor de sinal em relação a isto que consideramos fundamental na condição cristã.
Quando qualquer cristão é levado a pôr-se efectivamente em viagem deve ter consciência viva de que exprime o que nunca cessa, nem cessará de ser — peregrino em busca da cidade futura.

Há com certeza diferenças fundamentais entre uma simples viagem e uma verdadeira peregrinação, importa apesar disso não as sublinharmos a ponto de negarmos àquela todo o valor significativo.

A peregrinação aparece como uma viagem profundamente marcada com o cunho religioso. Por isso deve ser tida como um sinal no conjunto da vida cristã. Deve significar de modo explícito a nossa condição terrestre e significando-a torna de algum modo as nossas vidas conformes com a nossa realidade essencial.
Uma peregrinação deve ser como que o sacramental da nossa condição de peregrinantes.

Para que na verdade o seja surgem os nossos esquemas de oração

que procuram proporcionar, nestes tempos de peregrinação, momentos de forte religiosidade, mais numerosos e mais frequentes, que os que habitualmente se encontram na vida de todos os dias.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Limitamo-nos a quatro momentos fortes de oração. Fundamentalmente propomos apenas quatro esquemas de celebrações da Palavra de Deus.

2. Qualquer delas deve ser feita num local com o mínimo de condições para isso. Escolheríamos uma igreja ampla do percurso.

3. A primeira seria realizada no local de partida. A última no próprio santuário.
O tema da segunda pode ser dividido em duas ou mais celebrações, conforme se ache oportuno, e do mesmo modo o tema da terceira.

4. Qualquer destes quatro tempos de oração não deve levar mais de 20 a 30 minutos, mas também não menos de 10 minutos.

5. No santuário, como já é habitual, seria bom providenciar-se a realização colectiva dum acto penitencial. Ex.: Via sacra bem conduzida ou uma celebração comunitária do Sacramento da Penitência.

6. O condutor da peregrinação deve ser o presidente destas pequenas celebrações.

7. Na primeira e na última celebração, após a pequena homilia, poder-se-ia intercalar uma oração dos fiéis.

8. Para ler durante a viagem seria conveniente distribuir a cada pessoa textos bíblicos, ou mesmo comentário de textos bíblicos, em relação com os temas da peregrinação (vide «temas bíblicos»).

I CELEBRAÇÃO

tema: **Povo de Deus em marcha**

1. Introdução:

Deve pretender-se nela dar o sentido do povo reunido por Deus, que já possui como dom, a Vida do próprio Deus. Povo que sabe apesar disso que este não é o Seu estado definitivo. Virá o tempo em que Deus será tudo em todos. Virá o tempo em que não O veremos como num espelho mas sim O veremos face a face.
É para este encontro que nós caminhamos. Nós somos aqueles que vão ao encontro de Deus, do Deus que é Pai.
A peregrinação pretende realizar visìvelmente em símbolo, isso que na realidade dia a dia nós fazemos.

2. Cântico de aclamação:

O salmo ou o cântico deve expressar uma aclamação a Cristo Senhor que reúne a Sua Igreja para no meio dela se manifestar.

Ex. **Toda a terra vos adora** (Eucaristia, do P. M. Luís, pg. 10)
Aclamemos e louvemos (idem, pg. 11)
Cantando subiremos à cidade (Salmos para cantar, Santa Isabel, pg. 68)

3. Leitura:

Is. 63/7-18 ou Heb. 11/1-4; 8-10; 13-19; 39-40.

4. Cântico de meditação:

Eu ponho a minha esperança no Senhor, creio na Sua Palavra
(Cantai ao Senhor um cântico novo, P. Gelineau, pg. 26)

5. Pequena homilia:

(vide Lumen Gentium, Cap. 7 - n.os 48-50 e Cap. 2, n.° 9)
Nesta pequena homilia deve ficar claro o sentido concreto da peregrinação.

6. Cântico de saída:

Ex. **Cantando subiremos à cidade** (vide 2)
Exultei quando me disseram (Cantai ao Senhor um Cântico novo, P. Gelineau pg. 121)

II CELEBRAÇÃO

tema: **mudança de vida — CONVERSÃO**

1. Introdução:

Sentido: Sempre que Deus chama alguém exige que abandone o que tem. Exige que **VÁ.** Exige que se converta. Exige que mude de vida. O Povo de Deus que se concretiza no grupo que peregrina é convidado a seguir o mestre na fidelidade à Sua Mensagem.

2. Cântico de arrependimento:

O Cântico ou o salmo deve expressar todo o desejo de conversão, toda a confiança no Senhor.

Ex.: **Senhor compadecei-vos de mim...)** (Ficha C5 P. M. Luís)
Ditoso o que segue os caminhos do Senhor (ficha C6, P. M. Luís)

3. Leitura:

Act. 17/22-34 ou 2 Ped. 3/1-16 ou ainda Mt. 19/16-29

4. Cântico de meditação:

Ex. **Eu ponho a minha esperança no Senhor.**
(vide 4 da I Celebração)

Iluminai Senhor a vossa face
(Salmos para cantar, Santa Isabel, pg. 52)

5. Pequena homilia:

Pretende-se apenas com ela dinamizar um desejo de mudança de vida.

6. Cântico de saída:

(vide I Celebração).

III CELEBRAÇÃO

tema: **O Senhor é cheio de misericórdia**

1. Introdução:

Entre outras ideias deve salientar-se que estão reunidos pelo Amor de Deus. Só Ele une os homens em fraternidade. É Ele que nos chama dos nossos afazeres. É Ele que vem à procura da ovelha perdida, do filho pródigo, da dracma perdida.

2. Cântico de confiança:

Ex. **Eu ponho a minha esperança no Senhor** (vide I Celebração, n.º 4)
O Senhor é meu Pastor (Cantai ao Senhor um cântico novo, P. Gelineau, pg. 36)

3. Leituras:

Ex. 3/1-10 ou Luc. 19/1-10 ou ainda Mc. 7/36-50

4. Cântico de meditação:

Ex.: **Os pobres serão saciados — salmo 50 —** (editado pela Comissão de Liturgia para a Semana Santa — fichas amarelas)

5. Pequena homilia:

Deve orientar para a conversão sublinhando o Amor de Deus pelo pecador que se converte.

6. Cântico de saída:

(vide as anteriores).

IV CELEBRAÇÃO

tema: **Encontro com o Pai na cidade de Deus**

1. Introdução:

Sentido: A Igreja é o Templo onde Deus habita. Nela Ele manifesta a Sua misericórdia. A Igreja reunida à volta da mesa do Pai é a imagem dos Eleitos, de que o Apocalipse fala, à volta do Cordeiro.

2. Cântico de aclamação:

Ex. **Nós somos as pedras vivas** (P. Manuel Luís, publicação Novellae Olivarum)
Exultei quando me disseram (vide 6. da I Celebração).

3. Leitura:

Ef. 2/13-22 e Apoc. 21/10-12; 22-27.
que tem Deus por Seu Senhor, põe no Seu Amor.

4. Pequena homilia:

O tema do Amor de Deus que dará a plenitude a cada um dos que à sua volta contemplam a gratuidade, a imensidade, a benignidade.

5. Cântico de exultação:

Ex. **Aclamemos e louvemos** (Eucaristia, P. M. Luís, pg. 11).

BROTÉRIA

Revista de Cultura

Publica-se mensalmente,
contendo cada fascículo cerca de 144 páginas:

I. ARTIGOS DE FUNDO DE TIPO DOUTRINAL

II. CRÓNICAS E COMENTÁRIOS DE ACTUALIDADE RELIGIOSA, POLÍTICA, LITERÁRIA, ARTÍSTICA, ULTRAMARINA, ECONÓMICA, CINEMATOGRÁFICA

III. BIBLIOGRAFIA: 25 a 30 PÁGS. DE RECENSÃO E CRÍTICA DE LIVROS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL: 100$00
(Preço especial para seminaristas e estudantes)

PEDIDOS À:

ADIMINISTRAÇÃO DA BROTÉRIA
Rua Maestro António Taborda, 14
LISBOA-3

O ROSÁRIO

A verdade acerca de alguma coisa é tanto mais difícil de perceber quanto mais forte é a tensão entre os extremos. E assim, a propósito do Rosário, há os que fazem dele o apanágio da oração — inserindo-o na vida particular ou comunitária a propósito e a despropósito, e os que, a qualquer título — frágil e por vezes manifestando falta de conhecimento, o relegam para último lugar ou o negam simplesmente. E por isso a verdade é difícil de encontrar.
Não vamos, portanto, pretender defender nenhuma das teses, mas, partindo de dois dados muito concretos, tentar reflectir, e reflectir em ordem à Pastoral com base nalgumas experiências.

Primeiro, é um facto incontestável que o Rosário é ainda entre nós uma oração muito popular, fundamente enraízado no povo.
Segundo, uma larga percentagem dos nossos cristãos são cultural e religiosamente muito débeis: por um lado, não estão aptos a dar às coisas, na sua vida, o valor real que elas têm, pois que o tradicionalismo e, por vezes, um espírito supersticioso os impede; por outro lado, dificilmente se integram em formas de vida espiritual muito exigentes.

Assim, parece ser necessário concluir que, mais do que suprimir urge purificar, reconduzindo o Rosário à sua dimensão; investigar procurando descobrir o seu lugar na vida do cristão; e valorizar, a fim de o tornar veículo para a Liturgia, algo que dela não afaste mas para ela prepare.
Perguntemo-nos portanto: Como valorizar pastoralmente o Rosário? A esta pergunta propomo-nos responder com experiências realizadas no sentido de enriquecer bìblicamente o Rosário. Vamos ver o Rosário — meditação do Mistério da Salvação — como celebração da Palavra de Deus. Nesta linha, apresentamos sugestões para os mistérios gloriosos, gozosos e dolorosos.

1. O ROSÁRIO, CELEBRAÇÃO DA PALAVRA

O fundo bíblico do Rosário cria nele a exigência duma presença da Palavra de Deus que encerra no seu interior o mistério Pascal para o comunicar e tornar realidade no ser e no agir de cada cristão. Acaso não é a Bíblia o livro da História da Salvação que os «mistérios» nos apresentam e fazem interiorizar? Acaso não é a Bíblia o livro da Revelação do mistério Redentor de Deus ao homem através dos tempos até atingir a sua plenitude em Cristo — a Palavra Viva do Pai «que nos cria e recria à sua Imagem»? Acaso não são os «mistérios» um encontro com o mistério Pascal de Cristo que veio do Pai, esteve connosco e voltou ao Pai arrastando em si toda a comunidade dos homens?

Há pois necessidade de levar o Rosário a beber nas águas vivas da Escritura, para que ele encontre todo o seu sentido, toda a sua riqueza e se torne assim um instrumento de grande utilidade ao serviço do incremento bíblico junto do povo; incremento este a que o Vaticano II tanto exorta na Constituição sobre a Liturgia:
«Prepare-se para os fiéis, com maior abundância, a mesa da Palavra de Deus; abram-se largamente os tesouros da Bíblia...» (n.° 51)
«Seja mais abundante, variada e bem adaptada a leitura da Sagrada Escritura...» (n.° 35/1).
Promova-se a celebração da Palavra de Deus...» (n.° 35/4).
Todos nós sabemos quanto o povo cristão tem vivido longe da Escritura, quanto a ignora; todos nós temos consciência de quanto ela é um alimento indispensável na vida dos filhos de Deus. Urge pois aproximar os cristãos da Bíblia e dar-lhes assim uma piedade profundamente bíblica.
E porque não aproveitar também o Rosário para fazer esta educação bíblica do povo? Não será uma maneira de introduzir na Bíblia pela Bíblia?

A abundância da Palavra, servida em comunidade, na clareza e na simplicidade, não poderá deixar de atrair os fiéis.
O contacto com a Palavra pode ser preparado e cultivado com as iniciações teóricas que são boas e necessárias, embora estejam limitadas a «élites» e não passem de introduções à Bíblia, sem que constituam a Palavra de Deus. Mas a Palavra de modo algum está reservada a «élites»... ela é para todos. Conclui-se daqui que a impossibilidade de fazer uma iniciação teórica a todos não é razão para se fechar a Bíblia ao povo. É sempre possível fazer uma iniciação na Bíblia pela Bíblia, embora as dificuldades existam, mas estas podem ser atenuadas pela homilia que prolonga, aclara, interioriza a Palavra proclamada, dando-lhe uma eficácia actual e oportuna.

Fazendo do Rosário uma proclamação da Palavra torná-lo-íamos um lugar de catequese bíblica: a leitura que anuncia a Palavra, a meditação que a interioriza ao longo de 10 Ave Marias repetidas como um salmo ou uma ladainha, tudo isso concorreria para que o povo conhecesse os factos da Salvação como a Bíblia os conhece.
O nosso povo tem fé, mas uma fé que por vezes é confusa, débil, pouco manifestada no trabalho do dia a dia. Verificamos que muitos dos nossos cristãos ignoram a sua fé, desconhecem-lhe o conteúdo, a sua força interior e o imperativo das suas exigências.
Uma celebração da Palavra em que são proclamados os factos da Salvação, como Deus os quis dar a conhecer ao homem, terá certamente uma grande influência no avivar da fé, no dar-lhe corpo, no fazer da comunidade dos cristãos a comunidade dos irmãos que é sinal de salvação para o mundo. Podemos mesmo dizer que, na celebração da Palavra, Deus catequiza o seu Povo: Deus dá a conhecer o seu Mistério, tendo em conta as exigências da natureza limitada do homem.

2. SUGESTÕES PRÁTICAS

Apresentamos passos bíblicos para a meditação do terço, quer para a recitação em particular (pois a Palavra de Deus deve entrar cada vez mais na nossa vida, e isso só se consegue lendo e relendo a Sagrada Escritura), quer para a recitação em comunidade (tornando-o assim uma celebração da Palavra).

Para a recitação em comunidade sugerimos:

- que as leituras sejam feitas depois de enumerar o «mistério» antes do Pai-Nosso. Poderão ser precedidas duma breve expl cação; caso contrário convém que no fim da recitação do terç haja uma breve homilia que integre os cinco textos lidos.
- que as leituras sejam escutadas de pé (atitude de quem é pere grino e recebe o pão da Palavra — alimento de caminhada).
- que o Pai-Nosso, sòmente entoado pelo presidente seja recitad por todos, também de pé.
- que as dez Ave-Marias sejam recitadas sentados (atitude trar quila que favorece a meditação da Palavra ouvida).
- que a celebração seja intercalada com cânticos adequados.

a) *MISTÉRIOS GOZOSOS*

1.º ANUNCIAÇÃO

- Lc. 1, 26-38 (anunciação a Maria); Mt. 1, 18-23 (revelação a José
- Gén. 15, 1-11 (anunciação a Abraão); Gén. 18, 1-14 (anunciaçã a Sara), 1 Cron. 17, 1-14 (anúncio da Boa-Nova messiânica David); Is. 7, 10-15 (o sinal do Emanuel); Sof. 3, 14-17 (pro messas de salvação messiânica); Zac. 9, 9-17 (promessa do Mes sias-Rei); S. 72 (71) (o rei prometido); Is. 11, 1-10 (o reino d Messias); Joel 2, 21-27 (abundância dos bens messiânicos).

2.º VISITAÇÃO

- Lc. 1, 39-45 (visitação).
- 1 Sam. 1, 20 e 2, 1-10 (nascimento de Samuel e cântico de Ana 2 Sam. 6, 1-19 (visita da Arca a Jerusalém; Maria — Arca d Aliança); Jo. 1, 19-28 (o testemunho de João); Lc. 11, 27-30 elogi de Maria).

3.º NASCIMENTO

- Lc. 2, 1-20 (nascimento de Cristo); Mt. 2, 1-12 (visita dos Magos
- Is. 60, 1-9 (a luz das nações); Núm. 24, 16-19 (o «astro» que sair de Jacob); Gén. 49, 9-11 (bênção a Judá); Miq. 5, 1-5 (a profeci do lugar do nascimento — Belém); Rom. 8, 1-5 (a Incarnação e Vida nova); Jo. 3, 3-17 (Nicodemos — novo nascimento); Gál. 4 1-7 (a Incarnação); Fil. 2, 6-11 (a humildade de Cristo); Heb. 1 1-5 (o Filho de Deus Pai); Jo. 1, 1-18 (o Verbo); Apoc. 12, 1- (visão da mulher e do dragão).

4.º APRESENTAÇÃO E PURIFICAÇÃO

- Lc. 2, 22-40 (apresentação e purificação).
- Lev. 12, 1-8 (lei sobre a mulher que deu à luz); Êx. 13, 1-2, 11-16 (consagração dos primogénitos); Col. 2, 8-15 (a circuncisão espiritual); Jo. 2, 13-22 (Cristo, o verdadeiro Templo); Rom. 12, 1-2 e 1 Cor. 6, 19-20 (o corpo templo do Espírito Santo); Heb. 9, 6-14 (entrada de Cristo no templo definitivo).

5.º JESUS ENTRE OS DOUTORES

- Lc. 2, 41-52 (Jesus aos doze anos sobe a Jerusalém).
- Deut. 16, 16 (lei da peregrinação a Jerusalém); S. 27 (26) (salmo dos que procuram Deus); Jo. 12, 44-50 e Jo. 17, 1, 6-8, 25-26 (preocupação de Cristo em se ocupar «das coisas do Pai»); 1 Cor. 2, 6-16 (sabedoria de Cristo); Ef. 5, 21-6, 4 (o ideal de santidade familiar); Jo. 2, 1-11 (bodas de Caná; epifania; Cristo e Maria).

MISTÉRIOS DOLOROSOS

1.º AGONIA

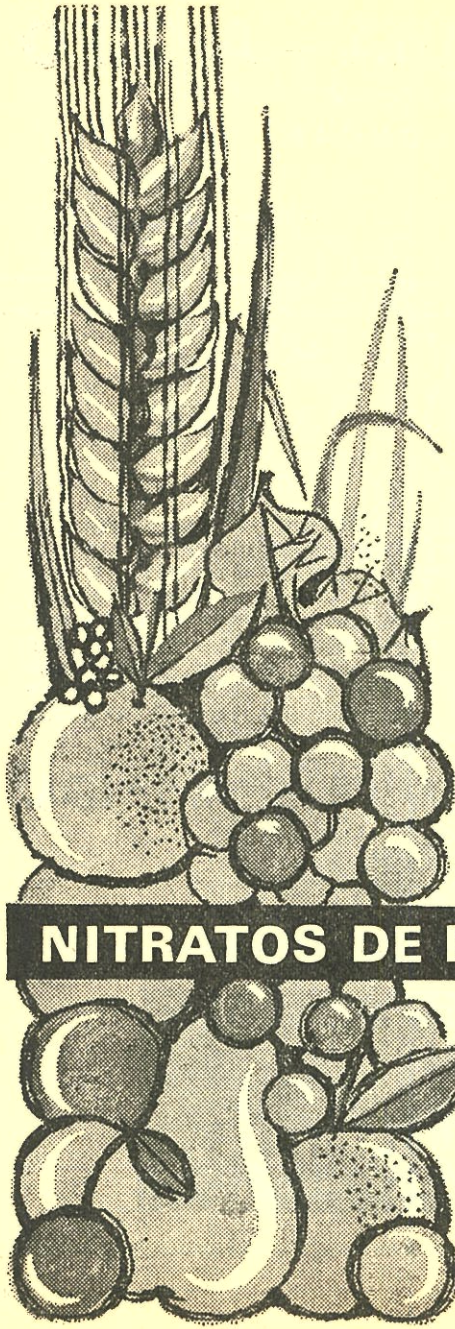
- Mt. 22, 36-45; Mc. 14, 32-41; Lc. 22, 39-46
- o pecado impõe o sofrimento a todos os homens: Gén. 3, 1-19; Ecli. 40, 1-10
  até o Justo sofreu: S. 54 (55), 1-15; Jb. 2, 1-10; Tb. 2, 1-18; Is. 53, 1-12
  o sofrimento aceite leva o homem à união com Deus: Tb. 2, 1-18; Jb. 2, 1-10; Heb. 2, 1-13; 1 P. 3, 13-19

2.º FLAGELAÇÃO

- Mt. 27, 11-26
- fidelidade a Deus no sacrifício e na dor: Is. 50, 6-11; Jer. 18, 18-23
  o discípulo não é maior que o mestre, será perseguido e maltratado por causa do seu nome: Act. 4, 1-22; 21, 27-39; Mt. 10, 16-39; 24, 1-14

3.º COROAÇÃO

- Jo. 19, 1-6; Mc. 15, 1-15
- o Messias é verdadeiramente Rei. Inaugura um reino de Justiça



NITRATOS DE PORTUGAL

S. A. R. L.

Rua dos Navegantes, 53 - 2.º

LISBOA

Em apenas cinco anos de actividade industrial

NITRATOS DE PORTUGAL

únicos produtores de

NITROLUSAL
NITRAPOR e
NITRATO DE CÁLCIO

produziram mais de 700 000 toneladas destes magníficos adubos de valor superior a

1 100 000 contos

e fizeram em exportações cerca de

220 000

de divisas com as quais ajudaram a defender o Ultramar

NÃO POUPE NOS ADUBOS!

NITRATOS DE PORTUGAL, S.A.R.L.

Os adubos dos NNNN são sem dúvida, os **ADUBOS DAS BOAS COLHEITAS**

Prefira-os

NOVELLÆ OLIVARUM surgiu em 1942 a nível meramente interno e pouco a pouco foi-se definindo e adquirindo projecção externa. Especializada sobretudo em Liturgia, tem contribuído largamente, no País e de modo especial no Patriarcado, para a mentalização e renovação da Liturgia, a que tem dado um impulso decisivo.

Depois de uma interrupção de quatro anos, a revista retomou a sua publicação em 1965, por uma urgente necessidade de ajudar a Igreja em Portugal na renovação a que o Concílio a chama.

Hoje, a revista quer ser não só litúrgica mas expressão de todas as dimensões da nossa formação de padres para o mundo de hoje. A fidelidade que a levou noutras alturas a ser resposta ao apelo sentido nessas circunstâncias é a mesma fidelidade que, lendo os acontecimentos de hoje, nos leva a corresponder às exigências de uma pastoral em renovação. Sentimos que chegou o momento de parar, de rever o já feito, de nos deixarmos julgar pelas orientações, perspectivas e espírito do Concílio. Rever o passado e partir, para que a letra das constituições e decretos se transforme em espírito e vida.

Depois de um aturado trabalho de reflexão na procura do caminho a seguir, vamos recomeçar mais conscientes — parece-nos — do contributo que hoje é pedido à nossa revista.

Ler, juntamente com padres e leigos, os acontecimentos em perspectiva pastoral — eis o nosso programa, eis o nosso compromisso.

A PALAVRA E O TEMPO

PUBLICAÇÃO DE

A Palavra e o Tempo

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DOS OLIVAIS